

CINEMA: ¹⁷
A VIAGEM PROFÉTICA DE UIRÁ, O ÍNDIO
(VISTA PELOS DIRETORES GUSTAVO DAHL E GLAUBER ROCHA)

opinião

Cr\$ 4,00

3 de junho de 1974

n.º 82

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

JUN 11 1974

COMUNICAÇÕES:

**A PORTARIA DA
LINGUAGEM
ESCORREITA**



OS ACORDOS DO BRASIL COM A BOLÍVIA

**CONTROLE DA NATALIDADE:
A POSIÇÃO DA AMÉRICA LATINA**

ENTREVISTA: JOHN KENNETH GALBRAITH

Duke Ellington (1899-1974)

Diplomático e selvagem

Duke Ellington pertencia à rara galeria de músicos — em todo o mundo — que mereceria muitos mausoléus para os epítálios, todos eles cobertos de heróicos feitos musicais — e outros, nem tanto, pessoais. Portador da Legião de Honra, da França, e da Medalha da Liberdade — entregue por Richard Milhous Nixon (Duke assumiu muitas posições públicas para que merecesse tais comendas, a maioria delas criticadas — sempre veladamente — por seus companheiros do jazz). O fato é que é que a despeito de seu comportamento pessoal untuoso e, digamos, diplomático, Edward Kennedy Ellington (conhecido por *Duque* desde pequeno, por suas maneiras finas e educadas) criou uma selvagem obra de jazz, pulsante até os últimos minutos. Um de seus concertos mais próximos da morte (ocorrida no último dia 25, vitimado de pneumonia), por exemplo, foi assim descrito pelo insuspeito jornal de rock inglês *Melody Maker*: "Por sua esplêndida execução no piano e a alta amplificação de toda a orquestra tornava-se difícil acompanhar tudo o que acontecia ao mesmo tempo" (MM, 8/12/73).

Estudado por Stravinsky (que lhe dedicou o célebre *Ebony Concert*), criador do *jungle sound*, estilo de metais rasgados contrapondo-se ao piano, Ellington na verdade usou como instrumento a orquestra. Ainda que contasse com arranjos e, evidentemente, as individualidades dos outros músicos da orquestra, Duke extraía de tudo uma unidade extremamente arrumada e harmoniosa, durante várias décadas em contínua renovação, a ponto de somarem-se entre suas composições cerca de 900 obras. Em 1927 lhe é atribuída a inovação de acrescentar um instrumento vocal ao jazz (usava a cantora Adelaide Hall como peça da orquestra). Depois de ter multiplicado seu estilo de incursões pelo *mood*, baseado especialmente em climas (*Mood Indigo*, *Solitude*), onde sua seleção de timbres, quase erudita, salta aos olhos (e ouvidos). Compôs muita canção americana comum, do estilo *Sophisticated Lady*, *Caravan*, e também incursionou pelo que poderia ser chamado de gênero concerto, com longas suítes, uma delas (*Sweet Such Thunder*) baseada nos personagens de Shakespeare. Também compôs peças sacras (*In the Beginning God*), algumas delas oficializadas nas cerimônias religiosas americanas, de tradicional acervo sonoro.

Nascido em Washington, em 29 de abril de 1899, pianista desde os 6 anos e compositor desde os 16 (fez *Soda Fountain Rag*, a propósito do ambiente em que trabalhava, num bar), fica explicada uma carreira tão gigantesca, onde praticamente tudo aconteceu. Respirando sua música, absolutamente confiante nela, Ellington manteve-se inalterável com a notícia, em 65, de que havia perdido a distinção permanente de músico que lhe seria destinada pelo júri do Prêmio Pulitzer, porque a comissão "não conhecia sua música": "A sorte se mostra favorável", disse, perto de comemorar 66 anos, "não quer que eu me torne famoso demasiado jovem". Em novembro do ano passado outro incidente conseguiu roubar-lhe a habitual calma, quando o cantor de sua orquestra, Tony Watkins, foi vaiado, na Sala Filarmônica de Berlim. "Jamais aconteceu algo semelhante em minha vida. Nunca vi gente tão deseducada", desabafou o elegante Ellington ao microfone.

Também irritado com as críticas da imprensa a sua posição, não apoiando o movimento pelos direitos civis, ele se defendeu: "Os que pensam isso de mim nunca me ouviram. Durante os últimos 25 anos, a luta social e o



orgulho negro foram os temas mais significativos de minha música".

Um dos primeiros exemplos de artista aristocrata, ou um dos primeiros a desfrutar do poder, que pode proporcionar a fama, Ellington, recebido pela rainha Elizabeth II, da Inglaterra, dedicou-lhe um precioso mimo, que lembra as gentilezas dos artistas da corte da Idade Média adaptadas aos dias de hoje. Inspirado no encontro, compôs e gravou uma suíte em homenagem à rainha. Apenas uma cópia foi prensada para ser enviada ao Palácio de Buckingham, o que é um recorde de raridade sem precedentes para a indústria do disco.

Doutor *honoris causa* pelas universidades de Columbia e Yale, membro da Real Academia da Suécia, doutor em música pela universidade Wilbelforce, de Ohio, doutor em humanidades pelo Milton College, de Wisconsin, Edward Kennedy Ellington, para muitas áreas, teria passado à História como um perfeito cidadão acima de qualquer suspeita. Não tivesse ele encarnado o personagem Duke Ellington, criador de uma música rebelde e selvagem que abriu caminho para tantas outras músicas ainda mais rebeldes e selvagens que povoaram o jazz. Ou como queria o próprio Ellington:

"Devíamos chamar o que fazíamos de música negra. A palavra *jazz* nunca deixou de ser associada aos bordéis de Nova Orleans. Agora é tarde. A música se tornou tão integrada que não se pode distinguir uma parte da outra, do ponto de vista racial. E eu não tenho tempo para me ocupar disso". (Tarik de Souza)

TV sem Chacrinha

Primeiro ele era da TV Tupi. No auge do sucesso foi chamado para a Rede Globo, que começava a aparecer como o grupo mais importante no negócio da televisão brasileira. Depois voltou à Tupi, quando as autoridades ligadas de uma ou outra forma ao setor de comunicações de massa começaram a externar preocupações com o que seria a parte de baixo nível na programação da televisão, falar sobre "perigos da programação ao vivo", incentivar uma busca de "bom gosto", e a Rede Globo iniciou uma perseguição a um "padrão Globo de qualidade". Agora saiu mais uma vez da Tupi. Mas Chacrinha evita admitir abertamente que sua última saída da televisão esteja relacionada com o fato de que seus eszuziantes programas de auditório tenham, pelo menos temporariamente, caído em desgraça.

Na sala ampla e enfeitada do apartamento com vista para a praia de Copacabana, Chacrinha chega a elogiar o "padrão Globo de qualidade": "A Globo está

certíssima". Mas uma vaga queixa acaba fluindo na conversa: "Esse é o caminho certo para a televisão, mas se vai durar muito ou pouco eu não sei".

A verdade é que quanto mais fala mais Chacrinha expõe, sem querer, sua raiva e desilusão com o que está acontecendo na televisão. Segundo ele, as transmissões para todo o país estão acabando com os programas locais, forçando os artistas a se deslocarem para o Rio e São Paulo (sedes das redes nacionais) para uma problemática sobrevivência no ramo, já que os vídeos-tapes são lucrativos substitutos para os programas ao vivo. Embora para ele próprio, cuja fama foi construída na fase que talvez já se possa chamar de "antiga", ainda há possibilidades. Teria, por exemplo, recebido convites para trabalhar na TV Record, na TV Rio e na Fundação Brasileira de Televisão Educativa, numa série de programas para o nível primário.

Agora, enquanto espera o resultado da ação que está movendo contra a TV Tupi para o recebimento dos atrasados (cinco meses para ele, sete para as *chacretes*) e o que é devido pela rescisão do contrato, Chacrinha faz um *show* na boate Sucata. E nas muitas entrevistas que tem dado procura rebater seus críticos. Como em declarações ao *Jornal do Brasil*: "Se um calouro não tem dentes, eu sou culpado? Não posso botar os dentes de toda a população brasileira".

Simone de Beauvoir e o paternalismo

Em sua primeira entrevista nos últimos quatro anos, concedida a Caroline Moorehead do *The Times*, Simone de Beauvoir tratou sobretudo do feminismo, movimento do qual ela foi uma espécie de precursora com a publicação de *O Segundo Sexo*, ainda na década de 40. Hoje um clássico da literatura, *O Segundo Sexo* teria sido recebido, segundo Simone de Beauvoir, com bastante má vontade na França quando do seu lançamento. O escritor e teatrólogo Albert Camus, por exemplo, teria ficado furioso, acusando a autora de "ridicularizar o homem francês".

Para Simone de Beauvoir a situação da mulher se transformou consideravelmente desde a publicação de *O Segundo Sexo*. Mas não o suficiente. Ela acreditava então que a modificação do regime político seria por si só determinante para essa transformação. Após visitar alguns países socialistas, mudou sua opinião. O programa de libertação da mulher deveria também incluir a luta contra o

paternalismo, que subsistiu em muitos países socialistas.

A escritora anunciou também para breve a criação de uma Liga pelos Direitos da Mulher, da qual seria presidente, que teria um escritório para onde poderá ser enviado todo tipo de protestos contra a discriminação sexual. Entre as principais reivindicações da Liga está a da legalização do aborto, "para que as mulheres possam ser donas de seus próprios corpos e de suas decisões".

Difíceis direitos

Luta das mulheres para conquistar os mesmos direitos dos homens ainda não é coisa do passado, nos Estados Unidos. As recentes vitórias do movimento feminista aumentando consideravelmente a participação das mulheres no processo produtivo do país não impedem, por exemplo, que no próprio Congresso as mulheres ainda não tenham conquistado direitos iguais aos dos homens. Dois anos depois de dar entrada no Congresso, a emenda em favor de direitos iguais para as mulheres ainda não obteve o mínimo de 38 Estados necessários para sua aprovação. E dos 33 Estados que votaram pela emenda dois estão pretendendo rescindir o seu voto.

Os números, publicados pela revista *US News and World Report*, de certa forma falam em favor das mulheres. Em 1966 apenas 34 por cento dos títulos de mestrado iam para mulheres; atualmente elas já conseguem 40 por cento desses títulos. Mas quando se trata de doutorado a participação das mulheres diminui sensivelmente: somente 15 por cento delas vão agora para pessoa do sexo feminino. Também com referência a salários as mulheres vêm obtendo melhorias, embora a discriminação prossiga. A porcentagem da participação das mulheres na força de trabalho aumentou nos últimos 10 anos de 34,4 para 38,9 por cento e o salário de uma trabalhadora de tempo integral subiu nesse mesmo período de 3.557 para 6.053 dólares por ano. Um trabalhador do sexo masculino, no entanto, recebe 10.538 dólares.

Seis horas por dia

As crianças cariocas assistem a uma média de seis horas de televisão por dia e preferem as novelas aos programas infantis. Essas foram algumas das conclusões a que chegou a recente pesquisa realizada pela TV Educativa com cerca de mil crianças entre 3 e 15 anos e de todas as classes sociais. Mas há ainda outras, também surpreendentes: registraram-se casos de crianças de 4 anos que passam 12 horas por dia em frente a um aparelho de televisão.

Outro dado considerado surpreendente pelo diretor-executivo da TV Educativa, Arnaldo Nordi, é a autonomia da criança para manipular o aparelho de televisão. Cerca de 45 por cento das crianças entrevistadas têm liberdade para ligar o aparelho e trocar de canal. A explicação para o ponto aparentemente mais paradoxal da pesquisa — a preferência das crianças pelos programas destinados ao público adulto — foi dada por Arnaldo Nordi ao *Jornal do Brasil*: "Se a criança comentar com alguém da família qualquer coisa sobre um marinheiro chamado Popeye, por exemplo, o que disser cairá no vazio, porque ninguém, além dela, vê desenho animado. Diante desse quadro ela não encontra outra alternativa senão assistir ao que sua família, isto é, seus pais e irmãos, assistem: novelas. Se ela fizer qualquer comentário sobre um ou outro personagem de novela, imediatamente mil vozes se levantarão e ela terá com quem dialogar. É terrível, mas é verdade".

Repisando Brando

O segundo volume da coleção *O Cinema Eterno e Seus Ídolos*, da Artenova, dedicado a Marlon Brando (158 págs., Cr\$ 13,00) não confirma as até certo modo surpreendentes qualidades do primeiro — *Marilyn Monroe*, de Joan Mellen (v. *Opinião* n.º 59).

Editorialmente a Artenova persiste neste volume no mesmo erro do primeiro, abolindo o índice remissivo do original americano. Em troca, oferece uma novidade: dados sobre o autor, René Jordan. E uma tradução de guarda baixa. Por que não traduzir "intelligentsia teatral" em vez de "inteligentes de teatro"? Por que "first show", que em linguagem de cinema significa primeira tomada, virou "primeiro tiro"? Por que "stoolpigeon", que em gíria quer dizer delator, aparece — e logo a propósito do Terry Maloy de *Sindicato de Ludros!* — como "pombo-correio" e sem aspas?

O serviço oferecido é razoável para quem desconhece os melhores textos sobre o ator. Sobre tudo os de Truman Capote, Pauline Kael (ambos referidos na bibliografia final) e a recente série de artigos publicados no *Village Voice* por Molly Hadkel. Jordan repisa os mesmos, e corretos, conceitos de balizamento sociológico de brandólogos anteriores (MB "meramente formalizou os maneirismos vagos de uma geração alienada"). Faz, por conta própria, observações interessantes ("em seus 27 filmes até 1973 Brando nunca teve pai nem mãe na tela") sem contudo desenvolvê-las no permissivo campo da interpretação. Sua análise do Marco Antônio interpretado por Brando em *Julius César* e sua definição de *Caçada Humana* ("uma espécie de Don Quixote reescrito por Satre") são mais penetrantes que algumas de suas opiniões favoráveis ao talento (?) do diretor Fred Zinnemann e aos Oscars conquistados pelo bisonho *Sayonara*. (Sérgio Augusto)

Novos valores

Uma recente pesquisa de opinião nos Estados Unidos obteve resultados que poderiam ser considerados surpreendentes: os estudantes universitários estariam se tornando menos radicais e mais tolerantes com relação à sociedade, enquanto a população de um modo geral, e os jovens não universitários em particular, estariam inversamente começando a se interessar pelos valores da juventude universitária rebelde da década de 60.

O responsável pela pesquisa, Daniel Yankelovich, declarou ao *Washington Post* que a difusão desses valores seria um indicador seguro de que a América passaria por grandes transformações. O estudo foi realizado com 1.006 universitários e 2.516 jovens não universitários, entre 16 e 25 anos.

Menos preocupados com a segurança econômica, os jovens estariam procurando agora empregos que lhes possibilitassem de alguma forma uma realização pessoal e criativa. E boa parte deles acha que esses empregos simplesmente não existem no país. Além disso, como demonstram menos temor à autoridade do que seus pais demonstravam, costumam expressar com mais frequência e liberdade sua insatisfação profissional, chegando mesmo a realizar atos de sabotagem.

Em assuntos tão importantes socialmente, como sexo e religião, os jovens demonstraram uma considerável modificação de atitude nos últimos anos. A liberdade sexual, antes aceita apenas por 22 por cento, é agora defendida por 47 por cento dos jovens. A religião, por sua vez, era considerada um valor muito importante por 64 por cento dos jovens em 1969, e esse número baixou para 42 por cento, em 1973.

Senso e consenso União e desunião

O senador **Dinarte Mariz**, conviva de governos há 40 anos, entende que "não precisa consenso, basta bom senso" para a ARENA unir-se nos Estados em torno dos governadores escolhidos em Brasília. Por falta de bom senso ou inevitável incompetência para o consenso, a verdade é que cada nova semana melhor mostra que as fundas divisões das ARENAS estaduais estão levando a missão Petrônio Portela a um beco sem saída: tanto mais desune depois quanto mais parece unir na hora.

Apenas para exemplificar, fiquemos nos três Estados que tiveram governadores escolhidos na semana passada:

BAHIA

O professor **Roberto Santos**, presidente do Conselho Federal de Educação, surgiu como a solução do total consenso: indicado na lista tríplice apresentada pelo governador **Antônio Carlos Magalhães**, teve logo o apoio caloroso dos adversários do governador. O general **Juracy Magalhães**, o ex-governador **Lomanto Junior** e até o ferrenho inimigo **Jornal da Bahia** aplaudiram a escolha. Parecia a fórmula do milagre para unir a ARENA baiana.

Três dias depois, já se via o engano das aparências. O professor **Roberto Santos** passou ao general **Juracy Magalhães** um telegrama dizendo claramente que atribuía o maior peso de sua escolha ao apoio do "querido amigo de meu saudoso pai". Era o começo do rompimento. O governador **Antônio Carlos**, em vez de responder a ele, retrucou com um telegrama para Brasília denunciando a incompetência do novo escolhido para fazer a unidade. O escolhido reagiu indo em comitiva até o **Jornal da Bahia**, que na imprensa da Bahia comanda a oposição ao governador. Vinte e quatro horas depois, o presidente da Assembleia, deputado **Afrísio Vieira Lima**, até há pouco líder do governador e seu mais leal e próximo aliado político, anunciou sua candidatura ao Senado contra o ex-governador **Luis Viana Filho**, até agora candidato único e já responsabilizado pelo governador como culpado pela infidelidade do professor **Roberto Santos**.

Como o governador tem de sobre o comando da convenção, ou se faz de novo a costura do consenso baiano, ou o ex-governador **Luis Viana Filho** perde na convenção. (Aliás, ele já declarou que só aceita a candidatura por unanimidade, sem disputa.) E, se o candidato da ARENA for o deputado **Afrísio Vieira Lima**, o MDB tem todas as condições de eleger o ex-senador **Josafá Marinho**, que só não disputa contra **Luis Viana**, mas contra outro será o candidato da oposição.

PARANÁ

O ministro **Ney Braga**, com seu prestígio nacional, fez seu candidato: o

vice-governador **Jaime Canet**. Mas, para isso, teve que derrotar mais de 70% da ARENA do Paraná que haviam votado no presidente do Diretório Regional do partido, senador **Acleto Filho**.

O MDB tem um candidato muito forte ao Senado pelo Paraná, o ex-prefeito de Londrina, **Dalton Paranaíba**. A escolha de **Jaime Canet** significou o rompimento total do ex-governador **Paulo Pimentel** com o grupo **Ney Braga**. **Paulo Pimentel** tem as televisões e a maioria dos jornais do Estado. Vai apoiar **Dalton Paranaíba** para o Senado. O candidato da ARENA, indicado pelo ministro **Ney Braga**, deverá ser o atual presidente da Assembleia, deputado **João Mansur**, que é um nome reconhecidamente fraco, e que, sem a ARENA unida, disputará com muito pouca chance.

PARAIBA

É o outro lado do quadro do Paraná. O escolhido foi o candidato do governador **Ernani Sátiro**, com apoio do ministro **José Américo** e da maioria esmagadora da ARENA — ex-deputado **Ivan Bichara**, aparentemente, seria o consenso.

Mas teve o veto formal, público e litigioso do ex-governador **João Agripino**, que é a segunda liderança da ARENA no Estado. Derrotado e inconformado, o ex-governador **João Agripino** não participará da campanha para o Senado. Isso significará a reeleição certa e tranquila do atual senador do MDB, **Ruy Carneiro**, que em qualquer hipótese já seria um candidato difícil de derrotar e, com a ARENA dividida, é invencível.

Invencível até porque o governador **Ernani Sátiro**, como seu amigo, mesmo apoiando o nome da ARENA, não iria violentar a campanha para derrotá-lo. Quando mais não fosse porque teria uma recomendação expressa do presidente **Geisel**:

— Governador, não deixe maltratar o senador **Ruy Carneiro** na campanha eleitoral da Paraíba.

Ludwig, a poluição e os porcos

Segundo pesquisas, a barragem de **Três Marias** poderia converter-se no maior viveiro de peixes finos de água doce do mundo. Contudo, quase no mesmo dia que a SUDEPE anunciava sua intenção de incentivar a piscicultura em lagoas, barragens e rios a fim de proporcionar às populações distantes do litoral em alimento mais barato e rico em proteínas, o vereador **Paulo Portugal** de Belo Horizonte denunciou "a inevitável poluição" que o projeto agropecuário do milionário americano **Daniel Ludwig** traria à barragem de **Três Marias**, por estar localizado às suas margens.

Paulo Portugal diz que **Ludwig** terá de usar toneladas de inseticidas e

herbicidas. E que nos tempos chuvosos eles serão arrastados naturalmente para as partes mais baixas do terreno pelas águas correntes, e levados automaticamente para a barragem: "destruindo, a curto prazo, a sua fauna aquática e o seu reino de peixes".

Mas não é propriamente em relação à poluição aquática que o projeto de **Ludwig** tem causado mais preocupações em Minas. Nas últimas semanas especulava-se entre fazendeiros da região que o governo mineiro, a exemplo do que fez na região do Alto do Paranaíba (beneficiando nesse caso a empresa paulista **Cotia**), iria desapropriar suas terras para a execução do projeto de **Ludwig**. Em consequência, o próprio secretário da Agricultura, **Renato Simplicio**, viu-se obrigado a tranquilizar os fazendeiros, desmentindo oficialmente qualquer intenção de desapropriação na área de **Três Marias**.

Enquanto isso a **Verago-Veredas Minas Agropecuária**, empresa encarregada de executar o empreendimento, investe com ofertas cada vez mais generosas sobre as terras dos fazendeiros ribeirinhos, adquirindo terras até ao preço fabuloso de 5 mil cruzeiros o hectare. Alguns jornais de Belo Horizonte garantem que o grupo **Ludwig** precisará adquirir de 15 a 20 mil hectares; outros falam de 40 até 200 mil hectares. Sabe-se que, além da plantação de frutas e árvores, o projeto prevê um grande chiqueiro, mas o número estimado de porcos varia de 100 mil até incriveis 6 milhões de porcos. É tido como absolutamente certo que o total do investimento será de 300 milhões de dólares, um dos maiores já feitos em Minas.

O crime do padre Jentel

Numa decisão unânime, o Superior Tribunal Militar anulou a sentença de 10 anos de prisão imposta ao padre francês **Francisco Jentel**, pela Justiça Militar de Campo Grande, no Mato Grosso, em fins de maio de 1972. **Jentel**, vigário do povoado de Santa Terezinha, município de **Luciara**, no extremo norte do Estado, havia sido condenado sob a acusação de ter incitado os posseiros da região contra os empregados da CODEARA (Companhia de Desenvolvimento do Alto Araguaia) (ver **Opinião** nº 31). Contudo, o STM deu provimento à apelação interposta em favor de **Jentel** entendendo que as acusações contra o padre não deveriam ser julgadas de acordo com a lei de segurança nacional, mas sim pela Justiça comum.

A paz no MDB gaúcho

A indicação do advogado **Ney Brito** para a suplência do professor **Paul Brossard**, candidato do MDB gaúcho ao Senado, representa a primeira aliança efetiva entre os chamados "getulistas" e a atual liderança do Partido. Essa união foi muito difícil de ser alcançada. O próprio candidato do MDB, **Paulo Brossard**, foi um

obstáculo quase intransponível já que para homens como o ex-prefeito de Porto Alegre, **Sereno Chaise**, era extremamente difícil apoiar seu antigo verdugo de 10 anos atrás. A indicação de **Ney Brito**, aceita com relutância por **Brossard**, foi condição *sine qua non* para que voltasse a paz no MDB gaúcho.

Absolutamente pragmáticos para as eleições deste ano, os líderes do MDB do Rio Grande do Sul estão convencidos de que a volta de "getulistas" como **Otávio Caruso da Rocha**, **Sereno Chaise**, **Ajalil de Lemos** e **Ney Brito** farão os 300 mil votos em branco da eleição de 1970 retornarem para a sua legenda. O que poderá ser trágico para a ARENA: **Nestor Jost** vê esvaziar-se as plataformas sobre as quais está operando, pois além de unido, o MDB iniciou sua campanha no dia 19 de maio, em Porto Alegre, com alguns fortes aliados: a indefinição eleitoral do senador **Tarso Dutra**, o mau cheiro da **Borregaard** e o esvaziamento econômico do Rio Grande do Sul. (**Paulo Bastos**)

Uma atitude compreensível

Quando o comendador **Aventino Fernandes Lage**, anfitrião do presidente deporto de Portugal **Américo Thomás**, exilado no Rio, apareceu pela primeira vez ao alcance dos repórteres no portão de sua luxuosa mansão no **Leblon**, apressou-se a explicar: "O que nos une é apenas a amizade, e não a política. Conheço o presidente há 30 anos".

Na verdade, o título de comendador foi concedido ao comerciante e industrial **Aventino Lage** (diretor da hoje extinta **Carvalho Tecidos**, uma grande loja na Rua da **Alfândega**) por iniciativa de **Américo Thomás**, em agradecimento pela sua atividade política desenvolvida à frente das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.

Ele participou diversas vezes como superintendente interino da direção do jornal semi-oficial do governo português, editado no Rio, **A Voz de Portugal**, e até o dia 25 de janeiro era um colaborador assíduo, assinando artigos de fundo na quarta página. O seu último artigo, por exemplo — **Atitude Incompreensível** — criticava com veemência a repercussão do livro do general **Antonio Spínola**, **Portugal e o Futuro**, nos meios políticos e intelectuais brasileiros.

Cinco meses após a publicação do artigo, **Aventino Lage**, elegantemente vestido, sorridente, espirituoso, tentava desviar a atenção dos jornalistas: Não percam tempo comigo. O defunto que interessa não sou eu".

Lembrando Magalhães Pinto

"Nunca o Brasil há de se esquecer da decisão patriótica do então governador **José de Magalhães Pinto** em aliar-se à Forças Armadas, sediadas em seu Estado, para tomar a dianteira desse movimento que era desejado pela esmagadora maioria da nação". Essa repentina declaração do marechal

Odílio Denys, a propósito do movimento militar de março de 1964, publicada no **Estado de Minas**, no dia 22 de maio, a propósito de agradecer o título de Cidadão Honorário de Santos Dumont, provocou intensas especulações em Belo Horizonte. Para o **Jornal de Minas**, o depoimento do marechal **Denys** "deixa o ex-governador **Magalhães** muito bem situado no quadro geral da articulação do movimento revolucionário de 64 e, sem citá-lo nominalmente, coloca melhor ainda o sr. **José Monteiro de Castro**" (**Monteiro de Castro** e **José Maria Alkmin** são citados indiretamente como "dois amigos e auxiliares" de **Magalhães** que **Denys** ouve na preparação do movimento).

Segundo o **JM**, a publicação do depoimento do marechal procuraria "situar a posição e comportamento dos senhores **Magalhães Pinto** e **José Monteiro de Castro** nos acontecimentos que levaram à deposição de **Jango**. Isto porque, na área militar mais radical, as restrições que são feitas, principalmente ao comportamento do sr. **Magalhães Pinto** naqueles acontecimentos, dificultaram seriamente a articulação da candidatura de **Zé Monteiro** (ao governo de Minas)".

O jornal **O Estado de São Paulo** foi elogiado pelo comandante do II Exército, general **Ednardo D'Ávila Mello**. Motivo: o editorial "História que **Breznev** esqueceu", publicado no dia 16 de maio passado, sobre a vitória aliada contra o nazi-facismo".

Sem incluir as professoras primárias, estima-se que o governo de Minas pague menos que o mínimo a cerca de 20% dos 55 mil funcionários que compõem o seu quadro.

Segundo **O Estado de São Paulo**, alguns parlamentares revelam a existência no Estado de São Paulo, inclusive na prefeitura da capital, de "um número respeitável de pessoas" que recebem salário inferior ao mínimo estabelecido. Nessa situação estariam, por exemplo, os trabalhadores braçais (o número não foi especificado pelos deputados) que prestam serviços aos órgãos da administração indireta do Estado, principalmente dos transportes e da agricultura. Essas informações constam de um relatório que está sendo preparado pelo governo paulista, a pedido do SNI. E, segundo o Estado, o governo estadual tem procurado manter todo o sigilo em relação a esse trabalho, "em vista das implicações políticas que sua divulgação poderia gerar".

Salário do general **Breno Borges Fortes**, ex-comandante do III Exército e ex-chefe do Estado-Maior do Exército, na fábrica norueguesa de celulose **Borregaard**, sob ameaça constante de fechamento devido ao alto índice de poluição que provoca em Porto Alegre: 10 mil dólares (perto de 65 mil cruzeiros) mensais.

PALAVRAS

Do presidente da **General Motors**, **Reuben Jansen**, destacando o apoio que recebeu do governo mineiro para a implantação de uma indústria no Estado: "O Brasil é um oásis".

Do ex-ministro da Fazenda, **Delfim Netto**, à revista feminina **Mais**: "Já fui socialista. Com 17 anos a gente é ingênuo, quer salvar o mundo...". "Não gosto de mulher trabalhando. E acho o feminismo ridículo".

Do ministro da Indústria e Comércio, **Severo Gomes**, em

conferência na Associação dos Dirigentes de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento: "O fato de falarmos de apoio à empresa nacional não deve dar a impressão errada de que o capital estrangeiro é indesejável. Pelo contrário: o fortalecimento da economia como um todo deverá trazer até mesmo maior tranquilidade ao capital estrangeiro".

Do ex-ministro **Delfim Netto** ao reassumir seu cargo de professor na Universidade de São Paulo: "Somos suficientemente realistas para saber que só o debate pode reduzir as idéias e produzir um mundo mais decente de ser vivido".

Do ministro do Interior, **Maurício**

Rangel Reis, em depoimento perante os membros da Comissão da Bacia do São Francisco, na Câmara dos Deputados: "O governo do presidente **Geisel** quer levar ao setor agrícola, em amplas proporções, a capacidade empresarial que já se mostrou capaz de criar a economia industrial e urbana que hoje o país apresenta".

De um editorial do jornal **O Estado de São Paulo** protestando contra o protecionismo norte-americano contra a entrada de calçados brasileiros no mercado americano: "Recentemente, antigos membros da administração de **Richard Nixon** foram acusados de terem aceito, de produtores de leite, contribuições ilegais, destinadas ao fundo eleitoral do presidente **Nixon**. Talvez valesse a pena investigar se algo

semelhante não terá ocorrido por ocasião da fixação de cotas de importação".

De uma dona de casa respondendo a uma pergunta da TV Globo sobre a solução para a crise da carne: "É muito fácil. Basta prender o **Tião Maia** que a carne aparece". (Declaração reproduzida pelo **Jornal de Minas** ao lado de frase já antiga do **Tião**, dono de um dos maiores frigoríficos do país: "O povo deve ser educado para comer outros tipos de carne, que não a bovina, visto ser este um elemento nobre que deve ser exportado".)

Do senador **Petrônio Portela**, presidente nacional da ARENA,

RELAÇÕES EXTERIORES

Os grandes projetos da Bacia do Prata

Não seria um exagero dizer que a região do continente sul-americano conhecida como Bacia do Prata encontra-se no limiar de grandes transformações econômicas. Uma série de importantes iniciativas tomadas recentemente pelos governos dos cinco países — Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai — banhados pelos rios principais dessa Bacia — o Paraná, o Uruguai e o Paraguai — sem dúvida autorizam uma afirmação como essa. Trata-se, na verdade, de um respeitável conjunto de projetos:

• O Brasil assinou com o Paraguai o instrumento de constituição da empresa responsável pela construção e operação da usina hidrelétrica de Itaipu, prevista para gerar ao final da obra nada menos do que 10,7 milhões de quilowatts, ou seja, o equivalente à potência total de origem hidrelétrica que o Brasil dispunha em 1972 (no ano passado a capacidade hidrelétrica instalada subiu para 12,6 milhões de quilowatts que somados à capacidade termelétrica instalada totalizaram 15,6 milhões de quilowatts). Para se ter uma idéia do que essa obra poderá representar para a região basta saber que ela deverá empregar, no seu pico, cerca de 15 mil trabalhadores que somados ao pessoal de serviços — calculados em 5 mil — e aos seus dependentes deverão constituir uma população de umas 80 mil pessoas. Como consequência do tratado para a construção de Itaipu o Brasil deverá construir no Paraguai uma estrada ligando Porto Stroessner a Encarnación, beirando a linha da fronteira paraguaio-brasileira. Além disso, financiará a instalação de uma pequena siderúrgica — a Sociedade Mista Siderúrgica Paraguaia, Sidepar — com capacidade para produzir 100 mil toneladas de aço por ano que serão fornecidas às obras da hidrelétrica.

• O Brasil assinou com a Bolívia um acordo para o fornecimento de 240 milhões de pés cúbicos de gás natural por dia, através de um gasoduto que será construído para unir Santa Cruz de La Sierra a Paulínia, município do Estado de São Paulo onde a Petrobrás inaugurou em 1972 uma grande refinaria de petróleo. O total da compra efetuada pelo Brasil durante os 20 anos em que o acordo estará em vigor é de 1 trilhão e 750 bilhões de metros cúbicos, bem superior ao montante do contrato boliviano-argentino que foi de 1,1 trilhão — também por 20 anos. (As reservas bolivianas antes das duas últimas descobertas ainda não medidas eram calculadas em 3,7 trilhões de metros cúbicos).

• Como parte dos entendimentos para obtenção do gás boliviano o Brasil comprometeu-se a desenvolver e financiar na Bolívia um pólo industrial que deverá compor-se basicamente de: uma fábrica de cimento de mil toneladas/dia; uma de fertilizantes à base de nitrogênio também de mil toneladas/dia; uma usina siderúrgica capaz de produzir 900 mil toneladas de ferro esponja (um possível substituto da sucata, que hoje está sendo consumida a velocidades maiores que as de sua produção) e 500 mil toneladas anuais de lingotes. O governo brasileiro prometeu também responsabilizar-se pelos estudos de engenharia final da ligação ferroviária entre Santa Cruz da La Sierra e Cochabamba (300 km) a um custo de Cr\$ 50 milhões, e da ligação rodoviária entre Puerto Suarez e Puerto Banegas, fora uma contribuição de 50 milhões de dólares para a formação de um fundo destinado "a atender às necessidades de desenvolvimento de zonas economicamente deprimidas" e créditos da ordem de 22 milhões de dólares. Todos esses empreendimentos, a médio prazo, acabarão com certeza inflando também no aproveitamento das jazidas de minério de ferro de El Mutum, consideradas riquíssimas e até hoje muito pouco exploradas em virtude das dificuldades de transporte.

• Argentina e Paraguai, depois de



quase 20 anos de entendimentos infrutíferos, chegaram a um acordo que lhes permite iniciar a construção da usina hidrelétrica de Apipê-Yaciretá, de 3,3 milhões de quilowatts de capacidade.

• Brasil e Uruguai assinaram um acordo para o desenvolvimento da lagoa Mirim na fronteira entre os dois países através da construção de duas barragens e uma pequena usina hidrelétrica de 30 mil quilowatts, no rio Jaguarão.

• Argentina e Uruguai iniciam as obras da hidrelétrica de Salto Grande, no rio Uruguai, depois de alguns anos que o projeto já se encontrava pronto.

Embora grandiosas, essas não são as únicas iniciativas que se deve esperar a curto prazo para a região da Bacia do Prata. Engenheiros argentinos já possuem de longa data planos para uma série de barragens no rio Paraná em condições de totalizar uma capacidade de 27,3 milhões de quilowatts e, no rio Uruguai, de 6,9 milhões de quilowatts. Além disso a Eletrobrás teria descoberto através de novos estudos que a capacidade de uma usina aproveitando o desnível da foz do rio Iguaçu poderia atingir até 8 milhões de quilowatts, contra os 5,5 milhões calculados anteriormente, e isso deverá apressar os estudos a respeito. Como as Cataratas do Iguaçu ficam bem junto à fronteira com a Argentina os argentinos alimentam há

muitos anos projetos para o seu aproveitamento e uma iniciativa brasileira poderá provocar novos atritos. Uma possibilidade que chama novamente a atenção para a necessidade de um entendimento razoável entre os vários países interessados numa região cujo desenvolvimento econômico parece aproximar-se rapidamente.

É exatamente tendo em vista esse entendimento que se torna particularmente interessante a notícia publicada na revista *Mundo Elétrico* de março passado sugerindo que o atual governo estaria disposto "a reconsiderar o assunto" da construção de duas hidrelétricas no rio Paraná sugeridas pela CESP — Centrais Elétricas de São Paulo — as de Ilha Grande e Salto Primavera com uma capacidade total, somadas as duas, de 4,6 milhões de quilowatts. A opção por essas usinas equivale praticamente à aceitação da idéia de dividir a barragem de Itaipu em degraus, o que poderia facilitar grandemente o fim das vigorosas restrições argentinas à realização do projeto. Uma das queixas da Argentina com relação a Itaipu prende-se às dificuldades que esse país encontraria para construir uma hidrelétrica em Corpus, mais abaixo, no rio Paraná, e que poderiam ser afastadas com a divisão em degraus. (Dirceu Brisola)

EXÉRCITO

Dale Coutinho (1910-1974)

"Homem de lei, avesso às violências e arbitrariedades, mas que com espírito de justiça estava sempre pronto a defender os que tinham razão". Assim o general Paulo Carneiro Thomaz Alves, comandante da II Região Militar, em São Paulo, definiu o general Vicente de Paula Dale Coutinho, ministro do Exército, que faleceu no dia 24 de maio, vítima de uma síncope cardíaca. Coutinho, paulista de Lorena, de 63 anos, sofria do coração já há algum tempo. Em julho de 1971, havia feito uma operação em São Paulo, quando lhe foi implantada a safena no coração.

Considerado um dos oficiais mais bem informados sobre os problemas de reequipamento do Exército, Dale Coutinho exerceu 45 anos de vida militar, passando por todos os postos da carreira. Aspirante pela Escola Militar de Realengo, no Rio, em 1931, capitão em 1938, Dale Coutinho serviu na II Guerra Mundial como observador militar na divisão blindada americana, sendo condecorado com a Estrela de Bronze dos Estados Unidos

e com a Cruz de Combate da FEB. Em 1945, conspirou para a derrubada de Getúlio Vargas, em 1961, na renúncia de Jânio Quadros, tentou impedir a subida das tropas do III Exército. E em abril de 1964, participou ativamente das articulações que levaram à deposição de João Goulart. Depois da revolução de março, sua carreira seguiu rapidamente, ocupando alguns dos postos de comando mais importantes do país: comandante da II Região Militar, em São Paulo, comandante-interino do II Exército, comandante do IV Exército, em Recife, chefe do Departamento de Material Bélico, e chefe do Estado-Maior do Exército, de onde saiu em março passado para assumir o Ministério do Exército. Em sua longa carreira o general Dale Coutinho sempre enfatizou a necessidade da segurança no desenvolvimento brasileiro, reiterando que o país continuava "vivendo uma guerra revolucionária estimulada pelo movimento comunista internacional". Alguns trechos dos seus principais

pronunciamentos:

Assumindo o comando no IV Exército, em Recife, em 1971:

"No exercício do meu novo cargo, estarei sempre preparado para contrariar qualquer indício de ação anti-revolucionária e subversiva. Juntos haveremos de estar sempre unidos, coesos e vigilantes, imunes às manobras solertes dos que querem nos desunir".

Na saudação que fez no aniversário do general Canavarro Pereira, então comandante do II Exército, elogiou os trabalhos da Operação Bandeirante (organização de combate à subversão, em São Paulo), conduzida com "patriotismo, abnegação sem limites e despreendimento pessoal dos moços civis e militares que a compõem, num trabalho anônimo que muito os enobrece". (...) "Passamos a colher os primeiros frutos realmente positivos nesta luta inglória, na qual o inimigo não traz a dignidade e nobreza dos guerreiros tradicionais a que nós, militares, acostumamos a respeitar. Porém, aceitamos a luta como ela se nos apresenta e haveremos de vencê-la, pois jamais permitiremos a implantação em nosso país de regime que nega a dignidade do homem, galardão que legaram aos pósteros gerações de brasileiros".

Ao assumir o Ministério do Exército, em março deste ano:

"Volto-me para o Exército, inarredável fiador de tranquilidade para o desenvolvimento nacional, para aqueles abnegados, que, no silêncio, no perigo, e muitas vezes na incompreensão, garantem a segurança interna do país. Volto-me para os que chegam na lonjura das fronteiras ou na solidão do vazio interior, para os que trabalham, os que constroem, os que informam, os que planejam, os que estudam".

Na ordem do dia comemorativa da passagem do Dia da Vitória, em 7 de abril passado:

"Nestes 29 anos decorridos, só por duas outras vezes o Exército foi chamado a cumprir sua destinação além de nossas fronteiras: na Força de Emergência que a ONU enviou ao Oriente Médio e na Força Interamericana mandada pela OEA a São Domingos, posto que nosso governo não identificou a defesa do interesse nacional brasileiro em qualquer outro conflito limitado que tenha ferido a paz internacional ao longo desse tempo".

O novo ministro

Assim como o general Dale Coutinho, o general Sylvio Coelho da Frota, de 64 anos, assume o Ministério do Exército após uma curtíssima passagem pela chefia do Estado-Maior do Exército. Aliás, a carreira do general Sylvio Frota é marcada por uma característica singular: a tendência para ser interino em comandos de extrema sensibilidade. Já em 1969, depois de ter sido chefe do gabinete do ministro Aurélio Lyra Tavares, ainda como general-de-brigada, foi designado para o comando da I Região Militar, na Guanabara. E neste posto exerceu duas longas interinidades no comando do I Exército, que somaram 11 meses. Quando o general Bina Machado foi transferido para a Escola Superior de Guerra, Sylvio Frota foi efetivado no I Exército. Em fins de agosto de 1972 tornou-se general-de-exército, representando a arma da Cavalaria no Alto Comando do Exército, e a 28 de março de 1974 foi nomeado para o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército, em substituição ao general Dale Coutinho.

Tido como um exemplo de introspecção, o general Sylvio Frota fala pouco, quase nunca sobre política. Alguns trechos dos seus mais recentes pronunciamentos:

Ao deixar o I Exército, em março passado:

"... Debruçado sobre os 30 meses que à vossa frente estive, procuro perscrutar, na bruma mais densa que o tempo joga sobre o passado, os ventos marcantes da nossa convivência... Em nossa extensa área de jurisdição

militar, o ambiente de ordem e trabalho foi permanente. Para tal panorama, muito concorreu o perfeito entendimento entre autoridades civis, eclesásticas e militares".

Ao assumir a chefia do Estado-Maior do Exército, em março passado, ao falar sobre a guerra revolucionária, disse que é dever combatê-la frontal e energeticamente, e orientar com firmeza e inteligência as ações de natureza psicológica, objetivando neutralizar a propaganda subversiva e levar à comunidade civil a verdadeira imagem do Exército — pura e democrática.

Sobre as finalidades do Exército: "As chamadas finalidades complementares do Exército, que fluem da atual conjuntura e o afastam de seus objetivos mais importantes, devem ser cuidadosamente examinadas, de modo a não prejudicarem a sua atividade-fim, razão de ser da própria instituição: a instrução da tropa".

PROFESSORAS Por um salário condigno

Quando o governo federal determinou ao SNI que investigasse o não-pagamento do salário mínimo dentro dos níveis determinados deu uma espécie de estímulo a um movimento das professoras primárias mineiras: já há algum tempo elas esperam conseguir, entre outras reivindicações, dizem, "um salário condigno com a nobre tarefa que cumprimos".

Maria Telma Lopes Cançado, presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas, considera a decisão do presidente Geisel uma medida concreta em favor do magistério.

No dia 9 de maio, numa reunião da Associação, as mestras mineiras decidiram iniciar "uma mobilização global" para solucionar os problemas da classe. Entraram com uma ação exigindo que o governo estadual cumpra a lei de paridade no caso das professoras já aposentadas. Exigiram, também, um aumento salarial de 130% — atualmente o salário vai de 350 a 409 cruzeiros — e nesse sentido esperam o julgamento do recurso judicial que deram entrada em 4 de fevereiro de 1972 e cujo resultado será dado no dia 24 de junho.

As professoras tentaram durante cinco meses várias maneiras de dialogar com o governo estadual. Chegaram a enviar um telegrama à mãe do governador, dona Nicolina Pacheco, no Dia das Mães, solicitando sua intervenção para que "as professoras tivessem um reconhecimento pelo seu trabalho junto a milhares de crianças mineiras". Mas, "diante da morosidade do governo", diz Maria Telma, "resolvemos não esperar mais".

A Associação das Professoras pretende levar o movimento principalmente às cidades do interior do Estado, onde a situação seria bem pior do que na capital. Além disso, a Associação enviou um ofício à Assembleia Legislativa expondo sua situação e agora prepara um minucioso relatório para o SNI, no qual espera mostrar que o governo estadual está transgredindo a lei do salário mínimo.

A iniciativa das professoras mineiras (cerca de 57 mil no Estado) não é nova. Nem seus problemas. Antes do governo Rondon, a situação chegou a ser pior: além de receberem abaixo do mínimo, não podiam contar com o salário em dia. Havia casos de professoras que não recebiam há mais de dois anos. No governo Rondon, a maioria vem recebendo em dia; se bem que em setembro do ano passado cerca de 3 mil estavam com o pagamento atrasado e outras 7.200 impetraram recurso exigindo o pagamento das diferenças referentes a 1971 e 1972. Mas, mesmo reconhecendo uma certa melhora, as professoras mineiras achavam que "ninguém que recebe 360 cruzeiros por mês pode estar satisfeita e cumprindo o dever de ensinar com entusiasmo".

MINAS GERAIS O eleitorado fantasma de Tabuleiros

Uma urna apreendida pelo DOPS a quase 500 km de Belo Horizonte, em Tabuleiros, um fagarejo do vale de Jequitinhonha, durante o pleito de 1970, despertou a atenção do Tribunal Eleitoral de Minas. A urna apresentava nenhuma abstenção e nenhum voto em branco ou nulo e — o que causou mais sensação — todos os votos eram unanimemente a favor dos candidatos do temido Geraldo Santana, o dono da política do lugar. Através da urna se chegou à história incrível de um eleitorado fantasma cujo número chega a surpreender a mais fértil imaginação. Uma equipe do TRE foi a Tabuleiros (distrito de Salinas) e fez o maior expurgo já feito em Minas e talvez no Brasil: de 30.304 o número de eleitores da comarca (Salinas e mais três municípios) caiu para 9.524 após a depuração, isto é, do cancelamento dos títulos de pessoas que já morreram ou mudaram de comarca, dos em duplicata ou triplicata ou dos analfabetos que receberam o título mediante uma prova sumária de leitura, que constava de ler uma frase decorada perante o juiz local.

Além do eleitorado fantasma, Salinas tinha em seu processo eleitoral outras novidades: eram colocadas em fazendas de cabos eleitorais (em Lagoinhas uma urna só chegou à seção



eleitoral depois da votação) durante o tempo todo estava na casa de um cabo eleitoral.

O caso de Salinas, embora sem precedentes em Minas, é expressivo da situação do interior mineiro onde o coronelismo sobrevive. O Médio Jequitinhonha é uma região típica: desde a década de 1920 toda a vasta região era dominada pelo coronel Idalino, cuja fama, como se diz, ultrapassava fronteiras. Por volta de 1960, velho e em plena decadência, foi substituído pelo seu sobrinho, o ex-deputado e latifundiário Geraldo Santana. Santana vinha dominando a política da região de tal modo que chegou a ser presidente ao mesmo tempo dos diretórios locais de três partidos (UDN, PR e PTB), controlando desde a indicação de nomes para as prefeituras locais e de candidatos (sempre eleitos) à Câmara Federal e Estadual até as nomeações de professoras primárias e delegados. Nos municípios vizinhos, o poder é distribuído de acordo com os caprichos e conveniências de Santana. Em Rubelita, por exemplo, outro ex-distrito de Salinas, até a eleição passada o prefeito era o fazendeiro Leônidas Alves, o presidente da Câmara de Vereadores era o seu filho, Djalma Alves, e o delegado municipal o seu genro, enquanto uma de suas filhas era diretora do grupo e a outra a

coletora de município.

A repercussão do expurgo em Salinas e a notícia de que a TRE iria desencadear uma depuração do eleitorado mineiro naturalmente causaram certa apreensão entre os deputados. No mês de julho deverá ser publicado o novo quadro eleitoral do Estado. As previsões indicavam que o eleitorado aumentaria de 4.260 mil para cerca de 5 milhões, o que permitiria o aumento do número de deputados na Assembleia. Agora as previsões já não são tão otimistas e, segundo alguns deputados, se realmente ocorrer a revisão em todo o Estado, o número de eleitores (e consequentemente o número de deputados) pode até baixar. A primeira análise da situação, segundo o jornal *Estado de Minas*, indica uma margem de pelo menos 20 a 30 por cento de eleitores irregulares em todo o Estado. Mas o TRE, como confessam seus funcionários, não tem condições financeiras nem administrativas para realizar uma tão completa revisão. (T.B.)

BELO HORIZONTE Um modelo de escola

Os alunos dos grupos mantidos pela prefeitura municipal de Belo Horizonte, continuam pedindo que as aulas se estendam aos sábados e domingos. Não há mistério nisso: a secretaria municipal da Educação decidiu apelar para a comida como a "única sedução convincente" para atrair as crianças à escola.

A necessidade de atrair as crianças surgiu quando a secretaria de Educação resolveu dar um caráter empresarial à escola por ter constatado que a repetência e a evasão são fatores que aumentam demasiadamente o custo escolar. Até agora, o recurso tem sido um sucesso.

"Comercialmente falando" ...

O secretário municipal da Educação, Fernando Dias Costa, disse há poucos dias que acredita ter criado um modelo e uma filosofia de escola para o desenvolvimento. Esse novo modelo, segundo ele, parte do princípio de que se a empresa é a peça básica da economia capitalista, então é preciso dar à escola "um perfil de empresa", transformando-a "numa verdadeira empresa, num empreendimento que também deve buscar o lucro".

Uma minuciosa pesquisa sobre a situação específica da rede de ensino municipal revelou que a renda *per capita* média de todas as regiões em que se encontram casas de ensino da prefeitura é de Cr\$ 147,61, isto é, um pouco mais da metade do salário mínimo da época (1972), sendo que 10 dos 55 estabelecimentos estavam localizados em zonas cuja renda *per capita* é inferior a Cr\$ 55,00.

Os trabalhos realizados por médicos e pedagogos encontraram um quadro desolador: 85% das crianças são portadoras de verminose; 25% dos meninos têm deficiência visual ou auditiva que prejudica o aprendizado; numerosos casos de debilidade mental encontrados são produzidos pela carência de proteínas em determinada fase da vida infantil; quase todos os meninos têm peso e tamanho sensivelmente abaixo dos padrões da Organização Mundial de Saúde; grande parte da meninada que frequenta os estabelecimentos da prefeitura só se alimenta nas escolas porque não tem nada para comer em casa; a repetência tem uma de suas causas na desnutrição; o rendimento escolar está na ordem direta do poder econômico da família; e, finalmente, a grande evasão é determinada principalmente pela falta de condições econômicas para manter o filho.

Como dar um caráter empresarial ao ensino numa situação dessas? Partindo desses dados, os especialistas da secretaria da Educação chegaram às

seguintes conclusões, contidas num relatório distribuído pela prefeitura: "1) As escolas municipais localizadas nessas regiões só conseguirão recolher as crianças para o ensino se lhes oferecerem a única sedução convincente: a comida. 2) É de tal ordem a desnutrição dessas crianças que, sem alimentação adequada, o rendimento no aprendizado é nulo. Vem a repetência. 3) A carência da escola está localizada também na periferia e a expansão da renda deve ser seguida de um programa de assistência adequada".

E, realmente, o caminho adotado para levar a criança à escola, segundo o próprio relatório, foi "criar todo o tipo de sedução e facilidade, com visível ênfase assistencialista". Assim, a secretaria partiu para a execução de um agressivo programa de assistência. A merenda virou um almoço. Num dia, por exemplo, o cardápio consta de sopa de mandioca, legumes e carne, tendo como complemento um copo de leite com amendoim. Noutro dia, é servido feijão tropeiro, ovos, carne e couve, e mais um copo de suco ou mate. O papel da alimentação tornou-se tão preponderante que levou o secretário da Educação a dizer numa conferência que agora, nas escolas mantidas pela prefeitura, "professor e cozinheiro se nivelam em importância".

A refeição é servida no intervalo das aulas, obrigando assim a presença do aluno na escola pelo menos até aquela hora. Mas se o menino chega ao grupo sem ter se alimentado antes, como acontece normalmente, ele ganha um prato suplementar antes das aulas e depois também participa da refeição servida no horário normal.

No ano passado o custo da alimentação na rede de ensino da prefeitura foi de Cr\$ 3.200 mil (contra pouco mais de Cr\$ 100 mil em 1971) e a previsão é que o gasto este ano atinja por volta de Cr\$ 3.800 mil. Os resultados, em contrapartida, têm sido excelentes. O aproveitamento escolar aumentou, enquanto a evasão e a repetência diminuíram sensivelmente. O que, "comercialmente falando", é um excelente negócio. (T.B.)

RECIFE Poluição e caranguejos

O famoso ciclo do caranguejo, que projetou o sociólogo Josué de Castro, se encontra na iminência de ser interrompido. Um recente estudo técnico da SUDENE constatou que no mangue do rio São Lourenço, na cidade de Goiana, a 60 quilômetros do Recife, a pesca do caranguejo foi reduzida de 119,8 cordas (média de 12 caranguejos amarrados numa fibra de palha de coqueiro) por dia para 63,7. Isso representou uma redução de 53% na pesca do crustáceo.

Os técnicos da SUDENE atribuem o fato a um afastamento dos pescadores para outra atividade e à pesca irracional do caranguejo. Mas os caranguejeiros (pescadores) acreditam que o problema se deve a fábrica Papel Ondulado do Nordeste S/A (PONS), indústria instalada há um ano na região, onde vivem mil pescadores.

"Por causa da soda que sai do cano de despejo da fábrica mais de 50 canoas estão paradas", diz o caranguejeiro José Joaquim de Souza, 50 anos, 200 crustáceos por dia e um apurado de Cr\$40,00. "O caranguejo está ameaçado de desaparecer de Pernambuco em decorrência de aterros dos mangues e poluição das águas", diz o ecólogo pernambucano José Martiniano da Sila.

"Em Olinda, continua o ecólogo, cinco mil famílias riscaram do dia-a-dia a alimentação à base do caranguejo, em face das dificuldades enfrentadas pelos pescadores. O desaparecimento desses animais concorreu para o despoamento dos mangues. Os maçaricos, que imigravam do golfo do México de setembro a março e aqui faziam pousada no nordeste, foram

afugentados. Nos galhos desses arbustos não são vistos mais os guaxinins, os guarás, as galinhas d'água, as siricóias, que povoavam a região. Tudo está morrendo". (Ivan Maurício)

ANTIBIÓTICOS Os perigos do excesso

O surgimento de novos tipos de bactérias resistentes poderia ser uma consequência do excesso de liberdade de prescrição de antibióticos", diz um relatório da Organização Mundial de Saúde, divulgado no dia 15 de maio. Apesar das frequentes advertências contra o emprego exagerado dos antibióticos, o abuso desses medicamentos nos hospitais brasileiros parece crescer. Uma pesquisa divulgada há duas semanas pela direção do Hospital do INPS de Ipanema, no Rio, revelou, por exemplo:

de cerca de 1 milhão de cruzeiros gastos em 1973 no uso de antimicrobianos, a maior parcela das despesas, acima de 32 por cento (quase 330 mil cruzeiros), coube à ampicilina. "o mais ineficaz antibiótico demonstrado nos testes de resistência bacteriana realizados";

não há critérios técnicos para a utilização dos antibióticos, "registrando-se, inclusive, a prescrição de antibióticos em desacordo com os testes de sensibilidade realizados (antibiograma) em cerca de 20% dos casos";

em apenas 27,7% dos casos ocorridos durante o primeiro semestre do ano passado foi prescrito um antimicrobiano isoladamente; em 33,9% dos casos foram empregados dois antibióticos combinados, em 26,8% três antibióticos, e houve até casos em que foram usados no mesmo paciente e para o mesmo fim cinco antibióticos combinados — quando estudos oficiais feitos nos Estados Unidos já provaram a ineficácia de muitas dessas combinações por exporem os pacientes ao dobro de possíveis efeitos colaterais.

Segundo seus autores, a pesquisa representa apenas "o ponto de partida para a formação de uma consciência a respeito do problema com fundamento da realidade, acreditando (...) que situação semelhante poderá ser identificada, com relativa facilidade, na rede hospitalar brasileira".

BNH O conjunto modelo

É possível construir moradias baratas e ao mesmo tempo obter uma alta rentabilidade para o capital empregado? Esse parece ser o grande problema que os programas de construção de casas populares vem enfrentando no Brasil, desde a criação do Banco Nacional de Habitação.

O atual Governo Federal manifestou a intenção de atacar a questão, numa tentativa de acabar com o imobilismo que, há algum tempo, se observa na atuação da maioria das Companhias de Habitação — COHABs — empresas de economia mista cuja meta é promover a satisfação das necessidades habitacionais da faixa da população que auferir entre um e três salários mínimos mensais. Recentemente, o ministro do Interior, Rangel Reis, apontou a COHAB do município de São Paulo como um exemplo de ineficiência, e anunciou a adoção de programas mais eficazes para que ela e suas congêneres em todo o país possam atender às finalidades para as quais foram criadas. Tudo indica, porém,

que a tarefa não será fácil.

Não foi à toa que o ministro do Interior se referiu à COHAB de São Paulo. Em nove anos de funcionamento ela entregou apenas 4 mil unidades residenciais, sendo que o déficit habitacional da capital paulista, este ano, está calculado em 760 mil residências, aproximadamente a metade das existentes em toda a cidade. As obras de nada menos de 4.300 moradias estão paralisadas porque as empreiteiras responsáveis por elas não respeitaram as especificações mínimas relativas à qualidade das construções, obrigando a COHAB a intervir para arcar com os reparos necessários, o que exige o emprego de novos recursos, além dos programados. E há quatro anos não é iniciada a construção de uma única casa ou apartamento.

Em Carapicuíba, perto de São Paulo, a COHAB iniciou, há alguns anos, a construção de 5 mil unidades residenciais. Até hoje, foram entregues apenas 1.290 apartamentos, que já estão habitados. A obra está paralisada por problemas criados pelas construtoras: 2.668 apartamentos estão esperando não só acabamento mas também a reconstrução dos encanamentos de água e esgoto, cuja colocação foi mal-feita. Outras 860 casas também estão por acabar. Estas, particularmente, foram mal construídas: as paredes foram levantadas com tijolos de cimento ligeiramente caiados de branco, a escada de acesso à parte de cima é digna de ser usada em canteiros de construção civil, o assoalho do segundo andar é de madeira rústica, as paredes divisórias entre os diminutos cômodos são de eucatex, material de que é feito o forro, também; e o telhado é coberto por telhas de eternit que, normalmente, são carregadas pelo vento.

Se o conjunto de Carapicuíba apresenta problemas diretamente ligados à construção das unidades residenciais, outros, além de sofrerem desse mal, também se ressentem de falhas na sua infra-estrutura. Em Bororé, perto de Interlagos, de 1.080 casas que seriam feitas, apenas uma parte foi levantada, e muitas delas tiveram de ser derrubadas depois de prontas, por falta de condições. O terreno onde o conjunto foi feito não tem água, nem mesmo de poços artesianos. Só quando a SABESP — empresa distribuidora de água em São Paulo — estender sua rede até lá, a água vai aparecer. Esgoto e luz não existem. E a escola mais próxima do local está a nada menos do que 30 quilômetros. Condições semelhantes são encontradas em Guianazes, Cumbica e Sapopemba, outros bairros de São Paulo onde há conjuntos habitacionais.

Francisco Queluz, presidente da COHAB de São Paulo, diz que o grande problema que a empresa enfrenta é o de trabalhar com uma população de baixa renda e, consequentemente, pouco poder aquisitivo. Os mutuários que compram as casas construídas sob o patrocínio da COHAB só podem comprometer 25% de sua renda com o pagamento das prestações, que se estendem por um prazo máximo de 25 anos. A unidade residencial mais cara que esse sistema pode financiar deve custar, no máximo, 26 mil cruzeiros (seria comprada por quem tem renda igual a três salários mínimos mensais). Como ele deve atender, também, aos que ganham um, um e meio e dois salários mínimos, o preço ideal de cada unidade se aproxima de 20 mil cruzeiros. Calculando o custo do metro quadrado de terreno, em São Paulo, atualmente em torno de 30 cruzeiros e o do metro quadrado de construção em torno de 600, percebe-se que é muito difícil construir casas dentro dessa faixa de preços: uma casa simples, com 35 metros quadrados de área construída em 150 metros quadrados de terreno, custaria, no mínimo, 30 mil cruzeiros. Uma obra desse tipo entregue a empreiteiras cuja maior preocupação é o lucro dificilmente atingirá os mínimos padrões de qualidade exigidos e talvez nem mesmo seja terminada. (Luiz Roberto Serrano)

ABASTECIMENTO O "listão" psicológico

Com o aumento de 24% nos preços dos alimentos verificados pela Fundação Getúlio Vargas nos primeiros quatro meses do ano, o governo decidiu tabelar oficialmente os principais produtos alimentícios, como uma medida de valor psicológico junto à população e como um possível freio à especulação. A lista, abrangendo cerca de 60 produtos, já está em vigor no Rio, São Paulo e Belo Horizonte.

Não se pode falar em tabela, porque os preços estabelecidos pelo governo para os principais centros consumidores não foram fixados através de portaria — o que significa que não pode haver, para os que não a respeitarem, autuação em flagrante nem enquadramento na lei que pune os crimes contra a economia popular. Entretanto, a portas fechadas, os varejistas ouviram falar em segurança nacional, punições, corte de crédito e perícias da Receita Federal. Através desses aparentemente poderosos

argumentos, foram convidados a colaborar.

Segundo informações da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, os índices de rentabilidade dos supermercados são extremamente elevados em relação a outros setores, atingindo em média cerca de 30%. Os dirigentes dos supermercados, porém, revelam-se em geral inconformados com o tabelamento, alegando diminuição de lucratividade e que não foram consultados para a elaboração das listas — foram apenas notificados das intenções do governo. Diante disso, segundo afirmou categoricamente um representante do setor no Rio, "os produtos que derem prejuízos na comercialização não serão oferecidos ao consumidor", ou seja, se com o preço de tabela, o lucro não for suficiente, os produtos sofrerão o já habitual processo de escassez.

Entretanto, o tabelamento hoje vigente nos grandes centros urbanos não significa um congelamento de preços — a tabela é oficiosa exatamente para permitir facilmente qualquer reajuste, uma vez provado o aumento de custos do produto. Segundo os técnicos, os preços provavelmente serão reestudados mensalmente.

Com a fixação do listão, foram reduzidos os preços de mais de 20 produtos para o consumidor, entre os 66 atualmente classificados. No Rio, por exemplo, o arroz de marca, que estava sendo vendido a Cr\$ 5,00, baixou para Cr\$ 4,60; a goiabada passou de Cr\$ 4,50 para Cr\$ 4,10 e o queijo prato que estava a Cr\$ 20,00 foi tabelado a Cr\$ 18,00. Entretanto, em maio do ano passado, uma dona de casa que entrasse num supermercado do Rio e comprasse um quilo de feijão, um de arroz, uma dúzia de ovos, um quilo de lombinho, um de farinha de trigo, um quilo de sal e um de açúcar, uma lata de sardinha e uma lata (de 1 kg.) de gordura de coco, pagava, por tudo isso, Cr\$ 31,37. Agora, pelas mesmas coisas, paga Cr\$ 47,50 — uma diferença a mais de 51,40%. Isso sem falar em outra consequência inevitável que o tabelamento vai causar: o aumento indiscriminado de todos os gêneros não tabelados, para compensar a diminuição dos lucros dos varejistas.

MERCADO FINANCEIRO

Onde está a segurança?

Quem acompanhada a publicidade das instituições financeiras privadas, não deve ter deixado de notar que após a intervenção do governo no grupo Halles, houve uma certa modificação na linguagem dos anúncios. Antes, a publicidade falava só praticamente em "bons rendimentos" aos investidores. Agora, que a confiança do público no mercado financeiro está abalada, a linguagem: 1) acentua o aspecto da "segurança" que o investidor deve levar em conta ao decidir em que empresa aplicar, e 2) sugere que a segurança de uma instituição depende de sua ligação com grupos externos. Exemplos:

1 — Do grupo Financilar: depois da inserção "Aplique com segurança", o anúncio diz que o grupo conta com a "participação do The Bank of Tokyo Ltd" e afirma que "nossos papéis são resgatáveis em qualquer dependência do Sistema Financeiro Financilar e nas Agências do Banco de Tokyo S.A.;

2 — Do grupo Novo Rio: depois de sugerir que o Banco Novo Rio de Investimentos é associado ao Bank of London, o anúncio diz: "Existe melhor companhia para você no mercado financeiro?";

3 — Do Grupo Crefisul: Os papéis do Crefisul (letras de câmbio, certificados do depósito bancário, etc.) além de "segurança e liquidez" ainda são "resgatáveis em todas as agências do Crefisul e também no City Bank"; o Crefisul ainda vinculou um anúncio de página inteira com o título *Faça Como*



Num anúncio de página inteira, como o publicado no jornal O Estado de S. Paulo, o grupo Crefisul aconselha o investidor: "Faça como o Citibank. Aplique seu dinheiro no Grupo Crefisul". O First National City Bank de New York é sócio do grupo Crefisul desde setembro de 72 e agora se transformou no principal argumento do Crefisul para provar que é um grupo financeiro seguro.

"Citibank. Aplique Seu Dinheiro no Grupo Crefisul."

4 — Grupo Denasa: o anúncio é baseado no fato de ele ser "associado ao Security Pacific National Bank".

Feitos mais com a intenção de impressionar o investidor, do que para esclarecê-lo, na linguagem e no conteúdo desses anúncios existem pelo menos dois equívocos.

Primeiro: se a segurança das empresas financeiras depende de seus sócios externos, o próprio grupo Halles deveria ser considerado uma instituição segura, já que o Banco Halles de Investimentos tinha como sócio o The Sumitomo Bank Ltd, um dos cinco maiores do Japão. (Muito antes da crise que abalou o mercado financeiro e que culminou com o caso Halles, já era comum a associação entre grupos financeiros nacionais e estrangeiros. Essas associações em geral se processam através dos bancos de investimentos, já que a legislação brasileira faz restrições à participação externa em bancos comerciais. Assim, a edição financeira da revista *Visão* (29/5/74) observa que, dos 43 bancos de investimento que operavam no país até 31 de dezembro passado, 21 contavam com participação estrangeira. E dos 10 maiores bancos de investimento segundo o volume de financiamentos, sete — União Investbanc, Bradesco, Halles, Safra,

continua na página ao lado

BIB, Denasa e Itaú — tinham sócios estrangeiros.)

Segundo: não é correto afirmar, como está nos anúncios dos grupos Financilar e Crefisul, que seus papéis são resgatáveis nas agências de seus sócios estrangeiros. Isso pode confundir o público, que então poderia pensar que qualquer problema que houvesse com esses grupos, os sócios externos estariam ali para garanti-los, o que não é verdade. O Banco de Tokyo resgata uma letra de câmbio da Financilar até o dia em que a Financilar pagá-lo normalmente. A partir daí, ninguém sabe de nada. O grupo Sumitomo não garantiu os papéis do Banco Halles apesar de ser seu sócio.

Com esses equívocos e essa insistência tais anúncios não podem parecer mais com uma autoconfissão de incompetência de certos grupos nacionais privados?

JAPÃO "Generous Motors"

Uma empresa que desembolsa mais de 50 milhões de dólares para comprar grande parte do controle acionário de outra e, passados três anos, mal consegue influir em suas decisões e se vê impedida de retirar um só centavo a título de dividendos, mesmo tendo contribuído para aumentar em 200 milhões de dólares a receita desta outra, deveria sem dúvida estar descontente com o negócio que fez.

Mais ainda quando a empresa que comprou as ações é muito maior do que a que vendeu, situando-se mesmo no primeiro lugar mundial em seu ramo; quando as negociações para a venda de 34,2% da ações da empresa menor levaram um ano e meio de cuidadosas análises e discussões e quando a situação financeira da empresa menor antes da venda de parte de seu controle acionário era simplesmente insustentável.

No entanto, tudo isto aconteceu e a grande empresa mundial afirma que está muito satisfeita com a operação. Talvez um dos diretores da empresa menor tenha razão ao afirmar que o nome da compradora deveria ser

continua na página ao lado

O "listão" de aumentos

	Preços de mercado (1)	Preços do listão (2)	Aumento
Açúcar (kg)	1,07	1,20	12,1%
Arroz (kg)	2,25	3,92	74,1%
Feijão (kg)	3,65	4,60	26,0%
Queijo prato (kg)	14,00	18,00	28,5%
Ovos (dz)	3,35	4,00	19,4%
Leite em pó (lata)	4,39	6,35	44,6%
Gordura de coco (kg)	3,90	10,80	171,1%
Farinha de trigo (lata)	1,30	1,70	30,7%
Lombo (kg)	12,80	17,00	32,8%
Costela (kg)	9,80	12,00	22,4%
Extrato de tomate (lata)	1,00	1,40	40,0%
Sardinha (lata)	1,35	1,90	40,7%
Salsicha (lata)	2,85	3,50	22,8%
Sal (kg)	0,70	1,00	42,8%

(1) Preços de mercado de alguns produtos no GB maio de 73. (2) Preços do listão para o Rio.

Os efeitos da "correção" corrigida

A correção monetária parece ter perdido boa parte do seu prestígio por aqui. E isso justamente quando, no exterior, economistas de grande prestígio (como é o caso de Milton Friedmann) passaram a defender a importação dessa invenção brasileira pela economia mundial em dificuldades com a inflação.

Na verdade, ela vem sofrendo alguns golpes até por parte de quem tem direito de ser chamado de pai da criança: o ministro Mário Henrique Simonsen.

Eis apenas dois fatos:

1 — Embora o texto da Resolução 286, do Banco Central, que definiu as novas taxas de juros, não seja explícita, pode-se deduzir que a correção monetária pré-fixada na remuneração das letras de câmbio e nos depósitos a prazo fixo passou a ser de 15% (que com os 9% de juros usuais somam os 24% do rendimento legal para o tomador desses papéis). Ora, do próprio Ministério da Fazenda acaba de vir a notícia de que a inflação prevista para o período maio/74 a maio/75 é de 19%, um prognóstico que vem sendo considerado otimista ainda que conte com um arrefecimento da

alta dos preços no segundo semestre deste ano. No entanto, mesmo que se admitam como corretos, esses 19% terão corrido em pelo menos 4% a correção monetária das letras de câmbio e dos depósitos a prazo fixo de um ano adquiridos logo após as novas taxas de juros.

2 — Ao ser fixado em 14,4 o reajuste das prestações da casa própria adquirida com financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) pelo Plano de Equivalência Salarial, provavelmente está dado um passo a mais para reduzir o patrimônio dos optantes pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. E isso está bastante claro na medida em que os recursos do Fundo constituem a principal fonte do BNH que tem que creditar a correção monetária na conta dos optantes. De fato, se o BNH conta com um reajuste de apenas 14,4% dos tomadores dos empréstimos, não terá a longo prazo condições de pagar correção monetária muito superior a esse teto. E já está visto que a inflação vai girar bem por cima desses 14,4%. Quer dizer: além da diluição do patrimônio dos que contribuem para o FGTS, essa nova medida abala ainda mais a instituição da correção monetária.

De qualquer maneira, parece que a intenção do governo não é de acabar com a correção, mas é a de que ela seja inferior à inflação.

Exportação do faz-de-conta

Alta do custo de vida está obrigando o consumidor a aumentar a parcela do seu orçamento destinada à alimentação, obrigando-o a adiar a renovação do seu guarda-roupa. Com isso, depois dos invernos muito frios de 1972 e de 1973 (que deixaram nas prateleiras tecidos e roupas quentes) as indústrias têxteis voltam a se ressentir de vendas extremamente baixas.

Até artigos de poliéster e de nylon começam a encalhar, fato que está levando grandes empresas de fios e de fibras sintéticas a se mexerem contra manobras que consideram desleais por parte de concorrentes menores. Grandes firmas estão acusando algumas empresas (não chegam a citar nomes) de estarem importando fios lisos com incentivos fiscais pelo sistema *draw-back* e vendendo os tecidos produzidos com esses fios no mercado interno, a preços inferiores aos dos custos de produção, em vez de reexportá-los como é exigido de quem importa nessas condições. E como estariam conseguindo contornar a fiscalização? As informações são de que essas empresas estão conseguindo carimbar ilegalmente as notas fiscais nas fronteiras com outros países, sem que se efetive realmente a transferência de mercadorias.

Esse expediente não parece

novidade. Desde que foi instituído o sistema *draw-back*, em 1966, os mais espertos descobriram a forma de burlar o fisco. A novidade está em que só agora as grandes empresas se sentem prejudicadas. E isso porque os compradores se retraíram e um "dumpingzinho" no mercado interno já começa a fazer diferença.

A volta do boneco

Apesar da absoluta falta de alternativas em todo o mercado de capitais, os investidores parecem ter tomado consciência de que as aplicações em letras de câmbio em depósitos a prazo fixo, às taxas oficiais de 24 a 26% são, no mínimo um mau negócio. Claro: com a inflação que está aí, uma renda de 26% pode ser até prejuízo. E se continuar a acontecer com outros bancos o que se passou com o Halles, o risco passa a ser ainda maior.

Por isso, os poucos investidores que estão canalizando suas poupanças na compra desses papéis, estão procurando instituições sobre cuja solidez não haja dúvidas. Assim um grande número de financeiras e bancos de investimento está encontrando sérias dificuldades para encontrar público interessado em seus títulos de renda fixa. Já na segunda semana de vigência das novas taxas, um bom número de instituições financeiras não teve outra saída senão atrair o investidor com um adicional

("boneco") de 4 a 6%. E isso, apesar das ameaças do Banco Central.

É fácil comprovar essa situação. Basta pegar o telefone e leiloar aos gerentes de captação de bancos de investimento e de financeiras uns dois ou três milhões de cruzeiros.

Insolvências preocupam

Nos últimos dois meses o número de grandes empresas do Rio e São Paulo cuja falência foi requerida ou que foram levadas a requerer concordata preventiva está bem acima do normal. Entre elas, figuram as seguintes: Lojas Pirani, Supermercados Ideal, Supermercados Tem-Preço, Exposição Clipper, Consursan, Lojas Marabaz, Editora Brasileira, sem falar num número fora do comum de farmácias e drogarias. O maior problema não são apenas as dificuldades financeiras dessas empresas, mas a situação criada para um grande número de pequenos e médios fornecedores cujo pagamento fica adiado por prazo indeterminado. É bastante provável que estes também sejam afetados pela insolvência dos grandes e venha a sua vez de pedir água ao mercado.

A principal causa dessa nova situação é, sem dúvida a falta de dinheiro que afeta as praças desde novembro de 1973 que levou os fornecedores a encurtarem prazos de pagamento e a eliminarem os descontos normais que eram concedidos a clientes.

Pedro Pinheiro

O aumento possível

Nos dias que antecederam sua decretação, houve muita especulação em torno dos novos níveis do salário mínimo. Sabia-se que os próprios estudos da Fundação Getúlio Vargas indicavam brutal queda no valor real dos salários nos últimos anos, a ponto de ser preciso dobrá-los, de 300 para 600 cruzeiros, para restituir ao trabalhador o poder aquisitivo que ele tinha em 1958. Conhecia-se a opinião do ministro do Trabalho, que "gostaria que o aumento fosse de 100%", ainda que feita a ressalva de que "há um abismo entre o que se deseja fazer e o que se pode fazer". Finalmente, havia ainda, já no plano empírico, a constatação, possível a qualquer observador, de que a alta da alimentação a partir de 1973 atingira níveis insuportáveis, não deixando ao trabalhador remunerado à base de salário mínimo nem mesmo a opção de comer batata, então a Cr\$ 3,50 o quilo, ou pedaços de toucinho, a Cr\$ 15,00 o quilo, dentro do arroz.

Alegou-se, para justificar o reajuste entre 20,4 e 24,7%, que o salário mínimo desempenha, no Brasil, o papel de uma "unidade de valor", isto é, seus níveis servem de base para contratos de aluguel de imóveis, reajustamentos de prestações do BNH, taxas e multas, entre outros. Uma brusca elevação nos salários mínimos representaria, assim, um verdadeiro agente detonador de uma série de outros aumentos, agravando o processo inflacionário dos primeiros meses do ano — e que parece declinar no momento.

Mas, na mesma época, acenou-se

com uma perspectiva menos sombria para o salário mínimo: foi anunciado que técnicos do governo já estavam estudando fórmulas para desvinculá-lo de seu atual papel de "unidade de valor". Em outras palavras, o salário mínimo não mais serviria de base a reajustes de preços em outras áreas, retornando, assim, a sua finalidade primeira: a de dar padrões condignos de vida ao trabalhador, conforme estabelece a Constituição. Novamente autônomo, o salário mínimo poderia ser objeto de reajustes reais, sem provocar aumentos em cadeia.

Teóricos e sobreviventes

A idéia de *libertar* o salário mínimo de sua atual prisão já está, no entanto, provocando resistências. Teóricos alegam que há outros problemas econômicos a serem considerados, numa possível reformulação da atual política.

Afirma-se, como primeira restrição, que maior reajuste para o salário mínimo "levaria o funcionalismo público e os trabalhadores que já percebem salários superiores ao mínimo a reivindicarem aumentos na mesma proporção". O argumento é, no mínimo, imobilista. Mesmo que as pressões ocorressem, nada indica que o governo fosse obrigado a aceitar uma política de aumentos salariais indiscriminados. Na verdade, sabe-se que são os trabalhadores de salários mais baixos os principais atingidos pela alta de 25% na alimentação nos primeiros quatro meses do ano. E seria perfeitamente tolerável, para o governo

que apresente superávits em sua execução orçamentária e para as empresas, oferecerem uma compensação, ou uma "complementação salarial" a essas faixas de trabalhadores e servidores. A providência não envolve nenhum risco inflacionário, como poderiam alegar os teóricos, desde que se atentasse para dois aspectos:

a) Os dados oficiais revelam que as despesas com pessoal (salários e encargos trabalhistas) variam, de setor para setor, entre 5 e 15% e entre 10 e 20% do total do faturamento. Assim, um aumento ou complemento salarial de 10% representaria, apenas, um aumento de 0,5% a 1,5%, ou 1% e 2% nos custos finais de produção das empresas.

b) Há mais, porém: nas "despesas com pessoal" estão incluídos os salários de diretores, técnicos, ocupantes de chefias, que ganham entre 15 a 100 vezes o salário mínimo, isto é, de 6 mil a 40 mil cruzeiros por mês. Se excluídos esses funcionários do "complemento salarial", o aumento de custos seria ainda inferior àqueles níveis.

A adoção de um "complemento salarial" apenas para as faixas de salários mais baixas sequer seria novidade. Ela foi adotada em 1969 — embora marotamente esvaziada pelo Ministério da Fazenda — quando se reconheceu o "achamento salarial" decorrente dos cálculos errados para os registros no período 1965/1968. Para evitar protestos das empresas, ou mesmo a criação de uma "psicologia inflacionária", o governo, na época, praticamente *absorveu* os efeitos dos aumentos, através do adiamento do recolhimento de impostos (se uma empresa é beneficiada por uma adiação, isso significa que ela recebeu, indiretamente, dinheiro *emprestado* do governo, correspondente às quantias que

deveriam ser pagas. Esses empréstimos, teoricamente, livram as empresas de recorrerem aos bancos ou financeiras, livrando-se, portanto, do pagamento de juros. O "aumento salarial" acaba sendo compensado pelo não-pagamento de juros, no final das contas).

Humor e doença

Ao solicitar providências urgentes para os problemas do mercado financeiro, após o episódio Halles, um empresário do setor, provavelmente julgando-se dotado de fino senso de humor relembra Keynes e afirmava que "a longo prazo estaremos todos mortos".

"Nem tanto, senhor banqueiro", retrucaria um analista de balanços, que retiraria os seguintes dados dos resultados de um grande banco brasileiro no primeiro semestre de 1973 (deixa-se de levar em conta os resultados do segundo semestre porque uma série de incorporações realizadas pelo banco distorceu os dados do período): para um capital de 335 milhões, lucro de 112,2 milhões em seis meses, ou um lucro projetado de 225 milhões em um ano, isto é, quase 70% sobre o capital. Em despesas com pessoal, o banco gastou 132 milhões no semestre ou, em outras palavras, reduzindo-se o lucro do banco em 10%, isto é, em 11,2 milhões no semestre, seria possível dar um aumento de 8% a todos os funcionários (ou 11,2 milhões sobre 132 milhões).

Mas há mais: os 12 diretores do banco fizeram jus, no semestre, a uma participação de 3,5% sobre o lucro líquido, recebendo, em conjunto, 4 milhões de cruzeiros, ou 350 mil cruzeiros novos cada um. E ainda: a

parcela relativa exclusivamente a salários pagos no semestre (excluídas gratificações a funcionários, horas extras, etc.) montou a 62 milhões; sobre essa parcela, os 4 milhões de cruzeiros de participação dos diretores representam 6,5%. Vale dizer: os salários, tomados isoladamente, poderiam ser aumentados em 6,5%, para dezenas de milhares de funcionários, não existisse a alta gratificação à diretoria.

Todos os estudos do Ministério da Saúde estão apontando, no momento, que a principal causa da mortalidade infantil no Brasil é a desnutrição. E, na linguagem fria a que os técnicos se habituam, admite-se ainda que, devido à subnutrição, milhões de brasileiros (não milhares, mas milhões mesmo) estão condenados a serem débeis mentais porque a insuficiência de proteínas na infância produz lesões irreparáveis no cérebro. Esses débeis mentais, apontam friamente os técnicos do Ministério da Saúde, serão um "ônus" para a nação, não só por exigirem assistência como porque serão total ou parcialmente improdutivos. A subnutrição está ligada à miséria, aos baixos salários, ao descompasso entre os reajustes dados ao trabalhador e o custo da alimentação. Se o aspecto humanitário não conta para os formuladores de teorias econômicas, eis aí um dado econômico a justificar medidas imediatas para uma nova política para o salário mínimo, a longo prazo, e a adoção de um "complemento salarial", imediatamente. Se, no caso dos banqueiros, é improvável que estejam mortos a longo prazo, no caso de milhões de brasileiros é certo que serão débeis mentais daqui a anos. É o que diz o Ministério da Saúde.

Aloysio Biondi

continuação da página ao lado

Generous Motors, ao invés de General Motors, para tornar clara sua generosidade.

A estranha operação começou ainda em 1969, quando a General Motors resolver montar uma unidade fabril na Ásia. Sem se impressionar com as tentativas fracassadas da Ford e da Chrysler em seus acordos com duas empresas da indústria automobilística japonesa (a Toyo Kogyo e a Mitsubishi), a General Motors definiu-se favoravelmente a uma fusão com uma empresa pequena, ainda que tradicional.

As razões da GM eram relativamente simples. Fora do Japão seria difícil conseguir suprimento de aço e peças em quantidades e preços satisfatórios; no Japão, os níveis salariais e os preços de terrenos desaconselhavam a instalação de uma fábrica nova pela GM; finalmente, a situação da Isuzu, cujo forte são os caminhões pesados, era muito difícil e sua absorção por uma empresa maior inevitável.

Concretizada a operação, ao contrário do que seria lógico esperar, o gigante não conseguiu engolir o anão: o governo japonês e a legislação antitruste norte-americana impediram a transferência de 50% do controle acionário. Mesmo assim, a GM talvez pudesse utilizar sua condição de maior acionista individual da Isuzu e seu poderio internacional para tornar-se o dono de fato, se não de direito. Mas nem isto ocorreu.

Os antigos diretores-proprietários da Isuzu, que antes do acordo com a GM estavam sendo obrigados a vendê-la ao grupo Nissan por pressão do governo japonês, se mostraram um osso-duro de roer. Aproveitando inclusive a má vontade do governo em relação às empresas estrangeiras, eles passaram à contra-ofensiva.

Durante mais de dois anos, o diretor e os dois membros do conselho indicados pela GM tiveram que contentar-se com entendimentos burocráticos com pessoal japonês de nível médio. As grandes decisões da empresa eram tomadas "em família" pelos japoneses e os americanos se limitavam a endossar o fato consumado.

Segundo o sisudo *Wall Street Journal*, que dedicou duas extensas reportagens de primeira página ao assunto, só pouco a pouco foi melhorando a situação dos representantes da GM. E para isto eles tiveram que fazer uso daquilo que comumente se chama de paciência oriental, aliada, é bom acrescentar, a uma intensa ajuda no sentido de aumentar as vendas da Isuzu, particularmente no mercado dos EUA.

O *Wall Street Journal* encerra a segunda reportagem com uma declaração do diretor indicado pela GM, na qual ele afirma que os objetivos da empresa que representa foram atingidos, pois ela está ajudando a Isuzu a tornar-se uma empresa rentável. Tudo realmente muito generoso. Resta saber se estas intenções magnânimas continuarão a partir de 1976 quando se esgotam os cinco anos da proibição feita pelo governo japonês à GM de assumir o controle de acionário da Isuzu.

ESTATÍSTICAS Das estimativas e dos asteriscos

Para o economista Roberto Calvanti de Albuquerque, superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social da Secretaria de Planejamento, a renda *per capita* anual brasileira será de 700 dólares no final deste ano, superando a meta prevista no I Plano Nacional de Desenvolvimento, que era de 634 dólares. Um documento da mesma Secretaria, no entanto, para comprovar o bom desempenho da economia brasileira nos últimos 10 anos, afirma que até o final do ano a renda *per capita* será superior a 500 dólares. O mesmo órgão apresenta duas estimativas completamente diferentes para medir a renda média do brasileiro ao final de 74? Qual é correta?

Quase todos os números que procuram dimensionar o crescimento

Ano	Valor	Valor	Índice
	23.055,9	23.055,9	—
	36.817,6	23.692,1	2,8
	53.724,1	24.906,9	5,1
	71.486,3	26.089,9	4,7
	99.879,8	28.520,8	9,3
	133.116,9 (1)	31.087,6	9,0
	174.624,1 (1)	34.046,4	9,5
	233.996,3 (1)	37.881,9	11,3
	302.323,2 (1)	41.820,9	10,4
1974	389.090,0 (1)	46.586,4	11,4

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (1) Estimativa preliminar

da economia nacional a partir de 1969 vêm acompanhados de um asterisco, que significa "estimativa preliminar". O asterisco é, por exemplo, um companheiro inseparável dos dados do Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas sobre crescimento do PIB — Produto Interno Bruto (veja tabela).

As estimativas nem sempre obedecem aos mesmos critérios, o que explica a existência de dados conflitantes. Para a Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, o crescimento da indústria de transformação em 1973 foi de 18,3% — número que foi obtido através de levantamento que envolveu cerca de 5 mil estabelecimentos industriais, de 21 setores fundamentais. A Fundação Getúlio Vargas, por sua vez, calcula que a indústria cresceu 15% no ano passado.

É possível confiar nas estatísticas brasileiras? Frequentemente parece que não. A revista *Conjuntura Econômica*, da FGV, ao fazer o seu

balanço agropecuário de 73, diz que "a produção da lavoura evoluiu em apenas 3% e a de origem animal em 4%, esta estimada com base no crescimento dos últimos 10 anos, em virtude da absoluta falta de estatísticas".

NIGÉRIA Controlando o petróleo

Seguindo o exemplo de outros países exportadores de petróleo, a Nigéria decidiu assumir o controle acionário das empresas petrolíferas estrangeiras que atuam em seu território. O governo nigeriano anunciou que vai comprar 55% das ações da Gulf Oil, Mobil Oil (americanas), Royal Dutch Shell, British Petroleum (inglesas), Elf (francesa) e Agip (italiana).

Dias antes da decisão da Nigéria, o

Parlamento do Kuwait autorizou o governo a comprar por 112 milhões de dólares 60% das ações de uma empresa formada pela British Petroleum e Gulf Oil, e o Qatar adquiriu 60% das ações de todas as empresas estrangeiras que operam no país.

Assim, pouco a pouco, os grandes exportadores de petróleo vão assumindo o controle da produção, deixando às empresas estrangeiras apenas a comercialização do produto.

EUA/URSS

O Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Eximbank) aprovou o seu maior empréstimo à URSS e um dos mais elevados em seus 40 anos de existência: 180 milhões de dólares para a construção de fábricas de amônia, de rede de armazéns e de um enorme gasoduto.

Esse empréstimo quase foi vetado pelo Comitê Bancário, que o aprovou por apenas 13 votos contra 12. Ele ainda está ameaçado, no entanto, por um projeto de lei em exame na Comissão de Finanças do Senado que proíbe qualquer empréstimo do Eximbank à URSS, devido às restrições que os soviéticos impõem à emigração de judeus.

JAPÃO

O Japão decidiu reduzir em cerca de 20% o suprimento de fertilizantes para os demais países da Ásia. Atualmente o Japão supre 70% das necessidades chinesas de fertilizantes químicos e vende grandes quantidades de fertilizantes de todos os tipos à Índia, Filipinas, Indonésia e Tailândia. O corte, segundo funcionários do governo, foi provocado pela escassez de petróleo (fundamental para a preparação de uma série de insumos que são utilizados na fabricação de fertilizantes) e por um rápido aumento da demanda interna.

3 de junho de 1974

5, rue des Italiens — Paris 9e. tel-7.709.129

GISCARD D'ESTAING

As razões da vitória

Uma análise de como os meios de comunicação influenciaram o resultado das eleições, por Denis Lindon e Pierre Weill, do SOFRES, um dos mais importantes institutos de pesquisa de opinião pública da França.

No início da campanha para o primeiro turno das eleições presidenciais, segundo as sondagens publicadas pelos institutos de pesquisa de opinião pública (IFOP e SOFRES), Jacques Chaban-Delmas e Valéry Giscard d'Estaing estavam em posições quase iguais do ponto de vista das intenções de voto declaradas: cerca de 26% para cada um deles. Várias razões principais explicam por que em três semanas este equilíbrio inicial se modificou radicalmente em favor de Giscard d'Estaing. A primeira é que este possuía desde o início uma superioridade virtual sobre seu adversário, superioridade que não se traduzia nas intenções de voto, mas que não precisava mais que um pequeno impulso para se revelar. Com efeito, se comparássemos a "imagem" que os eleitores tinham dos dois candidatos, as sondagens mostravam desde 15 de abril que a "imagem" de Giscard d'Estaing era muito mais favorável que a de seu adversário sob dois aspectos fundamentais. Por um lado, a maioria dos eleitores julgavam Giscard d'Estaing, como indivíduo, mais sério, mais sincero, mais desinteressado e mais apto a resolver os principais problemas do momento que seu adversário: em outras palavras, os eleitores lhe davam a preferência do ponto de vista das qualidades intelectuais, técnicas, morais e humanas. Por outro lado, Giscard d'Estaing aparecia geralmente como mais capaz que Chaban-Delmas para realizar uma abertura no sentido de conduzir a maioria na direção de uma posição de centro.

Uma razão maior

Considerando estas imagens, o modelo utilizado pelos autores para estudar o comportamento eleitoral, indicava desde 12 de abril que, sobre a base de suas preferências pessoais, 34% dos eleitores deveriam normalmente votar em Giscard d'Estaing, contra 16% para Chaban-Delmas. Ora, nesta mesma data as intenções de voto declaradas, como acabamos de dizer, se repartiam quase igualmente entre os dois candidatos. Em outras palavras, uma importante diferença aparecia entre as preferências e as intenções de voto declaradas, estas não refletindo fielmente aquelas. Este desvio se explica principalmente pela crença, muito difundida nesse período, segundo a qual Chaban-Delmas teria mais possibilidade de vencer Mitterand do que Giscard d'Estaing: numerosos eleitores (cerca de 8 a 10%) que pessoalmente preferiam Giscard d'Estaing estavam dispostos a votar em Chaban-Delmas, para que seu voto fosse "útil". Eis por que a superioridade virtual de Giscard d'Estaing não se traduzia fielmente nas intenções declaradas de voto. E talvez este desvio das preferências sob o efeito de um "cálculo" ou de um raciocínio tático pudesse se manter até o dia do escrutínio, se a crença errônea sobre a qual se fundava esse cálculo não tivesse sido rapidamente dissipada pela publicação das primeiras sondagens. Esta publicação constituiu, com efeito, a segunda razão maior do

sucesso de Giscard d'Estaing no primeiro turno. Revelando aos eleitores — e especialmente àqueles eleitores que tinham uma preferência pessoal que Giscard d'Estaing estava desde o início melhor colocado que Chaban-Delmas, as sondagens anularam o único trunfo deste, a saber sua maior "credibilidade". No espaço de uns 10 dias, todos os eleitores ajustaram pouco a pouco sua intenção de voto à sua preferência de tal maneira que no dia do escrutínio as percentagens obtidas pelos dois candidatos coincidiam quase que exatamente com aquelas que tinham sido registradas como preferências profundas três semanas antes.

Esta foi a primeira vez na França que a influência da publicação das sondagens sobre os votos aparece de um modo tão claro. Além disso, nesse caso particular não há por que deplorar esta influência, pois o papel desempenhado pelas sondagens foi somente o de dissipar uma ilusão largamente difundida e por isso mesmo permitir que cada eleitor votasse de uma maneira mais autêntica, com base em suas inclinações profundas, e não num cálculo tático.

A razão da derrota de Mitterand

Para explicar a vitória de Giscard d'Estaing sobre Chaban-Delmas, analisamos as atitudes e as opiniões do conjunto do corpo eleitoral. Por razões de simplicidade na exposição, adotaremos uma ótica mais restritiva na análise das razões da derrota de Mitterand: em lugar de procurar saber porque 50,7% dos eleitores votaram em Giscard d'Estaing e 49,3% em Mitterand, o que levaria a analisar as razões de votar, muito diversas, de numerosas categorias de eleitores, nós nos perguntaremos, sobretudo, quais foram os motivos da escolha deste ou daquele candidato por parte de um segmento particular do corpo eleitoral, que chamaremos o segmento "crítico" e que é composto dos eleitores cujas preferências e cujas intenções de voto permaneciam incertas depois do primeiro turno do escrutínio.

Constatamos, com efeito, utilizando o modelo explicativo ao qual fizemos alusão acima e "alimentando-o" com a ajuda das informações fornecidas por certas sondagens, que terminado o primeiro turno, o corpo eleitoral se decomponha em três segmentos bem distintos: o "núcleo" de eleitores obtido por Mitterand, de uma maneira firme e praticamente irreversível, representava 43% do corpo eleitoral; o "núcleo" de eleitores obtido por Giscard d'Estaing representava igualmente 43%. Entre os dois os eleitores que não estavam ainda decididos ou cuja decisão não era muito firme; ou seja, os eleitores indecisos ou "críticos" representavam 14% do corpo eleitoral. Poderíamos naturalmente analisar as razões da escolha dos dois "núcleos". Mas nós nos interessaremos aqui sobretudo nos eleitores críticos, perguntando por que, depois de 15 dias de campanha cerca de 60% deles se pronunciaram definitivamente a favor de Giscard d'Estaing.

Quem eram estes eleitores críticos? Seria um erro crer, como fizeram muitos políticos, que eram exclusivamente os eleitores de Chaban-Delmas. Com efeito, desde o final do primeiro turno, dos 15% de eleitores que tinham votado em Chaban-Delmas, cerca de 10% se incorporaram ao "núcleo" de Giscard d'Estaing, e

cerca de 1%, ao de Mitterand. Sobravam então apenas 4% no segmento crítico. O resto desse segmento (ou seja, 10% do corpo eleitoral) se compunha principalmente de eleitores que, no primeiro turno, tinham votado seja por Mitterand, seja por Giscard d'Estaing, seja por outros candidatos, ou mesmo eleitores que se abstiveram, e que, para o segundo turno, não tinham ainda decisões firmes.

Diferentes quanto a seu voto no primeiro turno, os eleitores críticos eram, em contrapartida, bastante homogêneos do ponto de vista sociológico: em sua grande maioria, pertenciam às classes modestas (operários e empregados) e a famílias políticas da esquerda, do centro e sobretudo a grupos definidos por seu pouco interesse pela política.

No começo da campanha do segundo turno, as preferências dos eleitores críticos se dividiam igualmente entre os dois candidatos. Quinze dias mais tarde, eles se pronunciavam em favor de Giscard d'Estaing, numa proporção de oito contra seis a favor de Mitterand. Dada a composição sociológica do segmento crítico, esta evolução é surpreendente: vimos, com efeito, que a grande maioria dos eleitores críticos pertencia às classes trabalhadoras, e se situavam mais frequentemente à esquerda que à direita. Em função dessa composição sociológica, eles deveriam ter sido, e foram com efeito, muito sensíveis à imagem "social" de Mitterand: numa quase-unanimidade, eles julgavam Mitterand mais capaz que Giscard d'Estaing de lutar contra as desigualdades sociais, a alta dos preços e contra o desemprego. Além disso, pensavam geralmente que Mitterand seria mais capaz que Giscard d'Estaing de manter a paz social.

Para explicar seu voto final, será preciso, como se fará sem dúvida, invocar o temor do comunismo e supor que este temor foi reforçado pela campanha de Giscard d'Estaing? A resposta é negativa: as enquetes mostram com efeito que menos de um décimo dos eleitores críticos puderam ser verdadeiramente sensibilizados por este temor e por este argumento. Deveríamos então pensar que foi a ligação ao gaullismo que os inspirou? Ainda mais longe da verdade: não esqueçamos que somente menos de um quarto entre eles tinha votado no primeiro turno em Chaban-Delmas e que, mesmo entre esses últimos, uma minoria muito pequena tinha feito isso por fidelidade ao gaullismo. Não foi também o medo da instabilidade política ou das desordens econômicas que desempenhou um papel determinante na escolha dos eleitores críticos: o modelo mostra que apenas uma pequena minoria dentre eles se mostrou sensível a este argumento.

"A imagem pessoal"

Na realidade, o modelo explicativo mostra que a razão principal da oscilação dos eleitores críticos em favor de Giscard d'Estaing foi a superioridade da *imagem pessoal* deste candidato sobre a de seu adversário, do ponto de vista intelectual, técnico e moral. Desde o começo da campanha, a grande maioria dos eleitores críticos julgavam Giscard d'Estaing mais inteligente, mais competente, mais sério, mais enérgico, e mais digno de confiança que seu adversário. A única

continua na página ao lado

ÍNDIA

Depois da bomba

Patrice de Beer

A Índia realizou sua primeira explosão atômica. Assim, ela se torna o sexto membro do "clube" das potências nucleares, que era até agora limitado aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China). A data e o local desta experiência, que foi realizada a algumas centenas de metros de profundidade, bem como a potência da bomba, não foram oficialmente comunicados; de acordo com algumas informações, a explosão teria ocorrido no dia 16 de maio às 8h 37m, hora local, próximo à fronteira paquistanesa.

Em Nova Délhi, as informações sobre a experiência que fez da Índia a segunda potência nuclear asiática ainda são pouquíssimas. No entanto é provável que a explosão tenha ocorrido no deserto de Thar, na província de Radjasthan, na fronteira paquistanesa.

Por outro lado, pode-se cogitar que se trate de uma bomba de plutônio, que é fabricado na usina de Trombaim, perto de Bombaim.

A Índia possui importantes jazidas de urânio na província de Bihar e de Jorjo em Bengala e em Kerala. Existem em atividade no país quatro centrais elétricas que funcionam com energia nuclear (1).

Embora não sendo signatária — da mesma forma que a França e a China — do tratado de não-proliferação de armamento nuclear, a Índia insiste no caráter exclusivamente pacífico de sua pesquisa e de suas experiências atômicas. O governo da sra. Gandhi afirmou repetidas vezes seu desejo de abster-se de participar da corrida armamentista atômica, apesar das pressões de certos meios políticos e de uma parte da opinião pública (segundo uma pesquisa realizada em 1970, 66% dos indianos eram favoráveis a que seu país possuísse a arma nuclear).

A ajuda canadense

O departamento de Energia Atômica do Canadá reconhece que seu país orientou os primeiros passos dos indianos quando se propôs, em 1956, a construir na Índia um reator nuclear experimental de 20 milhões de dólares. Cyrus, que foi inaugurado em 1957. Sete anos depois, o Canadá estendeu sua cooperação com a Índia, prometendo construir — desta vez no sul do continente — duas centrais nucleares com potência de 200 megawatts, utilizando o sistema canadense Candu (urânio natural e água pesada). A primeira destas centrais foi posta em funcionamento no ano passado, em Kotah.

Desde 1956 tinha sido previsto que a Índia se limitaria à aplicações pacíficas da energia nuclear. Porém o Canadá só havia recebido garantias verbais do então primeiro-ministro Nehru. Em 1970, a Índia se recusara a ratificar o tratado de não-proliferação das armas nucleares, ao passo que o Canadá não apenas o tinha aceitado mas também se tornara um fervoroso promotor do tratado.

Para acalmar os paquistaneses, que se inquietavam diante da profundeza do controle exercido pelo Canadá, o primeiro-ministro canadense, em dezembro de 1971, entra num acordo com a sra. Gandhi confiando o

1) Duas centrais são do tipo canadense e uma do tipo americano. A Índia possui também uma usina de produção de plutônio e reatores para pesquisas.

É verdade que a indústria atômica não poderá, num passe de mágica, livrar a Índia da fome, da miséria, do subdesenvolvimento e das dificuldades econômicas que ela enfrenta hoje em dia. No entanto, uma política de grandes obras — de irrigação ou construção de barragens, por exemplo — utilizando explosivos nucleares, poderia fornecer à agricultura uma parte da água e da eletricidade de que necessita tão urgentemente, e minorar os efeitos da crise de energia na indústria.

Todavia, pode-se duvidar de que as intenções da Índia sejam somente pacíficas. Os indianos, que no passado confrontaram-se repetidas vezes com seus vizinhos paquistaneses, e que guardam a amarga lembrança de sua derrota de 1962 frente aos chineses, não poderiam ter a intenção de um dia possuir um armamento nuclear? "Nós desistimos de constituir um arsenal atômico, mas caso sejamos, apesar de tudo, levados a construir uma bomba atômica — sob pressão de acontecimentos independentes de nossa vontade — acredito que isto seria possível num espaço de tempo relativamente curto", declarava em abril de 1967, na conferência de Genebra sobre desarmamento, o ministro das Relações Exteriores indiano daquela época, sr. Chagla.

Mais recentemente, no princípio de 1970, o governo de Nova Délhi havia aceito estudar o custo de realização de uma bomba atômica, logo depois da apresentação do relatório de um economista de Harvard, S. Swamy, que tinha calculado que um programa de cinco anos, custando 1 bilhão de dólares, permitiria a fabricação de bombas A e de missis balísticos.

Ao passo que a Índia não sente mais o perigo chinês e paquistanês de maneira tão forte como há alguns anos atrás, hoje em dia ela se preocupa com uma ameaça que, a mais longo prazo, pode afetar mais seriamente a paz na região: a militarização do oceano Índico pelas superpotências, patenteada pela presença de suas frotas e pela instalação de uma base americana permanente na ilha britânica de Diego Garcia.

controle da utilização dos reatores nucleares indianos à Agência Atômica Internacional. Todavia, o Canadá parece ter compreendido que o ponto de não-retorno havia sido ultrapassado, já que em 1973 interrompe unilateralmente seu programa de cooperação nuclear com a Índia.

Apesar de considerar "traído" pelos indianos, o Canadá emprega todos os meios para tornar rentável seu processo Candu, vendendo aos países estrangeiros os reatores deste tipo, que se tornaram valiosos pela independência que significam em relação ao urânio enriquecido e às superpotências, que detêm de fato o seu monopólio. A Coreia do Sul, a Formosa e a Argentina já adquiriram os reatores canadenses. O departamento Energia Atômica do Canadá atualmente negocia com a Romênia e a Grã-Bretanha.

Além de suas qualidades técnicas, o reator canadense apresenta a vantagem de produzir duas vezes mais plutônio do que os reatores do tipo americano. E é o plutônio que serve para a fabricação das bombas atômicas. No futuro, portanto, o Canadá deverá conciliar uma política de intransigente oposição às experiências nucleares e uma política comercial que faria com que, mesmo sem vender armas atômicas, proporcionasse a certos países uma tecnologia nuclear que lhes permitiria facilmente dotar-se de tais armas. (François-Marie Monnet)

ESPAÑA

Adaptando-se às novas circunstâncias

A maior parte dos observadores, tanto espanhóis quanto estrangeiros, estão de acordo em afirmar que desde o mês de janeiro, data em que iniciou a gestão do governo atual e em que Pio Cabanillas assumiu o cargo de ministro da Informação e do Turismo, assistiu-se a uma importante "liberalização" na Espanha nos setores da imprensa escrita, da edição de livros, do cinema, do rádio e da televisão. Além disso, jornais e revistas estrangeiros, cuja venda era antes frequentemente proibida, circulam agora quase livremente na Espanha. Pio Cabanillas, que é um jurista, ocupou diversos cargos políticos antes de se tornar ministro: foi principalmente, de 1952 a 1969, subsecretário do Ministério da Informação, e também secretário do Conselho do Reino. Respondeu de bom grado às nossas perguntas:

P — Sr. ministro, quando falamos da imprensa, devemos constatar que ainda está em vigor a lei sobre imprensa de 1966, conhecida pelo nome de lei Fraga-Iribarne, nome do então ministro da Informação e do Turismo. Bem, esta lei deu origem à suspensão definitiva de vários jornais, a centenas de condenações, à abertura de numerosos inquéritos e à expulsão de vários jornalistas estrangeiros, que tiveram suas carteiras de imprensa confiscadas, isto sem falar numa severa censura em relação a toda a imprensa estrangeira... Como as circunstâncias mudaram, para que tenha sido possível tal liberalização, sem que a lei tenha sido modificada?

R — Conheço muito bem a lei de 1966. Foi eu que a redigi quando era subsecretário deste departamento ministerial, e fui eu também que a defendeu diante do Parlamento. Naquela época o ministro teve o mérito incontestável de tentar superar velho sistema de censura, fazendo promulgar uma lei digna e adaptada às circunstâncias. Hoje em dia, precisamente porque as coisas mudaram, tornou-se necessário aplicar esta lei. Os srs. estão lembrados de que Arias Navarro, presidente do governo, declarou-se partidário desta nova orientação quando expôs as linhas gerais de seu programa em fevereiro último.

P — Até que ponto o sr. se dispõe a levar a liberdade de informação?

R — Não acredito que o problema

José Antonio Novais

consista em limitar de uma forma ou de outra a liberdade de informação. Antes de tudo acho que é necessário fortalecer o desenvolvimento da liberdade de imprensa dentro dos quadros legais.

P — A política de informação praticada pelo sr. foi severamente criticada por personagens "históricos" do regime, como o ex-ministro José Antonio Giron de Velasco, chefe de um grande número de falangistas. Estas críticas poderiam impedir a continuidade da política de abertura?

R — Toda crítica proveniente de uma personalidade nos leva a meditar sobre as razões que levaram a pessoa a fazer tal julgamento. Contudo, não se deve esquecer que, quando um homem que ocupa um cargo de responsabilidade dentro do governo fez uma séria análise das circunstâncias e consequentemente adotou uma série de decisões, ele — como homem político — deve fazer todo o possível para manter uma atitude coerente, e é isto o que pretendo fazer.

Os acontecimentos de Portugal

P — O sr. acredita que o povo espanhol seja suficientemente maduro para desfrutar, em matéria de informação, das liberdades que foram concedidas ao povo português depois da vitória do movimento das forças armadas?

R — Acho que tentamos comparar demais as realidades históricas espanhola e portuguesa com o objetivo de chegar a conclusões fáceis e, eu diria, até mesmo elementares. No domínio da informação — sempre observando que não me refiro às diferenças que existem entre os dois países quanto ao desenvolvimento econômico e social e aos problemas coloniais — não devemos nos esquecer de que a Espanha há mais de oito anos superou o mecanismo da censura.

P — O sr. não acha que a lei de imprensa de 1966 está ultrapassada?

R — Não, as leis envelhecem, mas ao mesmo tempo elas amadurecem. As linhas gerais teóricas e práticas do texto elaborado em 1966 mantêm todo

determinante no final da campanha. Mas se analisássemos por métodos análogos as motivações para votar dos 43% de eleitores do "núcleo" de Mitterand, veríamos que para eles, ao contrário, as motivações políticas foram as determinantes. Da mesma forma, se analisássemos as motivações dos eleitores do núcleo de Giscard d'Estaing, constataríamos que, mesmo a imagem pessoal deste candidato pesando fortemente em sua escolha, certas considerações políticas, e em primeiro lugar o medo do comunismo, também exerceram sobre eles uma forte influência. De qualquer forma, na eleição presidencial de 1974, a vitória de Giscard d'Estaing é muito mais a vitória de um homem do que de uma política ou de um partido. E dela podemos tirar alguns ensinamentos, tanto sobre o passado como sobre o futuro.

Sobre o passado, embora seja uma tentativa vã de tentar refazer a História, podemos pensar, dada a pequena diferença que separou finalmente os dois candidatos do segundo turno, que uma ou outra das condições seguintes teriam talvez sido suficientes para assegurar a vitória da esquerda. Em primeiro lugar, se um candidato comunista tivesse se apresentado no primeiro turno, Mitterand se apresentando então como o candidato socialista, e não como o candidato social-comunista, é

seu valor. Quanto à sua aplicação, o espírito que anima aquele que deve interpretá-lo tem um caráter decisivo.

P — Numerosos livros e filmes interditos pelo gabinete anterior foram liberados pela sua gestão. O sr. poderia nos dizer que motivos o levaram a anular as medidas tomadas pelo seu predecessor, Sanchez Bella?

R — Na realidade, tudo isto resulta simplesmente do grau de desenvolvimento atingido pelo povo espanhol. É natural que, nas circunstâncias atuais, pudéssemos ser muito mais flexíveis.

P — Existe uma lei de imprensa, mas que eu saiba não existe nenhuma lei regulamentando outros meios de informação. O sr. pretende apresentar ao conselho de ministros projetos de leis que regulamentariam estes setores, os quais dependem do seu Ministério?

R — Sim. Já existe um projeto de "lei do livro" que foi apresentado ao conselho de Ministros. Este projeto, redigido com a participação dos setores mais interessados, oferece soluções para os problemas de edição e pode, incontestavelmente, ser considerado inovador. Além disso, acabo de assinar um texto que permitirá a reorganização do conselho superior de cinema. O novo conselho trabalhará junto com a administração na redação de um projeto de lei sobre o cinema. Com respeito ao rádio e à televisão, já posso informar que até o fim do corrente ano estará redigido por um projeto sobre rádio-difusão.

P — Para um grande número de espanhóis, o único sinal de abertura do governo de que o sr. faz parte está na liberalização que beneficia os meios de informação. O sr. acredita que semelhante abertura seja suficiente, ou pelo contrário, que a abertura deveria ser realizada em todos os Ministérios no mesmo ritmo adotado pelo seu?

R — "Abertura" é um termo muito impreciso. Ele só indica uma intenção, uma orientação. Semelhante abertura sempre exige um estado de espírito baseado na justificação moral e política dos objetivos a serem atingidos. Fundamentalmente, trata-se de uma posição básica sobre a maneira de entender a realidade política. Todos os Ministérios do governo estão engajados nessa linha, que o discurso do presidente enfatizou no dia 12 de fevereiro.

provável que o temor do comunismo tivesse desempenhado um papel menos importante sobre os eleitores moderados, que o "núcleo" de Giscard d'Estaing tivesse sido menos beneficiado, e que Mitterand o tivesse derrotado. Em segundo lugar, o candidato da esquerda teria provavelmente vencido também se ele tivesse uma imagem pessoal melhor, ou se seu adversário fosse qualquer outro em lugar de Giscard d'Estaing.

Quanto ao futuro, os partidos políticos devem compreender que, numa eleição presidencial, a decisão não se faz somente a partir do confronto de idéias e programas.

Dado o clima de personalização no qual se desenvolve esse tipo de eleição, é preciso apresentar um candidato que, aos olhos dos eleitores pouco politizados, ofereça a imagem de um "verdadeiro presidente". É por seu comportamento, seu passado, sua maneira de falar, talvez mesmo sua aparência exterior, que um homem adquire esta imagem, mais do que por aquilo que ele diz. Pois muitos eleitores, atordados pela enchente de promessas, de críticas e de programas aos quais são submetidos, poderiam dizer, como Jefferson, escutando cada um dos candidatos que se dirige a eles: "O que você é fala tão alto que eu não ouço o que você diz".

EUA

Uma proposta para a Universidade

Frédéric Goussen

O relatório da comissão Carnegie sobre o ensino superior representa certamente uma das mais colossais realizações do gênero. Iniciada em 1967, foram entrevistados 100 mil estudantes e 60 mil professores, pertencentes a mais de 300 estabelecimentos.

A comissão Carnegie começou seu trabalho num momento em que as universidades americanas entravam num período de grave crise. Crise econômica e financeira, pois o aumento considerável dos efetivos durante os anos 60 provocou despesas que os estabelecimentos não podiam suportar. Crise política, com as revoltas estudantis e as consequências da guerra do Vietnã e dos conflitos raciais. Crise social, com o início do desemprego dos diplomados. Crise interna, com o aparecimento de uma nova clientela de estudantes, a contestação do ensino e os conflitos entre as diversas categorias de professores. Crise de confiança, enfim, da parte da opinião pública e dos dirigentes políticos.

De todas essas dificuldades, a comissão fez uma análise lúcida e sem complacência, insistindo na necessidade de abordar essa situação num espírito de abertura e de reforma. Convém, em particular, que as universidades se adaptem a essa realidade do último quarto do século XX: o direito de todo indivíduo ter acesso ao ensino superior — segundo o relatório final da comissão.

Apesar da gravidade da crise atravessada pelas universidades, a comissão, muito otimista, continua convencida de que o pior já passou, e de que os estabelecimentos de ensino superior darão provas do dinamismo necessário para superar as dificuldades atuais. "Não acreditamos que o ensino superior esteja em declínio e estamos convencidos de que isso seria uma tragédia para o país — escreve a comissão. Terminamos nosso estudo de seis anos, na época da maior crise de confiança, com fé na sua vitalidade potencial e uma crença profunda em seu valor essencial para a sociedade americana". A comissão entende por ensino superior (*higher education*) todo o ensino posterior ao 2.º grau, qualquer que seja seu nível ou objetivo; não se trata portanto somente das universidades.

A comissão convida os Estados Unidos a desenvolver uma política que permita a todos fazerem estudos superiores, multiplicando os *colleges* (estabelecimentos que dão uma formação de dois a quatro anos, após o 2.º grau, que pode ser o começo de estudos universitários ou dar um diploma profissional) em todos os Estados, suprimindo a seleção para a entrada em algumas universidades das grandes cidades, tomando medidas financeiras e pedagógicas audaciosas para proporcionar aos jovens dos meios desfavorecidos e das minorias étnicas o acesso ao ensino superior. As universidades devem dar uma importância muito maior ao ensino, ao conselho e à ajuda pedagógica.

Mas essa expansão quantitativa não deve ser um objetivo em si. Deve ser acompanhada de uma melhoria qualitativa e de um reforço da eficiência dos estabelecimentos de ensino. Em mais de um aspecto, os remédios propostos pela comissão Carnegie se inspiram em uma espécie de volta aos princípios que constituíram a característica e o valor das universidades americanas no passado. Ela nos convida a lutar contra a tendência atual à uniformização, desenvolvimento ao máximo sua diversidade, e as exorta a entrosar-se mais na comunidade que a cerca, ajudando a resolver os problemas de

urbanismo, de saúde ou de poluição, da mesma forma que os *colleges* do começo do século XX representaram um papel importante no desenvolvimento da agricultura.

Diversificação

O tema da diversidade é um dos eixos principais da filosofia da comissão. Ela está convencida de que o acesso de todos ao ensino superior só pode ser garantido se se levar mais em conta as diferenças de gostos e aptidões dos indivíduos. É por isso que uma grande liberdade deve ser dada a cada estudante na organização de seus programas e de seus estudos. O ensino deve ser individualizado, graças principalmente ao desenvolvimento das bibliotecas e dos meios de autoformação. Devem ser também organizados cursos de curta duração.

O fato dos jovens interromperem seus estudos não deve mais ser considerado como um fracasso, mas, pelo contrário, oficialmente admitido: isso pode ser uma maneira de conceber outros perfis de formação, levando em conta a atividade profissional, a aprendizagem, a formação permanente.

Essa preocupação com a diversidade se encontra na natureza das instituições. A comissão deseja que as universidades tenham a máxima autonomia possível. Se a ajuda financeira do Estado for necessária para favorecer a democratização do ensino, lutar contra as discriminações sociais, raciais ou sexuais, desenvolver a pesquisa básica ou a inovação, é necessário, em compensação, "limitar a sua intromissão nos assuntos das universidades".

Dentro do mesmo espírito, a comissão preconiza a manutenção dos estabelecimentos privados pertencentes a igrejas ou comunidades étnicas, pois correspondem aos desejos de certos grupos sociais. Preocupada em mostrar que o acesso de todos não significa um nivelamento por baixo, ela se pronuncia, da mesma forma, pela manutenção de estabelecimentos seletivos de alto nível.

A comissão Carnegie insiste, por outro lado, nas mudanças a serem introduzidas na gestão dos estabelecimentos. A participação deve ser largamente desenvolvida para que os estudantes e o corpo docente assumam, em grande parte, a responsabilidade pelas decisões, principalmente na definição de seus objetivos.

As recomendações da comissão Carnegie estão demasiadamente ligadas às realidades e às tradições da sociedade americana, de forma que uma extrapolação para os países da Europa ou de outras partes do mundo é difícil. Mas todos percebem a amplitude e sobretudo a originalidade do trabalho executado pela comissão: totalmente independente em relação aos poderes públicos e às universidades, ela reuniu uma quantidade considerável de informações e de reflexões, que foram "transformadas", aos poucos, em recomendações e perspectivas de ação.

Clark Kerr, presidente da comissão, chamou a minha atenção para o fato de que algumas das recomendações já estão sendo aplicadas nos Estados Unidos, como a ajuda aos estudantes desfavorecidos ou pertencentes a minorias étnicas, o desenvolvimento dos *colleges* com livre acesso, a criação de uma fundação para a inovação, a organização de cursos de diferentes durações, o fomento aos sistemas alternativos. Essa mistura de análise, de reflexão desinteressada e de propostas concretas de ação é certamente, para os europeus, o aspecto mais rico do trabalho da comissão Carnegie.

continuação da página ao lado

qualidade conferida mais frequentemente a Mitterand que a Giscard d'Estaing era a "proximidade em relação às preocupações das pessoas". Mas no conjunto, o balanço pessoal estava largamente a favor de Giscard d'Estaing. Ao longo da campanha, estas imagens não se modificaram sensivelmente e, parece, se reforçaram mesmo na última semana da campanha, principalmente por ocasião do face-a-face televisado no dia 10 de maio, que confirmou no espírito da maioria dos eleitores críticos a crença segundo a qual Giscard d'Estaing tinha, mais que Mitterand, a "fibra de um presidente da República". Ora, para os eleitores geralmente pouco politizados que compunham o segmento crítico, a personalidade dos candidatos, tal como eles a percebiam, era um critério de escolha mais importante em definitivo que as idéias, as tendências e os programas políticos desses candidatos.

Certamente, seria perigoso tirar desta análise das razões pelas quais os eleitores críticos votaram em maioria em Giscard d'Estaing a conclusão que numa eleição presidencial somente contam as qualidades e a atração pessoal dos candidatos. Nós só estamos interessados, com efeito, nos 14% dos eleitores críticos, cujo papel foi

SUDESTE DA ÁSIA

I- A diáspora chinesa

No coração da capital tailandesa, da mesma maneira que em Cholon, o bairro chinês de Saigon, podemos pensar que estamos num recanto de Hong-Kong, de Taipé (capital de Formosa) ou mesmo da China de antes da revolução. Num inextricável labirinto de ruas, cheias de letreiros e cortazes coloridos, onde a sujeira se mistura à opulência, vive e trabalha uma humanidade movimentada e barulhenta. É um mundo sempre apressado em trabalhar, fazer mais, engolir às pressas uma sopa num canto de armazém, aproveitar um quarto de hora livre para cair num sono profundo em cima de três sacos de arroz. Crianças bochechudas e muitas vezes nuas se arrastam entre as pernas de velhas mulheres acabadas, com braceletes de jade, e que não param de contar ou de gritar ordens. É o mundo das *Chinatowns*, que podemos encontrar também em Medan ou em Djakarta.

Em Kuala-Lumpur, em Singapura ou em Penang, esse universo já deu lugar a conjuntos organizados de grandes lojas de departamentos, estacionamentos e gramados. É o mundo dos bancos, onde uma nova geração gravita em torno desses impérios do dinheiro, que oferecem televisão e automóvel a crédito, e também apartamentos mais limpos ou mesmo mais felizes.

Quando se fala dos 16 milhões de chineses instalados no sudeste da Ásia a lembrança que ocorre é a do dono de armazém, do todo-poderoso patriarca de uma empresa familiar, do homem que empresta dinheiro, do chefe de *gang* ou ainda do *coolie* (carregador). Essas imagens foram, em parte, substituídas por outras: o chinês de ultramar adaptou-se ao mundo das grandes finanças, dos consórcios internacionais e dos negócios de vulto. Aderiu igualmente aos valores pequeno-burgueses das sociedades de

consultas. As jovens gerações fogem das *Chinatowns*, procura identificar-se com outra coisa.

Uma potência

Os chineses são apenas 150 mil na Europa, 850 mil na América, 10 mil nas ilhas do Pacífico e 100 mil na África. Na Tailândia e na Malásia, suas comunidades reinem, cada uma, uns quatro milhões de pessoas. Têm quase o mesmo número na Indonésia. Formam 75% da população de Singapura (quase dois milhões de habitantes) e um décimo da população do Vietnã do Sul (18 milhões de habitantes). Nessa região, suas comunidades mais reduzidas são as da Birmânia e das Filipinas (menos de 500 mil chineses), do Camboja (entre 200 mil e 300 mil), do Vietnã do Norte (menos de 200 mil) e do Laos (menos de 50 mil).

A seus olhos, o sudeste da Ásia continua sendo o *Nanyang*, o oceano do sul, e a influência econômica de suas comunidades, muitas vezes mal integradas e geralmente ricas, é tão grande ali que eles são tratados ora como 5.^a coluna maoísta, ora como o "melhor antídoto à expansão do comunismo asiático" (fórmula do ministro das Relações Exteriores de Singapura, Rajaratnam).

O "senhor 555", um chinês fabricante de cigarros, ofereceu à cidade de Vientiane um parque para as crianças. Na Indonésia, dois chineses, os irmãos Lim, estão entre os principais artífices do partido oficial do presidente Suharto. U-Chuliang, outro chinês, é um dos homens mais ricos de Bangcoc, capital da Tailândia. Lo Hsing-han, um chinês de Kolang, foi um dos reis da droga na Ásia, antes de ser preso no ano passado. Pode-se multiplicar os exemplos, e os números. No Camboja, os chineses controlam 80% do intercâmbio comercial com o

Jean-Claude Pomonti

exterior e 90% da indústria. No Vietnã do Sul, seus investimentos constituem 60% do total, e eles controlam 80% do comércio de alimentos, a totalidade da indústria têxtil e 85% das importações.

Na Tailândia, os principais bancos, e 90% das exportações de arroz, estanho, borracha e madeira, estão em suas mãos. Os *Tjukong* da Indonésia — uns 30 empresários chineses locais — controlam uma boa parte da economia. Os chineses são ainda mais influentes na Malásia, onde formam um terço da população e dominam claramente a economia. Em Singapura, finalmente, o poder é chinês, e essa cidade-Estado em plena expansão está perto de substituir Hong-Kong no papel de capital da diáspora chinesa.

Série de massacres

Mas não se deve pensar que tudo sorri para os chineses nessa região. Em Bandung, na Indonésia, a 5 de agosto do ano passado, muitos deles foram mortos numa revolta. Em 1968, depois da ofensiva do Tet, no Vietnã do Sul, a comunidade chinesa pagou um preço demasiado caro pela ocupação momentânea de Cholon pelo Vietcong. Em Phnom Penh, desde o começo da guerra, sua poderosa comunidade representa regularmente o papel de bode expiatório, e o prefeito da cidade proibiu os letreiros chineses e não mais autorizou a reabertura de suas escolas, fechadas em 1970, para diminuir os riscos de incidentes. Em Kuala-Lumpur, a 13 de maio de 1969, uma revolta antichinesa fez várias centenas de mortos, numa caça aos "porcos" (os chineses gostam muito de carne de porco, o que não é o caso dos malaios muçulmanos).

Aliás isso não é um fenômeno novo.

Na Indonésia, os massacres de 1965 fizeram de 20 mil a 30 mil mortos entre os chineses do país, acusados de conluio com o PC indonésio. Ainda há três mil chineses num "campo de refugiados" perto de Medan, na ilha de Sumatra. Em Kalimantan, em 1971, 25 mil chineses foram deslocados durante uma campanha contra a "subversão". Em Kuching, na Malásia, num campo situado a uns 10 quilômetros da cidade, mil chineses estão detidos há 10 anos sem julgamento. Nas Filipinas, no tempo da colonização espanhola, entre 1603 e 1638, foram massacrados 45 mil chineses.

A presença de chineses na região vem desde tempos imemoriais, pois a primeira referência conhecida, a Angkor, foi redigida por um chinês, em 1295, e eles se estabeleceram em Malaca no século XV. O mais antigo templo dessa cidade é dedicado a Cheng Ho, eunuco da corte imperial dos Ming, então chefe das expedições marítimas. A cidade de Kuala-Lumpur foi fundada por mineiros chineses. Kompong-Cham, uma cidadezinha do Camboja, no rio Mekong, onde houve uma sangrenta batalha em setembro do ano passado, também foi fundada por chineses.

Quando sir Stamford Raffles fundou Singapura, em 1819, os chineses ali eram poucos numerosos. Ele os atraiu para lá, como fizeram depois a maioria dos impérios coloniais da época. A principal corrente migratória constituiu-se pelo fim do século XIX. Os chineses contestavam menos o poder colonial do que os autóctones. Mais tarde, no entanto, seus interesses os opuseram às colônias européias. Eles só não invadiram então as ilhas de Java e Sumatra porque estas já tinham uma densa população.

Os chineses são uma força de trabalho eficiente e barata. Vêm geralmente do sul da China. Começaram como proprietários nas plantações de seringueiras ou como

coolies e metido morria no caminho. Essa emigração parou praticamente com a segunda guerra mundial (nos últimos 30 anos, cerca de meio milhão de chineses da Malásia e da Indonésia voltaram ao continente).

Sua assimilação é difícil, com exceção da Tailândia. Em Malaca, podemos encontrar chineses muçulmanos, mas são uma exceção. Em Java, no centro da ilha, o príncipe Djin Bun (século XV) era filho do último rei hindu Madjapahit e de uma princesa chinesa. O estudo de um historiador indonésio, Slamet Muljana, foi proibido em 1971 porque o autor lembrava esse fato. Os khmers brancos (khmers-chineses) estão no alto da escala social, no Camboja. Em várias cidades desse país houve mestiçagem. A mulher do marechal Lon Nol, presidente da República, tem sangue chinês, como também muitos ministros e generais cambojanos.

Acontece o mesmo em Bangcoc, com os marechais Prapass e Thanom, ex-dirigentes do país, com o doutor Thanat Khoman, ex-ministro das Relações Exteriores, e com muitas outras personalidades. O doutor Puey Ungphakorn, ex-governador do Banco da Tailândia e um dos homens importantes da atual política, é de origem chinesa. A capital da Tailândia lembra, aliás, uma espécie de mercado japonês animado por chineses, enquanto Singapura tem o jeito de um bolsão de prosperidade chinesa nas fronteiras do mundo indonésio, ainda largamente subdesenvolvido.

O que pode originar-se daí, sobretudo no momento em que a China combina habilmente a diplomacia do pingue-pongue com a política da revolução permanente, e os Estados Unidos operam uma não menos hábil reconversão da sua presença na região, o Japão parece condenado a continuar seus investimentos na região, apesar da crise do petróleo?

II- A perseguição e a nova identidade

A maioria dos chineses do sudeste da Ásia seguiu itinerários complicados, com a consciência de pertencerem ao Império Celeste, ao centro do mundo (Império do Meio). Não têm a preocupação de ocupar a cena política, a não ser em Singapura onde estão no poder, mas cerram fileiras para sobreviver ou enriquecer, o que constitui o objeto de suas associações provinciais. Querem igualmente preservar uma certa herança, principalmente cultural, e um conjunto de tradições com as quais se identificam com maior ou menor dificuldade.

Somente 85% deles nasceram no sudeste da Ásia. Na maioria, constituem ali um mundo de *compradores* (1) pequeno-burgueses. A China é comunista há um quarto de século e, com exceção de Singapura, os governos da região lançaram-se a uma política de "dessinização" fomentada pela descolonização. Não se deve esquecer que, aos olhos da maioria deles, Formosa não constitui uma alternativa duradoura. Atualmente, os jovens chineses de Bangcoc já não têm problema de identidade: frequentando a escola tailandesa, sentem-se em primeiro lugar tailandeses, qualquer que seja a cor do seu passaporte.

O estatuto dos chineses de ultramar, nessa região do mundo, constitui um verdadeiro quebra-cabeça. Os apátridas são um milhão na Indonésia, 220 mil na Malásia, 470 mil na Tailândia, 240 mil no Camboja. No Vietnã do Sul, eles foram obrigados a adotar a nacionalidade vietnamita no tempo de Ngo Dinh Diem, mas suas escolas e instituições permaneceram abertas. Nas Filipinas, os apátridas são 380 mil. O resto dos chineses (120 mil) são cidadãos da "República da

China", isto é, de Formosa. Os que conseguiram passar pela prova da naturalização são apenas 3.500. É verdade que o processo custa o equivalente a uns 15 mil cruzeiros.

Os governos às vezes tornam suas vidas duras. As escolas chinesas foram fechadas não somente na Tailândia, mas também nas Filipinas, na Indonésia e, mais recentemente, no Camboja. Um certo número de atividades lhes são proibidas por toda parte. Na Malásia, depois das revoltas antichinesas de maio de 1960 o governo entrou mais abertamente numa política de "malaização" dos estudos (o malaio se tornou língua obrigatória nos exames) e da economia, para favorecer os *Bumiputra* (filhos do sol) ou malaios muçulmanos. A Indonésia parece seguir o mesmo caminho, depois que as manifestações de 15 de janeiro último contribuíram para relançar a campanha contra a aliança entre os generais, os capitais japoneses e os interesses chineses locais.

"Mas com dinheiro e um pouco de solidariedade, você ainda pode fazer o que quiser" — explica um jovem industrial chinês de Phnom Penh, nascido na Tailândia e que tem dois passaportes, um cambojano e outro de Formosa. Contestados, invejados e muitas vezes odiados, os chineses resolvem o problema, frequentemente, casando-se com uma mulher do país em que vivem, associando-se a nomes emprestados ou subordinando funcionários mal pagos.

Mas por enquanto os chineses continuam sendo um fator de tensão na região. Singapura, que se desenvolve muito rapidamente, constitui um pólo de atração: 20% da sua riqueza está nas mãos de chineses que não são cidadãos de Singapura e a ilha-Estado abre a universidade

Nanyang, a única universidade chinesa da região. Singapura, que se ressentia da falta de espaço, condena-se à expansão territorial ao perseguir uma política de desenvolvimento acelerado. Por outro lado, como esse Estado chinês reagiria em caso de conflitos raciais na vizinha Malásia? Estas duas questões são embaraçosas. Se a confederação entre a Malásia e Singapura resultou rapidamente num fracasso (em 1965), foi antes de mais nada porque sua população era na maioria chinesa. O enriquecimento de Singapura, que é cada vez mais a capital da "terceira China", não constitui talvez, a longo prazo, um fator de estabilidade na região. O que acontecerá, por exemplo, depois que o hábil Lee Kuan-yew se retirar do poder?

A atitude de Pequim, que compreende uma boa dose de pragmatismo, continua muito prudente. Mantendo ao mesmo tempo o seu apoio aos movimentos comunistas que se insurgem na região (todos mais identificados com Pequim do que com Moscou, a exceção, talvez, do movimento revolucionário vietnamita), os chineses multiplicam há três anos seus gestos para tranquilizar os governos que lhes são, o mais das vezes, abertamente hostis. As delegações que foram sucessivamente a Pequim se fez ver que os chineses de além-mar devem respeitar os governos dos países em que vivem.

Mantendo abertas suas opções entre a "guerra do povo" e a "diplomacia do sorriso", a China Popular não tem todavia a intenção de dar maior importância às comunidades geralmente impopulares e que se enriqueceram consideravelmente, sobretudo nos últimos 10 anos. Se uma revolução tivesse que ocorrer na

sudeste da Ásia, seria mais contra os chineses de ultramar do que com o seu apoio. (Neste ponto, o caso do Partido Comunista da Malásia, dirigido por um homem de talento, Ching Peng, não pode ser tomado como exemplo: ele fracassou uma primeira vez na década de 50 e, apesar de progressos recentes, lhe é muito difícil, 15 anos depois, evitar os choques raciais, o que explica os limites de sua influência atual.) Como ressaltava um observador britânico: "Pequim compreendeu que não é interessante tentar transformar em quinta-coluna comunidades que se fazem tratar às vezes como os judeus do Extremo Oriente".

A China Popular soube evitar os erros cometidos pelo Kuomintang antes da Segunda Guerra Mundial, quando este se apoiou nos chineses do Sudeste Asiático. Os poderes coloniais da época ficaram logo inquietos com a crescente penetração do Kuomintang nas comunidades chinesas locais. E por razões quase idênticas que a maioria dos países da região (principalmente a Malásia (2), as Filipinas e a Tailândia) hesita em normalizar suas relações com a China Popular. Os seus dirigentes se inquietam sobretudo com a possibilidade de ver as embaixadas de Pequim distribuírem passaportes a uma massa de chineses apátridas, sem identidade ou com papéis de identidade de Formosa.

Por outro lado, a situação evoluiu muito rapidamente no sudeste da Ásia, cujo desenvolvimento econômico deve ser perseguido nos próximos anos. Entre os chineses de além-mar, o papel do clã, da família, do dialeto, das associações provinciais e mesmo das sociedades secretas parece estar um pouco em declínio. Essas comunidades são, mesmo, frequentemente as

primeiras a serem engolidas pelo movimento de modernização, pelo mundo do *asian dollar* (dólar asiático). Os ajustamentos são feitos, às vezes, com algum atraso e não sem sobressaltos. O sudeste da Ásia seguramente ainda não terminou de ver conflitos antichineses. Mas, por enquanto, os chineses do Nanyang devem ainda contar consigo mesmos para tentar coexistir com povos e regimes que os encaram com um olhar pouco amistoso, sem recusar, entretanto, certos compromissos.

(J.-C. P.)

(1) Comprador ou burguesia compradora: expressão da língua portuguesa utilizada na China de antes da revolução comunista para designar os comerciantes exclusivamente exportadores, que monopolizavam as vendas de produtos chineses às potências estrangeiras. (N. da R.)

(2) Entretanto, as negociações entre Pequim e Kuala-Lumpur progrediram bastante.



Opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:

Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:

Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tarik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávia de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreata (editor), Cássio Lorezano, Petchó, Chico Caruso, Rubens Campos Grilo, Diter Stein, Paula Venâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 160,00 a anual e Cr\$ 80,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$ 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 — Lapa — São Paulo, Composto e Impresso na Editora Mary Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALEM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTE JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN

Em defesa de Paulo Duarte

Li com muito agrado a crítica, ao mesmo tempo séria, irônica e benévola, de Sérgio Augusto sobre o meu livro *Humberto Mauro, Cataguases Cinearte*, publicada no número 80 de *Opinião*. Se ocorrem mal-entendidos — o que é inevitável entre crítico e autor — sinto-me responsável por quase todos. Um deles, entretanto, exige reparação. Escreve o crítico: "O autor não deixa passar impunes os críticos da década de 20. Nem os desonestos, como Paulo Duarte, o Saulo que assinava a coluna cinematográfica do *Diário Nacional*, que após pichar *Bruza Dormida* declarava clinicamente não ter visto a fita".

Sérgio Augusto leu mal as páginas 269 e 271 em que transcrevo as opiniões de Paulo Duarte sobre *Bruza Dormida*. O então crítico cinematográfico do *Diário Nacional* inicia sua primeira crônica em torno da fita com uma advertência: "Eu tenho estado quietinho, calado, ouvindo aqui do meu canto o que aí se fala sobre o filme nacional *Bruza Dormida*. Como o que eu vou falar relaciona-se com essa fita, devo, por honestidade, declarar que não a assisti". Em seguida Paulo

Duarte voltou a carga mas depois de ter visto o filme. Suas crônicas são talvez um bom exemplo, em 1929, da má vontade e incompreensão diante do cinema brasileiro que caracterizam tão agudamente, ainda hoje, o setor mais intelectualizado de nossa sociedade. Injuriar, porém, Paulo Duarte a propósito do que escreveu sobre *Bruza Dormida* é um absurdo só explicável pela leitura apressada e pelo desconhecimento da personalidade de um escritor, professor e homem público colocado em suspeição pelo que há de pior no Brasil de nossos dias.

Paulo Emilio Salles Gomes
São Paulo, capital

Os craques chauvinistas

Recado às "entusiasmáticas esposas" dos jogadores da seleção, e a seus maridos: confesso que, ao ler a reportagem do *Jornal do Brasil*

comercialização e propaganda de produtos de venda vetada ou submetida a restrições severas até mesmo em seus países de origem.

Lamentavelmente, pelo menos certos grupos da indústria farmacêutica instalada no Brasil não primam pela ética. Há inclusive laboratório que não se peja de apresentar a terramicina como *novo antibiótico*, como se esse produto não estivesse já há várias décadas incorporado ao receituário médico. Esse comportamento mercantilista, tresandando a cega voragem de lucros, é inclusive responsável pela existência, no Brasil, de dezenas de milhares de produtos farmacêuticos quando, segundo estudos médicos, menos de um milhar deles seria o suficiente para atendimento das necessidades clínicas. Essa plethora medicamentosa, esta inflação de remédios, não responde a outros propósitos senão os de faturamento industrial.

País assolado em amplíssima escala pelas doenças de massa, o Brasil não recebeu, até hoje, da indústria farmacêutica, a contribuição devida à sua incessante e ainda não bem sucedida luta para libertar suas populações do acobite das endemias rurais e urbanas que flagelam nosso povo.

Risco à vista

Desde a primeira reunião do Conselho do Desenvolvimento Econômico que o governo vem anunciando medidas destinadas a amparar a empresa privada nacional, para que possa fazer face à competição que lhe movem as empresas estrangeiras e estatais. As preocupações governamentais dirigem-se sobretudo para a estera em que atuam as empresas de pequeno e médio porte. No Brasil 98% do número de indústrias de transformação ainda são pequenas e médias empresas. Elas respondem por 63% do emprego e por 56% do valor da transformação industrial. Durante certo tempo sustentou-se, no Brasil, a tese de que não haveria lugar para empresas de pequeno e médio porte, vez que o atual estágio de desenvolvimento brasileiro reclama, por força da economia de escala, a existência de grandes conglomerados. Tese absolutamente falsa, só agora ela tende a refluir. Da sua falsidade dão testemunhos fulminantes os próprios países superdesenvolvidos. Nos Estados Unidos, na Alemanha, no Reino Unido

teaderno B) de 17 de maio, tive pena dessas mulheres que se anulam tão completamente para conseguir preencher a imagem criada por uma cultura que lhes reserva um papel meramente subalterno e acessório. Todas abandonaram o que faziam, e dedicaram-se "inteiramente às atividades domésticas", como se tais atividades ocupassem todas as horas do dia de uma vida inteira.

Suas profissões eram úteis, algumas inclusive altamente necessárias pela carência de profissionais qualificados, como a de Margot, especializada em assistência a excepcionais. No entanto, retiraram da sociedade, que nelas investiu e que delas precisa, a participação que poderiam dar.

Penso também em como são deturpados os valores desses homens, que se julgam tão completamente processores de outro ser humano, a ponto de proibir-lhe a participação na vida de seu mundo. Frases como estas: "Marilu foi proibida pelo marido de lecionar"; "Proibida de ensinar porque Luiz Pereira não deixa"; "Ele não quer que a mulher trabalhe fora, dirija automóvel, ou saia muito sozinha", demonstram uma mentalidade de

senhor patriarcal, dono dos destinos de todos os que o cercam.

Por outro lado, a aceitação conformada da condição revela a interiorização do papel de inferioridade por parte de quem se deixa oprimir. Se esses homens não querem das mulheres nada mais do que "preparar seus pratos preferidos", se não querem uma companheira com quem possam trocar idéias no mesmo plano, uma mulher que constrói sua própria vida paralelamente, e não apenas através da deles, será talvez porque se sentem muito inseguros de sua própria capacidade de se afirmar como indivíduos.

No mundo de hoje não cabe mais essa imagem de mulher despersonalizada, escrava do homem, dependente. Tenho duas filhas, e quero que elas cresçam para contribuir com seu talento e sua capacidade de trabalho para a construção consciente de seus destinos e do destino da sociedade da qual farão parte, at-

Branca Vianna

Rio de Janeiro, GB

Tempo de agir

A indústria farmacêutica instalada no país — 90% do setor é constituído de empresas estrangeiras — estaria operando em terras de ninguém? O território nacional lhe teria sido dado como mercado indefeso?

A pergunta seria insólita se os fatos não a justificassem. Tempo suficiente já transcorreu sobre as denúncias que através de uma série de reportagens formulamos, aliás coincidentes com outras surgidas no Congresso Nacional, apontando produtos farmacológicos considerados nocivos à saúde humana em vários países, sobretudo nos Estados Unidos, mas que continuam sendo tranquilamente expostos à venda entre nós, como se se tratasse de medicamentos de mérito cientificamente incontestado. A controvérsia, no caso, já seria suficiente para a suspensão das vendas, por medida mínima de precaução.

Nossa campanha de advertência às autoridades sanitárias não se revestiu, sequer, de feição sensacionalista, que pudesse retirar-lhe o caráter de serviço prestado ao país. Respalçada em fatos e documentos idôneos, em nenhuma oportunidade e por nenhuma forma contestados, ela seria suficiente para deflagrar medidas elementares de proteção aos consumidores induzidos, pela manipulação publicitária, ao uso desses remédios, ou à criação de restrições rigorosas impostas à sua venda.

Embora assumida por empresas privadas, a indústria farmacêutica é um serviço público, com uma agravante de significado supremo: está diretamente vinculada à vida das pessoas. Há serviços públicos que não têm essa característica. De um remédio inadequadamente ministrado pode resultar a morte de um ser humano. Não é, portanto, uma indústria que possa atuar ao arrepio de normas éticas inflexíveis. Não é um negócio cujo objetivo de lucros não se detenha diante de princípios que têm de ser rigorosamente observados. O Estado é a garantia dessa fidelidade ética.

Se não é ético que a indústria farmacêutica mude a embalagem de um produto para vendê-lo mais caro, ou diga na bula de um medicamento que ele exerce efeitos mágicos sobre as doenças, fazendo-as milagrosamente desaparecer, muito menos perdoável e aceitável é assistir-se no Brasil à livre

e no Japão 90% do número de estabelecimentos são pequenas e médias empresas. No Japão, cujo modelo de crescimento foi em certa época apontado como paradigmático para o Brasil, a pequena e média empresa respondem por 66% do emprego industrial, e por 35% do valor da transformação industrial. Esses fatos deixam bastante claro que não existe nenhuma tendência inexorável para que a empresa de pequeno e de médio porte perca substância no processo desenvolvimentista, deixando de dar desempenho à sua grande função social de criadora de empregos, visto que a empresa gigante tende a gerar *desemprego tecnológico*, pelo seu uso de capital intensivo. Acrescentando-se ainda que, no caso brasileiro, a pequena e a média empresa são as empresas nacionais, por excelência. Se nos Estados Unidos, em plena fase do capitalismo monopolístico, existem mais de 4 milhões de estabelecimentos caracterizados como pequena e média empresa, por que haveríamos nós de deixar que todo esse importante segmento da economia nacional entre em decomposição, deixando de oferecer ao país sua força ampliadora da estrutura ocupacional e de equilíbrio nos quadros globais da economia?

Conferir à empresa nacional poder competitivo, dar-lhe viabilidade econômica e técnica, possibilitar a sua atualização na área da tecnologia, dinamizar sua estrutura financeira e franquear-lhe o acesso à economia de escala são itens essenciais, sem os quais o processo de desnacionalização da economia só tende a se acelerar. É fundamental que o governo reconheça que a especificidade da pequena e média empresa, e da empresa nacional em geral, exige tratamento especial diferenciado, no uso dos instrumentos de sua política econômico-financeira, particularmente no emprego dos instrumentos mobilizados para o combate à inflação.

A política de contenção de crédito, aplicada como o recurso antiinflacionário, não pode ser levada ao ponto de impedir, em estrangulamento involuntário, mas efetivo, do empresariado nacional. As empresas estrangeiras não têm problemas na obtenção de recursos financeiros, sobretudo para atendimento do item capital de giro. Esse é precisamente um dos pontos mais sensíveis da empresa nacional: seu calejar de Aqites. Se providências estão sendo anunciadas pelo governo, de amparo à empresa nacional, é preciso reconhecer que tais providências têm prazos de maturação,

enquanto as exigências de sobrevivência da empresa nacional são imediatas. Pesa, portanto, sobre o governo a grave responsabilidade de tomar medidas que dêem à pequena e média empresa nacional capital de giro para que cheguem vivas até o momento em que possam se beneficiar das medidas agora anunciadas. A contenção de crédito, se não levar em conta o problema do capital de giro dessas empresas, poderá se converter em instrumento de desnacionalização.

Fabricar carros ou ganhar juros?

Qual o melhor negócio para uma grande empresa no Brasil: fabricar carros ou ganhar juros em especulação no mercado financeiro?

O último balanço da Ford Brasil S.A. — uma das 10 maiores empresas brasileiras segundo o volume das vendas — revela que a subsidiária norte-americana teve, no período janeiro/73 a janeiro/74, um lucro operacional — isto é, o lucro proveniente de sua atividade normal, que é a de produzir veículos — de 159 milhões de cruzeiros. No mesmo período, as rendas não operacionais da companhia — aquelas que a Ford obteve em operações não vinculadas à produção e à comercialização de seus produtos — alcançou 126 milhões de cruzeiros. Assim, do lucro líquido total (antes do Imposto de Renda) faturado pela Ford no ano passado, cerca de 44% é representado pelas rendas não operacionais.

Que atividades tão rendosas são essas, que possibilitam a uma empresa do porte da Ford retirar um lucro quase igual ao que ela obtém através da produção e venda de seus automóveis? Não há dúvida de que foi através de suas aplicações no mercado financeiro — como compra de letras de câmbio, letras do Tesouro Nacional e outros títulos — que a Ford conseguiu obter um lucro não operacional de Cr\$ 126 milhões, resultante de correção monetária e juros. A Ford repete assim, em escala maior, o que o balanço da Ericsson já tinha revelado: a subsidiária sueca, em 73, obteve um lucro operacional de 62 milhões de cruzeiros e um lucro financeiro de 30 milhões; através da pura especulação no mercado financeiro, como resultado do *jogo de ganhar juros*, as grandes empresas conseguem realizar um lucro quase equivalente ao que elas recebem de suas atividades produtivas normais.

OS ÍNDIOS COMO PROFETAS DO NOVO MUNDO

Há menos de um mês, numa das salas de projeção do Departamento de Censura Federal, um grupo de antropólogos, técnicos indigenistas e censores assistiu ao filme *Uirá*, de Gustavo Dahl. Nele, um índio Urubu-Kaapor, que sai à procura de Maira, herói mitológico de sua tribo, é perseguido por sertanejos e policiais. A história — baseada num ensaio de Darcy Ribeiro (*Uirá Vui ao Encontro de Maira*), publicado na revista *Anhembi* — se passa no norte do Maranhão, em 1939. Quando as luzes da sala de projeção se acenderam todos os presentes foram consultar o mais ilustre espectador presente: o general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da FUNAI. O general não só recomendou a liberação do filme em sua versão integral como também considerou-o uma "obra oportuna, numa época em que a política oficial do governo defende a integração gradativa do índio à comunidade nacional".

Há quase um ano, o cineasta Gláuber Rocha assistiu ao filme (co-produzido pela Rádio e Televisão Italiana) em Roma e escreveu uma curta mas contundente ode a *Uirá*, que seu autor, Dahl, em outro depoimento, confessa que gostaria que fosse julgado como um produto "do seu tempo":

GLAUBER ROCHA Enfim, o bicho-homem

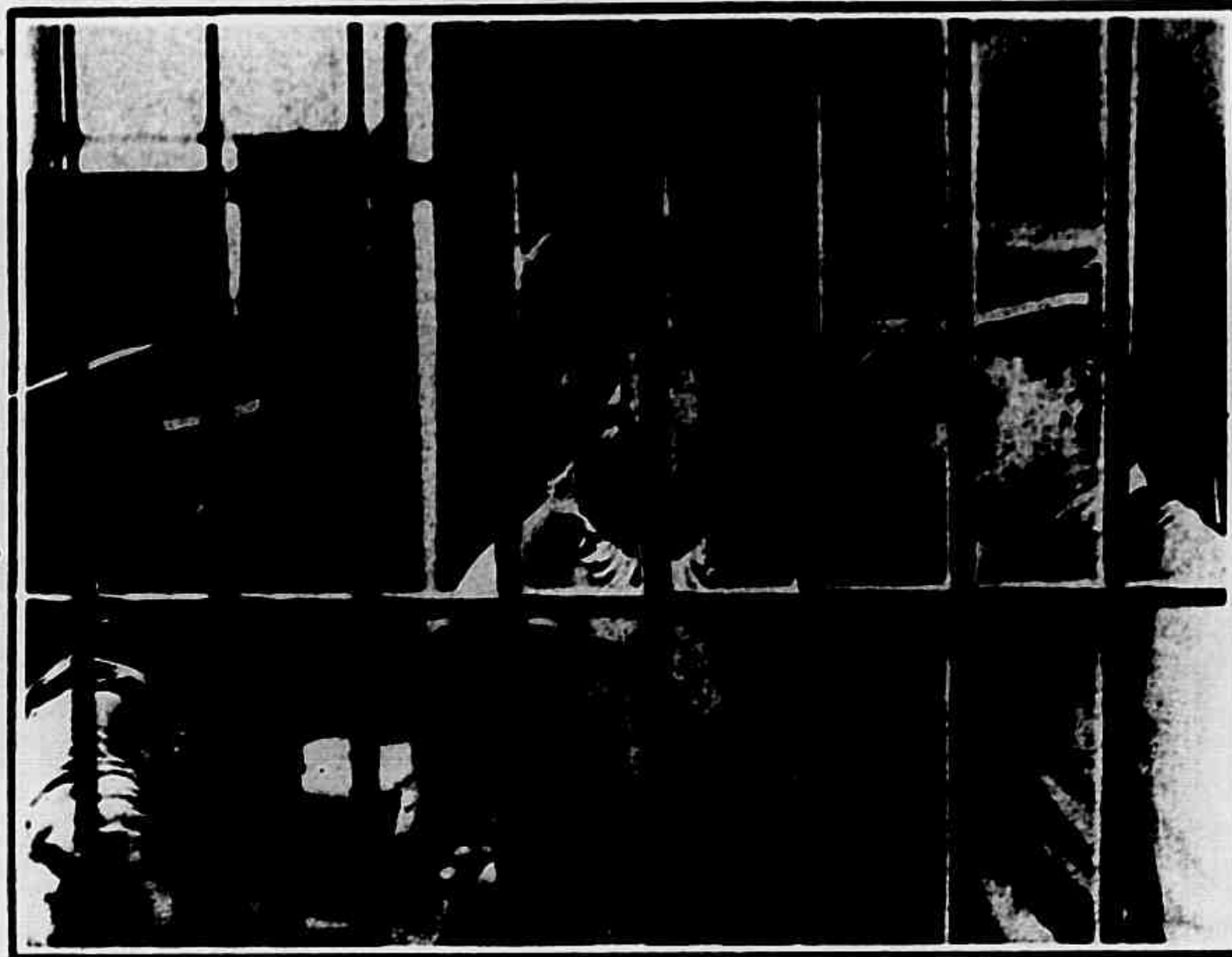
Cinematografia — linguagem moderna por excelência — *Uirá*, estória de um índio que sai em busca de Deus, raça Cosmogonia de nosso Cinema, é um filme estruturado em planos médios, na cadência de uma síntese produzida pela montagem dialética de humanistas como Rossellini e Bresson a materialistas históricos como Brecht.

O filme que flui sem os acidentes fenomenológicos de um rio naturalista. *Uirá*, da teoria pura do cinema universal à particularidade cultural brasileira, encerra mais um ciclo do moderno cinema brasileiro, iniciado depois de 68 com um filme indianista também, *Como Era Gostoso o Meu Francês*, de Nelson Pereira dos Santos. E não por coincidência retorna às origens de um realismo crítico mal praticado porque mal teorizado entre os artistas mundiais mas que em *Vidas Secas*, *O Padre e a Moça*, *A Falecida*, *O Bravo Guerreiro* e *São Bernardo* se materializa como outra água linguística que se alterna à épica de Guerra, Rocha e Diegues e à lírica de Neves, Lima Jr. e Saraceni.

Uirá, com mestria, mobiliza as teorias gerais do CN e reincorpora o ator na realidade, abre caminhos na confusão complacente entre repressão e criação, indica o real como objeto revelado pelo discurso que integra a informação científica e a transcendência poética.

Infelizmente *O Bravo Guerreiro*, único ensaio brasileiro sobre as contradições entre ideologia e História, ascese dialética, não foi entendido no Brasil. Hoje, passadas as improdutivas ondas de tropicalização evasiva, *Uirá* pode ser recebido como mensagem consagradora de Gustavo Dahl.

Uirá é o funeral de uma civilização que, lembrando Sérgio Buarque de Hollanda, não teve forças para mobilizar a sua História. Logo, os índios se transformam em inimigos de outra História que canta suas glórias sobre sangue. Do Maranhão de 1939 viajamos pelo mundo e...



transmigra na fusão metafísica — a coroa de flores vermelhas sobre o rio em outros Reinos.

O filme se manifesta como a mais elevada homenagem a Rondon, revela algumas sutilezas do Estado Novo, mostra os palácios coloniais do Maranhão apodrecendo nos trópicos, deixa correr solto o povo branco triste na paisagem linda como os Índios.

Em tupi e português, os atores representando numa língua descarregada de dramaticidade conceitual, *Uirá* lamenta, com o rigor dos Moralistas, a falta de generosidade dos dilatadores da Fé e do Império.

Gustavo interpreta o funcionário do Serviço de Proteção aos Índios: seu discurso, com a humildade dos grandes artistas que não se envergonham de contrair as doenças do seu povo, entrega a violência a seus responsáveis. Civilizações índias mortas, os humanistas oferecem os pequenos confortos de sua sociedade aos sobreviventes. *Uirá* salta do carro para o mar, nada como Taris numa *trip* que começa em Jean Vigo e termina na mítica homérica dos bravos guerreiros ressuscitados.

Uirá deveria ser visto por todos os brasileiros e tem serventia para as crianças. É um dos melhores filmes brasileiros de todos os tempos e

novidade internacional numa época em que o cinema vive entre restaurar modelos hollywoodianos e experimentações que acumulam as revisionistas diarréias idealistas.

Luz e ação: dedicando seu filme ao precursor do CN, Trigueirinho Neto, Gustavo Dahl reafirma que no cinema, como na vida, o que interessa é o bicho-homem.

Ver e ouvir os brasileiros. (Gláuber Rocha, Roma, agosto de 1973)

GUSTAVO DAHL Aprendendo a filmar o Brasil

De *Uirá* o que eu gostaria que se dissesse é que é um filme do seu tempo. Desde 1971, quando comecei a levantar a produção, até

1974, quando o filme finalmente chega às telas, cada vez mais pessoas se sentem abrangidas pela questão indígena. Se não é o primeiro filme de índio brasileiro, não se lhe pode porém tirar o mérito de ser o que mais claramente chamou a si o remorso crescente que sentem os brasileiros diante do massacre de nossos mitos de selvageria e de pureza. Sérgio Santeiro teve a idéia de fazer um programa duplo de *Uirá* e *Como Era Gostoso o Meu Francês* e chamá-lo *História do Brasil*. Entre Ana Maria Magalhães jantando francês moqueado e a mesma sendo arremessada escada abaixo por dois rudes janizeros maranhenses ao som do violino pungente de Hekel Tavares, o que se passou foram só quatro séculos. Cadê o Índio? O rato comeu...

De antropologia em antropologia, quem terminou jantado foi o Índio que existe em nós. Os Índios de hoje se consideram sobreviventes e se comportam como tais, como uma minoria que tem pressa de ser assimilada. Ou então fogem do homem branco, porque sabem que o medo da morte o transformou numa praga planetária, num animal agressivo e paranóico, que, enlouquecido pela ânsia da acumulação, se lança contra os da sua espécie.

A sociedade industrial atingiu um nível de eficiência e riqueza desconhecidos até então pelo homem, mas sente-se ameaçada por uma cor diferente de pele, por um sistema diferente de vida. Toynbee, o historiador do século, já proclamou a decadência da civilização em que vivemos e anunciou um surto de espiritualidade para enfrentar os problemas crescentes. Segundo ele, ao deserto iremos em busca de profetas e não de petróleo. O Brasil, ponto de confluência do Ocidente Latino, humanista com a vitalidade africana, encontrará nos Índios, oriundos do Oriente místico e traço comum de todas as Américas, seus profetas. No Novo Mundo, do Estreito de Bering à Terra do Fogo, há 500 anos que os Índios esperam, pacientemente, que nos civilizemos. E já estão perdendo as esperanças.

Se de um lado o senso do ridículo faz notar que falar tão grosso é muita pretensão para pouco filme, a frequência das salas escuras e das telas luminosas ensinou que os grandes diretores são sempre moralistas. Moral já tenho, só falta o resto.

O resto é que *Uirá* é um filme profundamente experimental, graças a um esquema financeiro de produção independente, aventureiro, mas que proporciona matéria rara na indústria cinematográfica: liberdade.

De *O Bravo Guerreiro* a única frustração que ficou foi aquela de, tendo conformado o filme a um estilo preexistente *in abstracto*, ver (viver) o produto acabado como um pré-conceito. O uso da câmara era orgulhoso e autoritário, embora sensual. Os atores hieráticos, o quadro fixo, os sentimentos dissimulados em idéias, um filme rigoroso. De impor respeito ao próprio Straub. Cada um faz o filme que precisa. Quatro anos depois, o que eu tinha vontade era de fazer exatamente o contrário: deixar correr frouxo, descobrir o estilo, fazendo-o; aliás, esquecer do estilo, narrar uma história e basta. A simplicidade figurativa do cinema clássico americano continua eficiente ao decorrer das décadas, enquanto que as audácias de montagem e fotografia da década de 60 já sabem a vinho azedo.

Na minha atividade cinematográfica não filmei quanto quis, mas quanto pude. Logo aproveitei a oportunidade para tentar vários gêneros, estilos, truques, pastiches, homenagens. Dir-se-ia que *Uirá* é um segundo primeiro filme, é um primeiro filme heterogêneo, em oposição à homogeneidade de *O Bravo Guerreiro*. Um filme sujo em oposição ao assepsismo do anterior. Um filme do norte, colorido e brasileiro. Da minha longa peregrinação pela cultura da metrópole sobrou a vontade de aceitar minha condição ultramarina, sem querer fazer um cinema melhor do que eu ou minha terra.

Não há hoje mais a menor dúvida a respeito da originalidade profunda do cinema brasileiro, superposição de uma cultura de vanguarda a um real depauperado mas estimulante. Se todo filme brasileiro é a um só tempo visionário e frustrado, e isto só espanta os tolos, eu diria que o trabalho a ser feito é diminuir a distância entre estes dois polos. Não trabalha nesse sentido, já que não conseguiremos nunca fazer filmes americanos, franceses ou arabes, aceitemos o nosso cinema como um cinema em desenvolvimento.

Levei muito tempo para descobrir que o cinema brasileiro e o Brasil são a mesma coisa, com as mesmas qualidades e defeitos. Hoje, começo a suspeitar que aprender a filmar o Brasil é aprender a fazer o Brasil. (Gustavo Dahl)



A portaria da linguagem escoreta "E OS JUCA'S BAR E OS GENERAL ELECTRIC"?

"Ameaças de banimento para os niver, à coté, sorry, holding, open market, trading companies, etc.?"

"Paos ou pães é uma questão de opiniões", cansou-se de repetir o velho Guimarães Rosa. Agora, ele já não poderia dizer isso, pelo menos no rádio e na televisão, de acordo com a recente portaria que proíbe o emprego no rádio e na televisão de "expressões destoantes do vernáculo" e da linguagem correta, assim como designações inexatas de moedas e órgãos públicos.

A portaria, assinada no final do mês passado pelo ministro das Comunicações Euclides Quandt de Oliveira, fundamenta-se nas leis que definem a função social e educativa do rádio e televisão e nos acordos celebrados entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa e até em portarias sobre determinação e valor baixadas pelo Banco Central. As próprias empresas, segundo a portaria, ficarão incumbidas de zelar pela aplicação das normas, mantendo para isso um departamento específico.

A interpretação inicial foi de que a portaria tivesse a giria como único objetivo, tomando-se como giria o vocabulário ainda não dicionarizado. Entretanto, como giria é uma das fases do processo dinâmico da linguagem e deve ser considerada em função da estrutura global da língua, isto implica que um processo de controle destinado a atuar sobre a giria afetará necessariamente o processo da comunicação em seu conjunto. E isso dá a portaria implicações muito mais profundas das que aparecem à primeira vista.

Sobre a portaria e suas implicações, Opiniões entrevistou em Belo Horizonte o professor Tarcísio Ferreira, que defende há muito tempo uma posição contrária ao controle linguístico (propõe, inclusive, uma abertura da escola que abrigasse todas as variantes da língua; sobre isso, ver Opiniões n.º 78). A sua opinião:

O cerne da questão será estabelecer em concreto se uma expressão é ou não destoante do vernáculo e da linguagem correta.

Começa, pois, o problema na necessidade de definir o que seja expressão. É uma frase? Uma palavra? E entonação conta? E o ritmo? (Coitado do Ibrahim Sued!) Ortografia conta? (A portaria menciona locutores e animadores, que não explicam a ortografia que estão usando quando falam.) Dada a natureza da televisão e rádio, seria de supor-se que os aspectos melódicos da "expressão" devam ser contados todos, mas cuidamos de estreitar a interpretação e levar em conta só os aspectos morfo-sintáticos.

E vamos ao problema seguinte, que é estabelecer o que seja "destoante do vernáculo". Muita gente está tomando "destoante do vernáculo" como sendo giria. A rigor, não é. Destoantes do vernáculo são palavras ou sintaxes estrangeiras incrustadas na frase portuguesa. Assim são os *niver*, os *à coté*, os *sorry*, etc., que os colunistas sociais usam. E os *holding*, os *open market*, os *cif*, os *job*, *trading companies*, etc. Como se vê, os economistas e os colunistas sociais não vão ficar com nada no rádio e na televisão.

E se os aplicadores da portaria tomarem mesmo a peito seu dever no pé da goiaba da portaria, às últimas consequências, e puserem a mira sobre os nomes próprios, aí, então, o que vai ter de gente importante fora das programações não vai ser normal. E os nomes de firmas? A portaria fala de material de publicidade, então os

nomes de firmas entram também. Vai ser um carnaval mudar o nome deste povo todo. Já não falo dos *Juca's Bar*, dos *Peg'son*, etc., que não têm dinheiro para publicidade no rádio e na televisão. Mas e os *General Electric*, e os *Volkswagen*, *Diesel*, etc.?

E vai ser um pega o julgamento dos neologismos, para saber qual das opções mais se afina e menos destoia do vernáculo.

Só para depurar o vernáculo das expressões destoantes já não vai ser mole, pelo que se viu. Mas se juntarmos aos casos aventados os intermediários, das expressões em via de assimilação, então é que o terreno é mais instável. Não é o caso do *foot-ball* que já se futebolizou, nem do *basket-ball* já devidamente basquetado. É o caso do *bridge*, por exemplo, e do *golf*, que ainda não se metamorfosearam completamente em *bridige* e *golfe*.

Mas a porca vai mesmo torcer o rabo quando se tratar de determinar os limites da linguagem correta com a incorreta. Mesmo à luz dos princípios mais conservadores, a aplicação da portaria vai ser difícil. É que até os gramáticos mais ranhetas aceitam hoje que o juízo sobre o *correto* e *incorreto* deve ser *a posteriori*, isto é, a partir do exemplo dos escritores. Ora, os que fazem textos para rádio e televisão são escritores. Logo, eles também fornecem modelos e o que fazem é *correto*. Suponhamos, para argumentar, que nem todos mereçam o mesmo respeito. Então os fiscalizadores vão ter um senhor trabalho para examinar e discriminar os autores expurgáveis dos não expurgáveis. E, evidentemente, a emissora não vai querer se arriscar com expurgáveis e rua com eles. A menos que o "departamento da correção", mencionado no item III da portaria, os cubra de proteção.

Concluída esta seleção prévia, vamos à segunda: os atores e animadores terão de ou ser do nível dos inexpressáveis, ou se limitar a

reproduzir de corzinho o texto. O que, em ambos os casos, vai ser uma maçada.

Mas será preciso, depois, fiscalizar os resultados, pois sempre há o risco de algum Homero cochilar. Então, há que pôr em funcionamento um tribunal permanente da linguagem. E, a cada dúvida, elaborar uma pesquisa de âmbito nacional, garimpando as obras dos grandes escritores, ainda as mais recentes, e ver se a expressão suspeita é abonada. E há ainda o risco de ao final da pesquisa, quando o cutelo já estiver no alto para podar a expressão condenada, vir aí um Drummond, um Rubem Braga, um Millor Fernandes e lançar todo o trabalho por terra, incluindo-a num texto seu e abonando-a com sua autoridade. De qualquer forma, criando um tribunal nacional de palavras, a portaria restaura a velha hierarquia dos escritores municipais, estaduais e federais.

Os encarregados de aplicar a portaria vão, pois, esbarrar a cada instante em dificuldades insuperáveis. Então, ou vão se encolher e deixar as águas rolar (e a portaria morre) ou vão diminuir no peito os problemas (e então estará aberta a porta ao arbítrio total).

Outro dado importante da portaria são seus considerandos. Começam a apontar a finalidade educativa do rádio e da televisão e seu poder de influência. Então a gente pensa que vai proteger-se a música brasileira contra a inundaçãõ da estrangeira (cuja onipresença não tem outra justificativa que a rentabilidade) ou tomar outras providências assim. Mas logo em seguida argumenta com a nomenclatura oficial das moedas, que, em si, nada tem a ver com educação nem estrutura da linguagem. Depois, menciona os acordos Brasil-Portugal como o ponto de apoio para deliberar a respeito do vernáculo, acordos cuja matéria é *ortografia* (que nada tem a ver com a língua, ela mesma) e *nomenclatura gramatical* (cuja validade é posta em

dúvida desde o momento em que a lei obrigou nas universidades o estudo da linguística moderna), dois problemas que, por sua natureza, são alheios ao rádio e secundários na televisão.

Os considerandos concluem que a inobservância de tais coisas (nomes de moedas, ortografia e nomenclatura gramatical) frustram a tarefa educativa. Isto parece coisa daquele menino que castigou o irmãozinho menor, por medo de ele esvaziar o rio com seu baldinho.

Para finalizar, além de ser inaplicável (a menos que se apele para o arbítrio absoluto dos aplicadores) ou inútil (pois os casos de nítida aplicação: nomes de moedas e órgãos públicos são irrelevantes no conjunto da educação), a portaria pode ser uma corda no pescoço da comunicação de massa. Esta vive da vitalidade mais dinâmica da língua, do seu poder de captar e explorar os matizes mais refinados dos impulsos vigentes no subconsciente coletivo. Isto significa que a linguagem dos meios de comunicação tem que estar quebrando a cada instante a estratificação da língua. E esta a convicção dos que a vêm estudando e que, como Alceu Amoroso Lima, a consideram um gênero literário específico. Logo, a quebra dos padrões, sobretudo em nível de vocabulário, é da própria essência da linguagem dos meios de comunicação de massa. Por outras palavras, a elaboração metafórica tem de ser uma das componentes básicas da linguagem da comunicação de massa. E se o rádio e a tevê fazem a comunicação instantânea, em que a elaboração e recepção são simultâneas, a elaboração metafórica de sua linguagem tem de ser do dia-a-dia, a própria efervescência do cotidiano. Logo, a giria (que é o ponto culminante da elaboração metafórica na efervescência do cotidiano) não pode ser excluída da linguagem da tevê e do rádio, sob pena de mutilação de uma de suas forças essenciais.

GÁS BOLIVIANO, 36 ANOS DEPOIS

A história da compra de gás natural boliviano pelo Brasil começou em 1938, quando também se iniciava a construção da estrada de ferro ligando a cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, a Corumbá, no Estado de Mato Grosso. Nessa ocasião o departamento de Santa Cruz (na terminologia brasileira corresponderia ao Estado de Santa Cruz), que ocupa 1/3 do território boliviano, era considerado a parte mais subdesenvolvida do país.

De acordo com um tratado de 1938 ficou decidido que o governo boliviano concederia ao Brasil uma faixa de 34 mil km² (entre Camiri, ao sul da Bolívia) e Puerto Grether (ao norte), região rica em petróleo, que deveria ser explorado por companhias mistas brasileiro-bolivianas.

Em 1958 este tratado era revisto pelo Acordo de Roboré, sendo essa faixa dividida em duas áreas, uma entregue ao Brasil e a outra aos Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, órgão autárquico da Bolívia. Por essa época, concluída a estrada Brasil-Bolívia, havia uma capacidade de transporte para 40 mil barris diários de petróleo. No entanto, apresentava-se o problema de que, para ser refinado, o petróleo teria que ser transportado por 2 mil km (extensão entre Santa Cruz e São Paulo), tornando seu custo inviável.

Durante a década de 50, os Estados Unidos voltaram sua atenção para o departamento de St. Cruz, financiando a construção de uma considerável infra-estrutura, que permitiu sua ligação com o resto do país.

Durante a década de 60 a região experimentaria um boom econômico. Entre os anos de 1953-61 a ajuda americana à Bolívia foi a mais elevada até o momento (155,9 milhões de dólares), em comparação com a importância de 0,6 milhões de dólares em 1970 (governo de Ovando Candia) e 3,7 (governo de Juan José Torres). Em poucos anos Santa Cruz transformou-se na região mais dinâmica e próspera da Bolívia, ultrapassando o altiplano andino, motor tradicional da economia.

Além das culturas de exportação (algodão e açúcar), a grande fonte de riqueza da região é El Mutum onde se encontra uma das maiores reservas conhecidas de minério de ferro do mundo, e grandes quantidades de manganês, gás natural, calcário e madeira.

As serras de El Mutum estão localizadas a 600 km de Santa Cruz e a aproximadamente 30 km de Puerto Suarez, que fica à beira do rio Paraguai e próximo à fronteira com o Brasil (12 km de Corumbá).

Uma das maiores vantagens das

jazidas de El Mutum está na pureza de seu minério, que não se apresenta misturado com o fósforo, substância considerada nociva para a indústria siderúrgica.

As riquezas de El Mutum de longa data atraíram o interesse da Argentina, que não produz ferro na quantidade que necessita, e pode suprir através do rio Paraguai a sua principal usina, de San Nicolas, na confluência dos rios Paraná e Paraguai.

Já para o Brasil, que possui 12% das reservas mundiais de minério de ferro, o interesse nessas jazidas não se prende à necessidade de satisfazer a demanda interna, suficientemente abastecida pelo quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, além das reservas descobertas na serra dos Carajás, na Amazônia. Para o Brasil El Mutum significa gás natural. Nesse caso, a situação se inverte. A Argentina tem, no total, uma extensão de 4.650 km de gasoduto construídos e já compra da Bolívia 150 milhões de pés cúbicos diários de gás, tendo um contrato de 20 anos.

No entanto, os entendimentos entre o Brasil e a Bolívia não tinham apenas fundamentos econômicos. De acordo com as palavras do ex-ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Mario Gutierrez, "... a Bolívia é o centro

geopolítico da América do Sul e nosso país está destinado, por sua localização, a ser a chave da integração sul-americana". Dessa forma, o estreitamento dos laços com esse país interessaria necessariamente ao vizinho brasileiro. A Bolívia poderia também fornecer ao Brasil acesso aos países da costa pacífica, e isso não escapava a alguns estrategistas brasileiros que sempre consideraram que o desenvolvimento dos Estados Unidos, por exemplo, foi em parte determinado por seus portos tanto do Atlântico quanto do Pacífico.

O ano de 1971 marcou importantes acontecimentos para as relações Brasil-Bolívia. Nessa época o Pacto Andino fortalecia-se muito rapidamente e ameaçava isolar o Brasil dos seus mercados, exatamente quando, para manter a alta taxa de crescimento industrial do país, o governo brasileiro incentivava e preocupava-se com suas exportações. Nesse mesmo ano o governo Nixon anunciou uma redução das importações norte-americanas de manufaturados brasileiros e impôs novas barreiras alfandegárias para enfrentar a crise na sua balança de pagamentos.

Foi depois disso, a 15 de agosto, que a delegação de empresários brasileiros chegou à Bolívia para negociar. O presidente boliviano Torres não só

negou qualquer acordo como anunciou dois dias mais tarde que a URSS lhe concedera um crédito de US\$ 200 milhões.

Os planos do presidente Torres jamais foram executados porque antes que terminasse o mês de agosto de 1971 ele já estava deposto e seu lugar ocupado pelo general Hugo Banzer.

A mudança ocorrida no governo boliviano sem dúvida favorecia as possibilidades de entendimento com o Brasil. Numa de suas primeiras declarações públicas como presidente, Hugo Banzer manifestou o interesse da Bolívia nos investimentos brasileiros, dizendo estar certo de que a "Bolívia ofereceria grandes oportunidades de investimento". Os empréstimos, os créditos, a transferência de tecnologia passaram então a aumentar. Uma semana depois o Banco de Agricultura da Bolívia recebia US\$ 5 milhões do Investexport brasileiro, destinados aos grandes proprietários do departamento de Santa Cruz. Esses empréstimos eram condicionados à compra de máquinas brasileiras. Uma importância semelhante a essa foi concedida pelo Banco do Brasil diretamente ao governo boliviano, acompanhada de milhares de caixas de

continuação da página 13

fôro onde se lia: "A Bolívia pode contar conosco".

A 25 de setembro era concedido outro crédito, de US\$ 10 milhões, para importação de maquinaria pesada para a construção de uma rodovia. Esses empréstimos significavam para a Bolívia um sensível aumento do comércio com o Brasil, que em troca de minérios e matérias-primas lhe fornecia maquinaria, bens manufaturados e assistência técnica.

Os acordos e concessões anteriormente em mãos dos argentinos foram sendo aos poucos ampliados para o Brasil. Em outubro de 1971 foi contratada uma firma construtora brasileira para a construção de 900 km de rodovia ligando o interior da Bolívia ao Estado de Mato Grosso. O Brasil substituiu parcialmente a Argentina nas importações e como mercado para suas exportações. Em termos de ajuda, o Brasil forneceu à Bolívia US\$ 46 milhões por ano, uma importância só ultrapassada pela concedida pelos USA (Newsweek, págs. 29, 73).

As negociações para a compra do

gás boliviano pelo Brasil começaram a se concretizar em março de 1972, durante a reunião preparatória do encontro entre os presidentes Emilio Medici e Hugo Banzer em Corumbá.

Em julho desse mesmo ano o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mario Gibson Barboza, fez uma viagem a vários países sul-americanos (Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia), numa missão então descrita como "um trabalho de abrir avenidas para o intercâmbio binacional". Em sua passagem por La Paz, Gibson Barboza entregou ao governo boliviano uma proposta oficial para a compra de 2,2 bilhões de pés cúbicos de gás, para a construção de um gasoduto entre S. Paulo e Santa Cruz, e o financiamento brasileiro para construção de uma usina siderúrgica em Puerto Suarez. Na ocasião, a Bolívia conseguiu do Brasil a promessa da instalação de uma fábrica de fertilizantes na região entre Puerto Suarez e Corumbá.

Os entendimentos brasileiro-bolivianos foram violentamente criticados pela oposição dentro da Bolívia e pela Argentina, já que a construção de uma siderúrgica

boliviana ameaçava o fluxo de minério de El Mutum em direção à Argentina.

As negociações com o Brasil, que deveriam ter prosseguido em agosto, foram adiadas cinco vezes, chegando a levantar dúvidas, por parte do Brasil, quanto à possibilidade de concretizar o acordo politicamente definido em julho.

Para esse adiamento parece ter contribuído a pressão feita junto ao governo boliviano pelo ex-presidente Paz Estensoro, amigo pessoal de Perón (que assumira a presidência em outubro), e líder do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido boliviano tradicionalmente pró-Argentina. Foi das lideranças do MNR que partiram as primeiras oposições ao acordo com o Brasil, tendo o próprio Estensoro se manifestado abertamente contra a construção do gasoduto. Por outro lado, a Argentina, que havia se negado a aceitar uma elevação do preço do gás, passou a se mostrar disposta a negociar um reajuste dos preços.

Outros grupos políticos de menor expressão na Bolívia também denunciaram a venda de gás ao Brasil como uma agressão econômica que

colocaria em perigo "o poder de decisão e negociação da Bolívia dentro do processo de integração da América Latina". E lembravam que o gás e o petróleo já tinham custado muito caro à Bolívia: "Seu preço foi de 50 mil mortos no Chaco" (guerra entre Bolívia e Paraguai — 1935-37 — onde a Bolívia perdeu parte de seu território).

Em outubro de 1973 o ministro da Economia boliviano, Julio Prado Salmon (do MNR), foi destituído de seu cargo por ter criticado a forma como Mario Gutierrez, ministro das Relações Exteriores, havia conduzido as negociações com o Brasil, "comprometendo a venda de volumes apreciáveis de gás ao Brasil... sem conhecer efetivamente o volume de reservas positivas, prováveis e possíveis deste hidrocarbureto". Prado dizia ainda em suas críticas que a atitude de Gutierrez "rompia o desejável equilíbrio que nosso país deve buscar em suas relações com seus dois vizinhos mais desenvolvidos, o Brasil e a Argentina".

Na mesma ocasião o presidente Banzer voava para Buenos Aires e se reunia com Perón, tentando manter o

que os analistas internacionais costumam chamar de *política pendular* — entre a Argentina e o Brasil.

O acordo com o Brasil chegou a refletir-se dentro da coligação governamental da Bolívia, provocando uma divergência entre o MNR, que participava do governo, e a Falange Socialista Boliviana. A 27 de novembro passado essas dimensões levaram Estensoro a anunciar o desligamento do MNR da coligação, e no princípio de 1974 esse mesmo líder político era expulso da Bolívia. Muitos atribuem a reflexos do acordo com o Brasil outras medidas de caráter político interno tomadas pelo presidente Banzer como a deportação para o Paraguai do presidente do Partido Democrata-Cristão, Benjamim Migel, e do presidente do Partido Autêntico Revolucionário, Walter Guevara Arce.

Finalmente, há poucos dias, os governos do Brasil e da Bolívia assinaram o acordo para a venda do gás — cujo montante foi reduzido para 1,7 trilhão de pés cúbicos — e construção de uma série de obras financiadas pelo Brasil em território boliviano.

População CRISE OU PRETEXTO?

Paul Singer

A preocupação a respeito do número de seres humanos sobre a face da Terra e das suas perspectivas de crescimento tem aumentado de forma sensível, ultimamente. Apesar disso, não se pode dizer que a moda antinatalista, ou mais exatamente a tendência de colocar o controle populacional como prioridade e condição decisiva para o desenvolvimento dos países não desenvolvidos, esteja fazendo grande sucesso na América Latina. Na reunião preparatória da Conferência Mundial de População (Bucaresta-agosto/1974) realizada em São José da Costa Rica, em abril passado, as nações latino-americanas deixaram razoavelmente definidas duas linhas gerais de comportamento diante do problema. A primeira tem a ver com o direito de cada país de estabelecer a sua própria política populacional e, mesmo, de resolver se quer ou não ter uma política populacional. Nesse sentido os representantes de governos da América Latina em geral repudiaram a imposição de programas de controle do crescimento da população como condicionante da cooperação internacional para o desenvolvimento. A segunda linha está de certa forma contida numa frase do representante brasileiro, embaixador Miguel Ozório de Almeida, que disse: "É mais fácil planejar economias do que planejar populações". Ou seja, a reunião julgou conveniente recomendar aos governos do continente que deem prioridade aos seus programas de desenvolvimento econômico subordinando a esses programas as suas políticas populacionais.

No entanto, como observa a publicação colombiana El Demográfico, o documento final da reunião de Costa Rica é suficientemente amplo para que nele caibam "todas as posições do heterogêneo pensamento latino-americano". Segundo o estudo da Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL — da ONU, que serviu de base para as discussões, as atitudes oficiais no continente vão desde a dos países cujos governos se pronunciaram a favor de um mais rápido crescimento populacional, como a Argentina e o Uruguai (a Argentina manifesta-se inconformada com a perspectiva de chegar ao ano 2000 com cerca de 35,2 milhões de habitantes e pretende, através da imigração e do aumento da natalidade, atingir os 50 milhões), até nações que definiram metas para diminuição do número de nascimentos, como El Salvador, Honduras e República Dominicana.

No plano teórico, fora da influência direta das decisões governamentais,

embora evidentemente persistam divergências, pode-se falar numa posição latino-americana. Ela veio à tona de forma mais consistente na época em que foi publicado o resultado de um trabalho a propósito do futuro da humanidade patrocinado pelo Clube de Roma — que reúne magnatas e intelectuais de renome — conhecido como The Limits to Growth (Os Limites para o Crescimento). A conclusão fundamental desse trabalho indica o caminho de medidas de controle populacional como único capaz de impedir o catastrófico aumento do número de pessoas e o esgotamento dos recursos naturais não renováveis. As críticas feitas foram tanto de ordem técnica como de fundo político. De um lado os especialistas latino-americanos acusavam o grupo responsável pelo estudo (conhecido como grupo de MIT até que o MIT — Instituto de Tecnologia de Massachusetts — deixou claro que não tinha nenhuma responsabilidade direta pelo livro — de utilizar um sistema de computação inapropriado para o caso, o chamado System Dynamics, e de calcular à base de hipóteses improváveis, como a de uma população estável com taxas variáveis constantes, e de outro reagiam contra a subestimação dos fatores econômicos, sociais e políticos do continente. Além disso, não aceitavam as poucas precisas previsões sobre o esgotamento dos recursos naturais, que qualificaram de pessimistas e alheias às reais possibilidades de avanço tecnológico. Tal foi a reação dos técnicos da América Latina que o Clube de Roma viu-se na contingência de se propor a financiar um novo estudo, uma espécie de resposta latino-americana ao Limits to Growth. Nesse sentido houve uma reunião na Argentina, em Bariloche, em julho de 1972, constituíram-se grupos de trabalho, mas o resultado dessas iniciativas ainda não veio à luz, em grande parte em virtude dos escassos recursos que o milionário Clube reservou para esse fim.

Um dos mais conhecidos especialistas em assuntos demográficos do continente, o economista brasileiro Paul Singer, cuja tese de livre-docência de Demografia apresentada à Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo versa sobre o tema Dinâmica Populacional e Desenvolvimento, e que foi convidado pela ONU para abrir o ciclo de palestras a realizar-se em Bucaresta ao lado da Conferência de agosto, escreve para Opinião, defendendo as idéias que expressam o pensamento latino-americano independente sobre o assunto.

Há duas histórias que se entrelaçam: a da população, mesmo, e a das idéias, teorias e doutrinas a respeito da mesma. A respeito da primeira há mais conjecturas do que fatos, pois Censos e estatísticas vitais — registros de nascimentos, óbitos e casamentos — são relativamente recentes, sendo dignos de crédito apenas nos países que atingiram um certo grau de desenvolvimento. Mesmo assim, algumas mudanças recentes estão razoavelmente bem estabelecidas: até o século XVIII, a população estava sujeita não só à mortalidade elevada mas sobretudo a surtos periódicos de fome e epidemias, causadas em geral por guerras ou más colheitas, que impediam que ela crescesse, e não ser a taxas ínfimas. A partir do século XVIII tais surtos deixaram de ocorrer na Europa e na América do Norte, não se sabe exatamente por quê. Uma hipótese provável é que o desenvolvimento das comunicações passou a evitar as fomes locais, pois quando as colheitas falhavam em algum lugar, reservas de outros lugares passavam a ser prontamente importadas. É provável que o avanço da medicina só começou a afetar significativamente a mortalidade a partir do fim do século passado, quando se introduziu a vacina contra a varíola, a anestesia (que permitiu grande avanço da cirurgia) e sobretudo a assepsia. O fato é que a mortalidade passou a baixar sistematicamente nos países do Hemisfério Norte a partir do começo do século passado e assim continuou até muito recentemente, atingindo hoje um nível bem baixo. Basta lembrar que nestes países a duração média da vida (a chamada Esperança de Vida ao Nascer) chega hoje a 70-75 anos, tendo mais do que dobrado nestes últimos dois séculos.

Em alguns países, como a França e os Estados Unidos, a fecundidade (isto é, o número de nascimentos anuais por mulher em idade fértil) começou a baixar mais ou menos concomitantemente com a mortalidade, mas na maioria dos outros países da Europa houve um longo intervalo entre ambos os descensos: só após a mortalidade já ter atingido níveis reduzidos, nas últimas décadas do século XIX, foi que a fecundidade começou a baixar. Tendo começado antes ou depois, o importante é que a redução da fecundidade se deu quase sem solução de continuidade, até a quarta década deste século, quando ela atingiu nível tão baixo que em vários países o número anual de nascimentos chegou a ser menor que o de óbitos, o que leva a um decréscimo da população, a não ser

que haja imigração. Durante e após a última Guerra Mundial houve um transitório aumento de fecundidade na Europa e nos Estados Unidos, mas nos últimos 10 a 15 anos ela voltou a cair nos países desenvolvidos (inclusive nos de economia centralmente planejada), encontrando-se a maior parte deles hoje com crescimento vegetativo de suas populações próximo a zero e alguns até com crescimento negativo.

A história das populações dos países não desenvolvidos é algo diferente (na pequena medida em que a conhecemos): neles a mortalidade só começou a cair sistematicamente nos últimos 30 a 50 anos, porém esta queda foi muito mais rápida do que nos países desenvolvidos. A difusão de antibióticos e vacinas, as campanhas de erradicação de insetos transmissores de doenças e a construção de sistemas de transporte reduziram a mortalidade nestes países a níveis baixos, embora mais altos do que nos países desenvolvidos. No Brasil, por exemplo, estima-se que a Esperança de Vida ao Nascer deve estar agora por volta dos 55 anos. Enquanto a mortalidade caía, a fecundidade se manteve elevada na maior parte dos países não desenvolvidos, exatamente como ocorreu na Europa durante quase todo século XIX. Mas, mais recentemente, a fecundidade começou a baixar em quase todos os países não desenvolvidos, embora em pequena proporção. A fecundidade deve ter caído de cerca de um quinto entre 1960 e 1970 no Brasil.

No período em que a mortalidade caía mas a fecundidade se mantinha constante, a população da Europa (exceto a da França) experimentou um rápido crescimento, o qual só passou a diminuir quando a fecundidade passou a cair mais rapidamente que a mortalidade. O mesmo está se dando hoje com a população dos países não desenvolvidos. O crescimento demográfico nestes países é hoje ainda mais rápido que o da Europa no século passado por um motivo simples: graças às conquistas mais recentes da medicina, a mortalidade nos países não desenvolvidos é ainda mais reduzida do que a que prevalecia na Europa há 100 ou 150 anos, de modo que o excesso de nascimentos sobre os óbitos é naturalmente maior também.

Passemos agora à segunda história, a das idéias, teorias e doutrinas sobre a população. No início do século XIX, quando o crescimento da população europeia estava se acelerando e a Revolução Industrial na Inglaterra reduzia grandes massas de antigos

camponeses e artesãos à mais negra miséria, o reverendo Thomas Malthus formulou a doutrina de que os culpados pela miséria eram suas próprias vítimas, pois devido "à fraqueza da carne" eles tendiam a se multiplicar além da disponibilidade de recursos para sustentá-los. A doutrina foi muito bem recebida, sobretudo pelas classes conservadoras, pois Malthus insistia que qualquer melhoria na situação dos pobres (qualquer redistribuição da renda, diríamos hoje) só resultaria numa aceleração do seu crescimento numérico, o qual acabaria sendo contido pela própria "natureza" mediante um aumento da mortalidade, provocado por guerras, fome e epidemias. Malthus acreditava que a única forma de se reduzir a miséria seria a "restrição moral", ou seja, que as pessoas de poucos recursos só deveriam se casar e procriar depois que tivessem amealhado meios suficientes para sustentar a prole.

Os fatos vieram a desmentir cabalmente as profecias pessimistas de Malthus. Sem que a fecundidade tivesse caído perceptivelmente na Inglaterra, na Alemanha e em numerosos outros países, houve, como vimos, queda da mortalidade e aceleração do crescimento populacional. O erro de Malthus foi ter subestimado de longe o progresso da técnica, sobretudo no campo da agricultura e da indústria extrativa. A natureza, que ele acreditava avara para o homem, mostrou-se afinal pródiga, permitindo que uma população mundial muito maior vivesse em condições materiais melhores do que antes.

O malthusianismo passou da moda, sobretudo na década de 20 e 30, quando a profunda queda da fecundidade na Europa e América do Norte fez com que a preocupação dominante se voltasse para o decréscimo da população. Surgiram teorias explicando a redução do número de nascimentos por uma diminuição da fertilidade biológica e outros motivos, mas pesquisas melhor orientadas acabaram estabelecendo o fato de que a baixa fecundidade era o resultado de um comportamento deliberado da maioria dos casais, que sem diminuir a atividade sexual passaram a utilizar métodos anticoncepcionais para evitar a procriação, além do número desejado de filhos. Para induzir os casais a ter mais filhos, vários países europeus passaram a oferecer incentivos materiais e morais às famílias grandes.

O malthusianismo ressurgiu, porém, com renovado vigor, após a 2.ª Guerra

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

Mundial, quando os resultados dos Censos realizados por volta de 1950 começaram a ser divulgados, revelando que a população nos países não desenvolvidos — afinal dois terços da população mundial — estava se expandindo aceleradamente. A nova onda de alarme quanto à população assumiu a forma de neomalthusianismo porque, diferentemente do velho Malthus, ela preconiza não mais a "restrição moral" (difícil de aplicar numa época de óbvia libertação sexual) mas a rápida difusão das práticas anticoncepcionais entre os povos do chamado Terceiro Mundo.

O neomalthusianismo tem duas linhas de argumentação que não deixam de se contradizer. Uma geral, aplicável a toda população do globo, e outra específica, dirigida aos povos dos países não desenvolvidos. Esta última sustenta que, nestes países, há uma severa escassez de capital, a qual limita as possibilidades de desenvolvimento em que a população cresce rapidamente, o consumo se expande, o que impede que haja mais poupança, de modo que a escassez de capital se prolonga, mantendo o país num círculo vicioso de desemprego crescente e desenvolvimento insuficiente. Se a população pudesse ser educada no sentido de controlar sua natalidade, o consumo crescerá menos, haveria mais poupança, portanto crescimento do emprego e desenvolvimento.

Esta argumentação, aparentemente lógica, não tem sido confirmada pelos fatos. Países cuja população cresce fortemente, como o México, e o Brasil, a Nigéria ou a China, têm se desenvolvido aceleradamente e o desemprego não tem dado mostras de

umentar. É que não há relação direta entre crescimento demográfico e acumulação de capital. Nos países capitalistas, esta é feita principalmente nas empresas, mediante retenção de lucros, e pelo Estado utilizando-se do fisco e da dívida pública. Na medida em que há poupança privada individual, esta provém de um pequeno número de famílias ricas, que usualmente limitam o seu número de filhos. Basta pensar um pouco para se ver que uma redução do número de nascimentos na grande maioria de famílias de poucos recursos deve ter pouca ou nenhuma repercussão na formação de capital. Na realidade, em países de baixa densidade demográfica e amplos recursos naturais inexplorados, o crescimento populacional pode ter estimulado o desenvolvimento ao permitir o povoamento de áreas vazias e ampliar, ao menos potencialmente, o mercado interno. É importante recordar que o desenvolvimento se dá por substituição de importações, a qual depende, em parte, da disponibilidade de um mercado nacional suficiente. No Brasil, por exemplo, o fato da população ter dobrado nos últimos 25 anos foi um fator importante para que indústrias que requerem grandes escalas de produção, como a siderurgia e a automobilística, pudessem ter-se estabelecido aqui.

Outra linha de argumentação neomalthusiana dá ênfase ao próximo esgotamento das reservas de recursos não renováveis (minérios), ao aumento da poluição e à impossibilidade da produção de alimentos acompanhar o crescimento da população mundial. Ela se apóia em projeções e modelos de simulação em

computador, que se propõem a provar que o atual crescimento da população mundial está causando um tal aumento do consumo de recursos não renováveis, como por exemplo petróleo ou cobre, que dentro de mais três ou quatro décadas o mundo se defrontará com uma tremenda crise de escassez destes recursos. Além disso, pretende-se provar também que a produção de alimentos não pode continuar crescendo tão depressa quanto a população, pois isso levaria à destruição crescente de matas (com o perigo de afetar o clima) e a uma poluição cada vez maior dos cursos d'água por inseticidas (DDT) e outros produtos químicos. Daí se proclamar a crise provocada pela explosão populacional, a qual só poderá ser solucionada por uma rapidíssima queda da fecundidade nos países em que ela ainda é alta.

A falsidade desta linha de argumentação consiste no equacionamento: crescimento populacional — crescimento do consumo. A quase totalidade do petróleo, do cobre e de outros recursos não renováveis é consumida pelos países desenvolvidos, que têm apenas um terço da população mundial e cuja população praticamente não cresce. Basta observar as estatísticas para se verificar que o crescimento populacional se dá em países de baixo nível de industrialização, e que portanto consomem poucas matérias-primas, ao passo que estas são consumidas sobretudo nos países industrializados. Quanto à produção de alimentos e à poluição, trata-se de problemas tecnológicos que já estão sendo atacados por cientistas de muitos países. Tudo indica que em breve serão desenvolvidas técnicas menos poluidoras do que as

atualmente em prática. O que se conhece de sério indica que a produção mundial de alimentos tem crescido a um ritmo maior do que a população e que problemas de poluição só são agudos em áreas de grande concentração industrial, como Tóquio ou São Paulo, onde sua solução esbarra em dificuldades econômicas mas não demográficas. Em outros termos, a poluição é sobretudo causada pela indústria, e sua eliminação custa caro. Uma eventual diminuição do crescimento populacional de modo algum reduzirá o aumento da poluição, a não ser que haja ao mesmo tempo uma queda do ritmo de industrialização.

Isso leva a crer que as duas linhas de argumentação neomalthusiana na verdade se contradizem, pois se fosse verdade que uma redução do crescimento demográfico aceleraria o desenvolvimento, então isso levaria a uma aceleração do consumo de recursos não renováveis por parte dos países não desenvolvidos, onde também haveria maior poluição, agravando-se deste modo os problemas que são atribuídos ao crescimento excessivo da população mundial. É claro que esta contradição mostra apenas a inconsistência lógica da argumentação neomalthusiana, pois na realidade uma eventual queda do crescimento populacional — que aliás está ocorrendo, como vimos — não acarreta, por si só, nem a aceleração do desenvolvimento nem a contenção do consumo de recursos não renováveis e da poluição.

Os demógrafos mais idôneos, mesmo que sejam neomalthusianos, não escondem o fato de que qualquer

mudança na dinâmica populacional só pode ter efeitos — quaisquer que eles sejam — a longo prazo, e seu alcance depende de outros fatores sociais e econômicos. Por que então toda a onda que no momento se faz ao redor da explosão demográfica? Sem negar a boa fé de muitos dos que se engajam na cruzada neomalthusiana, não há como deixar de ver a evidente utilidade da campanha para quem deseja desviar a atenção do público de outras soluções para os problemas da humanidade que, por afetarem privilégios, são mais controvertidos.

Assim, por exemplo, países produtores de matérias-primas estão pela primeira vez conseguindo melhorar suas relações de troca mediante sua união no mercado mundial em organizações como a OPEP, dos países exportadores de petróleo. O alarme a respeito da iminente escassez de certos recursos devido à explosão demográfica poderia servir de pretexto para uma intervenção nos países produtores visando assegurar o desfrute das reservas ainda disponíveis por toda a humanidade (na prática, pelos países industrializados). Assim como a explosão demográfica nos países não desenvolvidos pode servir para justificar um desenvolvimento insuficiente (barrado por estruturas sociais ultrapassadas) ou uma repartição da renda concentrada ao extremo. No Brasil mesmo a recente concentração da renda tem sido explicada como resultado da alta concentração das camadas pobres, quando na verdade esta alta fecundidade tem servido para suavizar os efeitos da concentração, na medida em que a renda das famílias mais pobres tem aumentado devido ao maior número de membros da família que trabalham.

Brasília

O CASO SHIS

Exatamente 15 dias após a chegada, no Senado Federal, da documentação referente a irregularidades na venda de imóveis públicos ocorridas durante o governo Hélio Prates da Silveira, do Distrito Federal, a Comissão do Distrito Federal do Senado encaminhou o processo à Comissão de Justiça, a fim de que sejam tomadas "medidas corretivas e de controle político". Essas medidas foram solicitadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal em extensa representação onde, entre outras irregularidades, fala das praticadas "pela empresa pública Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), ao realizar permuta de terreno de seu patrimônio imobiliário por apartamentos de propriedade da ENCOL — Engenharia, Comércio e Indústria, a fim de destiná-los a pessoas vinculadas à administração local".

O caso — conhecido como o Buritigate — começou em agosto de 1972 quando a SHIS, incumbida formalmente pelo governo do Distrito Federal de resolver o problema de moradias funcionais, se dispôs a construir 24 apartamentos na Superquadra Norte 202. Ouvindo, em processo, o secretário de Finanças informou que, se "fosse mantida a atual orientação, de que cabe aos órgãos descentralizados manter unidades para sua superior administração", caberia ao governo local a aquisição de apenas três apartamentos, pois era só essa a sua necessidade. Mas o governador Hélio Prates da Silveira decidiu autorizar — não se sabe, nem ficou esclarecido em sua posterior defesa diante do Senado Federal o motivo da decisão — a construção de 12 apartamentos, esclarecendo que as despesas só poderiam ser feitas a partir de abril de 1973. No dia 15 de abril de 1973, a firma ENCOL enviou ao governo um expediente no qual, reportando-se a "entendimentos anteriores", propõe

trocar 10 apartamentos na SQS 203 de alto luxo e com duas garagens cada um e mais 24 apartamentos na SQS 215, de sua propriedade, por seis projeções no Plano Piloto e outras seis projeções na cidade-satélite do Guarã, pertencentes à SHIS, e mais Cr\$ 2 milhões e 800 mil. Quatro dias depois, e sem que fosse dada qualquer publicidade à proposta da ENCOL, a diretoria técnica da SHIS apresentou um superficial estudo sobre os custos da transação e a Diretoria do Patrimônio Imobiliário da sociedade decidiu que o negócio só interessaria se fosse feita em dobro: a SHIS cederia 25 projeções em troca de 24 apartamentos de luxo na SQS 203 e 48 apartamentos de padrão médio na SQS 215, além de Cr\$ 5 milhões e 300 mil.

A transação realizou-se em 9 de abril de 1973 e, no dia seguinte, os compradores dos apartamentos — entre eles o irmão do governador, Caio Flavio Prates da Silveira, o filho do governador, um sobrinho do governador, diretores da SHIS e altos funcionários da administração — correram ao Cartório Djeta Medeiros, a fim de providenciar as escrituras. Só no dia foram passadas, nesse cartório, 53 escrituras. E um dos adquirentes de um apartamento da SQS 215 foi o sr. Benedito Fernandes de Souza, o escrevente que lavrou as escrituras.

Dias depois, a imprensa denunciava a irregularidade da transação, relacionando os nomes dos contemplados com os apartamentos. Hélio Prates da Silveira era obrigado a transformar em funcionais os 23 apartamentos da SQS 203 que foram devolvidos pelos contemplados tão logo houve a denúncia. Um dos apartamentos de luxo, porém, não foi devolvido e os da SQS 215 continuam em poder dos compradores. E o escrevente do Cartório Djeta Medeiros já está morando num deles. Além da devolução dos 23 apartamentos de luxo e sua transformação em residências

funcionais, a SHIS readquiriu, ao mesmo preço, 10 das 25 projeções permutadas com a ENCOL. Mas, inexplicavelmente, readquiriu as projeções de menor valor — sete na SQN 111 e três na SQS 313 — desprezando as notoriamente mais valorizadas, localizadas na SQS 202.

Após essas medidas, Hélio Prates da Silveira deu uma entrevista coletiva à imprensa, afirmando que não tinha havido má intenção na transação e que as atitudes posteriores haviam sanado qualquer prejuízo que pudesse ter sido dado ao patrimônio público. Em novembro do ano passado, apresentou-se à Câmara dos Deputados e à Comissão do Distrito Federal, do Senado, onde apresentou os mesmos argumentos. E o caso ficou abafado.

Nenhuma outra consequência teria havido se, ao tomar conhecimento das denúncias feitas pela imprensa, o Tribunal de Contas do Distrito Federal se mantivesse insensível a elas. Logo que soube das irregularidades, o procurador José Guilherme Villela encaminhou ao plenário da corte um pedido de esclarecimento a ser feito à SHIS. O pedido foi aprovado, remetido e dois meses depois a resposta chegou, num volume de mais de 150 folhas. Mas a resposta não satisfaz ao procurador que, além de pedir cópia da explicação prestada por Hélio Prates da Silveira à Câmara dos Deputados, fez investigações pessoais em cartórios de Brasília, apurando que o valor atribuído às projeções permutadas tinha sido muito inferior ao corrente no mercado. Em 26 de março, ele encaminhava seu relatório ao conselheiro Jesus da Paixão Reis, concluindo que a permuta devia ser considerada nula pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal já que houvera "incompetência da diretoria da SHIS para autorizar a alienação de

projeções de sua propriedade; falta de prévia licitação; desvio de finalidade da SHIS já que o ato propiciou que funcionários comissionados da cúpula da administração local, até mesmo diretores da SHIS, adquirissem apartamento de luxo, em excelentes condições de pagamento e a preços públicos; e o preço da alienação das projeções, feitas sem concorrência, foi evidentemente inferior ao corrente no mercado".

Na sessão do dia 2 de abril, o conselheiro Jesus da Paixão Reis relatou o processo em plenário, dizendo que "há, nos autos, numerosos indícios e até mesmo provas de que a permuta foi realizada não para atender a um fim público ou social, próprio da SHIS, mas para favorecer pessoas e empresa privada, em governo que chegava ao fim". Após um ligeiro histórico do negócio, ressaltou que "o critério de distribuição dos apartamentos foi nítida e confessadamente o do favoritismo" e são elementos que ainda depõem contra a lisura da operação "a devolução dos apartamentos de luxo, assim que a imprensa denunciou a aquisição deles como irregular, ato que equivale a uma confissão tácita, e a entrada, no caso denominada poupança, com que cada comprador deveria contribuir, foi parcelada em 40 prestações, isto é, foi dispensada".

Em sua exposição, o relator do processo afirmou que os preços estipulados para a venda dos 72 apartamentos foram absurdos, considerando-se a localização e a qualidade de construção. Os apartamentos da SQS 203, de alto luxo, foram vendidos por Cr\$245 mil e da SQS 215 por Cr\$ 170 mil. Cada um deles vale, ao menos, o dobro desse preço. Concluindo, propôs que o Tribunal de Contas do Distrito Federal representasse o Senado Federal, determinasse inspeção nos órgãos da administração descentralizada, a fim de fazer levantamento completo das

alienações de projeções e lotes comerciais ou industriais feitas a particulares, sem a obrigatoria licitação, e comunicasse a decisão ao governador do Distrito Federal para que este, caso julgasse necessário, "promova a declaração judicial de nulidade da permuta" e providencie "as medidas cabíveis para a competente ação penal contra eventuais culpados".

Em menos de cinco minutos, os conselheiros deram seus votos, aprovando, unanimemente, as medidas sugeridas pelo conselheiro Jesus da Paixão Reis.

Seis dias após a decisão do Tribunal de Contas, o novo governador do Distrito Federal, Elmo Serejo, recebeu um telegrama do ex-governador Hélio Prates da Silveira, que dizia não acreditar nas notícias publicadas pela imprensa, sobre a decisão do Tribunal, e pedia providências "que em tais circunstâncias restabeleçam a verdade pt Nada mais desejo a respeito senão a verdade toda a verdade". No dia seguinte, a documentação chegava ao Senado Federal e, depois de lida em sessão, ela foi distribuída à Comissão do Distrito Federal, que decidiu encaminhá-la à Comissão de Justiça do Senado, para serem definidas, conforme solicita a Corte de Contas, "as medidas corretivas e de controle político". E o senador Catete Pinheiro, presidente da Comissão do DF, afirmou que haverá o maior empenho para que todos os culpados sejam exemplarmente punidos pois "as irregularidades são óbvias e foram comprovadas".

Após tantas declarações, talvez o ex-governador se convença de que acusações à imprensa e telegramas inócuos não apagam a má gestão dos negócios públicos e comece a se preocupar, verdadeiramente, com o seu passado na administração de Brasília.

JOHN K. GALBRAITH

“Nos Estados Unidos, a inflação é um mal pior que o desemprego”

“O objetivo da política fiscal é redistribuir a renda e não aumentar o dinheiro” — disse o conhecido economista norte-americano John K. Galbraith, em entrevista concedida a Didier Górrin de Mondé. Para numerosos governantes, o desemprego é o inimigo nº 1. Galbraith acha que as consequências políticas da inflação são “muito mais sérias”, mesmo para os Estados Unidos. Podem abalar a solidez das democracias. Segundo ele, é preciso, para diminuir ou pelo menos reduzir a alta acelerada dos preços, um “governo muito poderoso”, capaz de enfrentar os diferentes grupos de pressão, diminuir as desigualdades de riqueza e aumentar os impostos sobre as rendas mais altas. Uma melhor distribuição da renda controlaria, ao mesmo tempo, a inflação e o desemprego.

Pergunta — Como vê a atual situação econômica dos Estados Unidos?

Resposta — Acho que a economia americana só pode funcionar realmente com uma forte direção, e que não é o caso de se hesitar ou de escolher entre várias políticas. É preciso utilizar todos os meios possíveis. É preciso uma política muito enérgica, e nós estamos num período de subgestão econômica. O presidente Nixon cercou-se, em Washington, de brilhantes economistas que, embora livres do mundo cão de Watergate, ainda estão presos às concepções do século XVIII. São adeptos de um *laissez-faire* temperado com um intervencionismo discreto, e abdicaram de suas responsabilidades em proveito de algumas forças ocultas que escapam ao poder da compreensão humana.

Não tivemos uma política econômica nestes últimos anos, somente algumas predições do tipo: o desemprego vai diminuir ou a inflação vai tornar-se menos importante. Tudo isso com o único objetivo de que as previsões influam na realidade.

Prever o pior

P — Na sua opinião, quais as medidas mais urgentes a tomar?

R — Nas atuais condições, é preciso implantar restrições monetárias. É preciso ter uma política fiscal muito mais rígida do que a que temos. Em período de relativa estabilidade, como o nosso, aplica-se geralmente uma política fiscal e uma regulamentação dos preços, para substituir o controle público dos preços por um controle privado. Mas uma coisa muito

importante é a criação de um fundo especial de intervenção para atenuar os efeitos do desemprego nos setores específicos em que ele aparece. De maneira que o preço dessa política, quando ela provoca um desemprego setorial, não caia sobre aquele que perde o emprego. Como nós vivemos numa total ausência de gestão, acho que pode-se prever o pior e pensar que a inflação só fará aumentar.

P — Acha que o relaxamento da pressão fiscal, que o Congresso está estudando atualmente, pode ser um bom remédio?

R — Não. Sou contra essa política. Acho que a atual estagnação resulta em parte de uma prática de restrição do crédito que afeta os mais desfavorecidos e o setor habitacional. É uma política discriminatória. Não atinge a General Motors, mas os que precisam de dinheiro emprestado. No momento, não há escassez de demanda no mercado. De fato, haveria antes um excedente, tanto que, se se reduzir os impostos, essa demanda aumentará proporcionalmente com a possibilidade de engrossar a inflação. Ao contrário, eu aumentaria os impostos sobre as rendas mais elevadas. Não se deve perder de vista que o objetivo da política fiscal é a redistribuição da renda e não amontoar dinheiro. O fato da teoria conservadora ter-se erigido em dogma — para nunca redistribuir a renda — é uma prova da influência do *establishment* sobre a economia. Outra possibilidade, claro, é o imposto negativo. Um sistema essencial para proteger os que estão situados embaixo da escala social.

Taxar o enriquecimento

P — É possível acabar com certas isenções e vantagens fiscais?

R — Eu sempre achei que não se devia conceber o sistema fiscal setor por setor, com suas vantagens e isenções, pois haverá sempre uma pressão política suficiente para defender os privilégios desse ou daquele setor. A sabedoria, nesse

domínio, recomenda uma revisão de todo o sistema fiscal, de maneira que ele atinja igualmente qualquer aumento de fortuna. Se um contribuinte enriquece 5 mil ou 50 mil dólares, pouco importa de onde vem o dinheiro: agricultura, rendas, herança, lucros legais ou ilegais, mais-valia, etc. Aquele que enriquece com uma certa soma de dinheiro deveria pagar a mesma taxa de imposto sobre esse enriquecimento. Esse sistema deveria ser progressivo. Creio que trata-se aí de uma política fiscal dotada de maturidade e a única forma operacional de reforma.

P — Poder-se-ia, com esse sistema, cada um pagando sua “justa parte de imposto”, reduzir a média geral dos impostos e a taxa imposta atualmente?

R — Sim. Mas eu não gostaria de ver nenhuma diminuição para as mais altas camadas de rendas. Há três anos, demos a essas camadas mais altas um alívio desmesurado, ao limitar os impostos dos que se dizem assalariados a um teto máximo de 50%. Foi um grande achado para os dirigentes de empresas. O fato de considerar como salário rendas anuais da ordem de 100 mil ou 200 mil dólares é uma coisa sem sentido. É assim que nas grandes companhias, como a General Motors, os salários dos dirigentes aumentaram terrivelmente, o que foi acompanhado, como por acaso, de uma importante redução de lucros da companhia. Trata-se, sem dúvida, de uma nova interpretação do sistema da livre empresa. Esse tipo de salários reflete a influência de que gozam os dirigentes da burocracia empresarial em companhias como a General Motors, mais do que o valor comercial de suas capacidades. Eles foram recompensados, evidentemente, por se terem enganado em suas previsões sobre a natureza do mercado de automóveis.

Estatizar a energia?

P — O que acha da idéia, recentemente lançada nos Estados Unidos, de estatizar as indústrias de

energia?

R — Gostaria que esse assunto fosse discutido com muita seriedade. Os canadenses estão estudando a criação de uma companhia nacional de petróleo. Uma tal realização poderia servir de empresa-modelo e seria assim a ala avançada da pesquisa tecnológica, uma necessidade sobre a qual não se poderá persuadir as empresas privadas. Seria preciso ir mais longe e colocar a indústria petrolífera no setor dos serviços públicos ou da empresa pública? A questão é interessante e merece ser discutida.

Uma idéia revolucionária como essa nunca vem dos economistas radicais, nem dos economistas do *establishment*, como eu. Essas idéias provêm da própria indústria. Se a indústria não nos tivesse conduzido a uma tal situação e não tivesse amontoado esses lucros exorbitantes, o problema nunca teria sido colocado. As mudanças draconianas se originam muitas vezes das bobagens da própria indústria.

P — O senhor diz que gostaria de ver a questão discutida, mas não indica realmente sua opinião sobre o assunto.

R — Politicamente, gosto de me ocupar de assuntos que estão, de alguma maneira, no domínio do possível. Eu me situo no que se poderia chamar de a faixa marginalista do *establishment*.

P — Quais são, na sua opinião, as chances do senador Ted Kennedy nas próximas eleições presidenciais de 1976?

R — Eu participei da administração Kennedy (NR — como embaixador do governo de John Kennedy na Índia) mas isso já passou. Acho que, se o senador Kennedy quiser obter a investidura do Partido Democrata, não terá problemas com os outros candidatos. Acho também que as chances de vitória dos democratas são bastante boas. Basta olhar todas essas fortalezas republicanas caindo uma depois da outra, e nossas esperanças se voltam

para o futuro.

P — Acha que as mudanças de governo ocorridas em alguns países industrializados — Inglaterra, França, Israel, Itália, Alemanha Federal, EUA — resultam todas de um mesmo fator?

R — Certamente. Na minha opinião, o fator mais inquietante no mundo de hoje é a inflação. Não creio que haja um só governo nos países industrializados que possa afirmar, honestamente, que consegue resolver esse problema. Os economistas liberais estão sempre muito preocupados com as consequências políticas do desemprego. Não acho que se deva minimizar esse problema, mas as consequências políticas da inflação, a que ninguém escapa, são muito mais sérias. Estou certo disso.

O problema maior

Na Suécia a inflação acabou com as regras mais antigas que se acreditava fossem permanentes. Os sulcos já se interrogam sobre a natureza do seu desenvolvimento econômico. Já se disse que é a primeira vez em quatro séculos que os sulcos se tornam protectionistas. A inflação foi a grande bandeira nas recentes eleições francesas. É o principal problema na Alemanha, onde o rápido aumento dos custos e a situação particular do mercado conduziram ao fechamento de algumas empresas. Até a Volkswagen parece ter sido atingida. Acho que a inflação constitui o fator mais prejudicial para os atuais governos.

P — É possível resolver o problema, ou reduzir a inflação atual, unicamente através de medidas técnicas e monetárias, ou também através da redução das disparidades de riqueza?

R — É preciso um governo muito poderoso para atingir esse objetivo, mas a inflação não tem somente origens internas. Não acredito que nenhum governo possa deter a inflação enquanto ela não for controlada nos Estados Unidos. A estabilidade dos preços exige que as economias maiores, em primeiro lugar a dos EUA, controlem seus preços. A estabilidade que conhecemos nos 20 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial resultou de uma evolução dos preços relativamente previsível, à qual os outros países de certo modo se acomodaram. Consequentemente, pode-se ter um aumento da inflação nos EUA, no Canadá, na Inglaterra e até na França, que tem uma situação mais independente, mas não uma diminuição.

Enquanto as atenções do mundo inteiro têm se voltado para o Oriente Médio, houve uma série de perturbadoras notícias de que estaria sendo programada uma grande guerra entre a China e a Rússia. O comentário mais amedrontador foi o de que essa guerra provavelmente teria início com um ataque de mísseis soviéticos contra a embrionária força nuclear da China. Alexander Soljenitsyn advertiu quanto à iminência de uma guerra sino-soviética na carta que enviou ao Kremlin no ano passado. Os comentaristas de Washington têm citado as aflitivas análises realizadas pela CIA, que levantam a possibilidade de que a guerra estoure antes do final deste ano. Os diplomatas do Ocidente têm comentado a aparente obsessão dos líderes russos pelo seu “problema chinês”.

A argumentação sobre um iminente ataque soviético contra a China segue este raciocínio: os russos estão apreensivos com esta presença militar hostil em suas fronteiras orientais, sentimento expressado pelo poeta Evutchenko em 1969 quando ele escreveu sobre “novos guerreiros mongóis que carregam bombas em suas aljavas”. Atualmente os russos gozam de uma superioridade estratégica decisiva que está sendo neutralizada pelo desenvolvimento do potencial nuclear chinês. Se Moscou está seriamente preocupado com a ameaça a longo prazo da China, então deve estar consideravelmente tentada a atacar agora, enquanto o potencial nuclear da China ainda é pequeno.

Contra-argumenta-se que essa lógica

China/URSS A GUERRA SE AVIZINHA

fatalista é insensatamente alarmista, que os riscos são grandes demais para que semelhante ataque valha a pena. Não tem havido atitudes escandalosamente ameaçadoras por parte dos russos. Na verdade, eles têm insistido regularmente no fato de que não pretendem atacar. Denunciaram essas notícias como sendo manobras terroristas, destinadas a minar a distensão com o Ocidente, fabricando a imagem de uma União Soviética agressiva.

Guerra nuclear ou convencional?

Há provas de que no passado os russos consideraram a hipótese de um ataque. Durante 1969, quando houve uma série de conflitos fronteiriços entre as tropas soviéticas e chinesas, oficiais americanos foram sondados pelos soviéticos para se determinar sua provável reação a um ataque contra a China. Os Partidos Comunistas do mundo inteiro foram advertidos quanto à possibilidade de uma guerra sino-soviética. As transmissões propagandísticas da Rússia para a China enfatizavam a esmagadora superioridade nuclear da primeira e, para reforçar o clima, um especialista em foguetes estratégicos foi indicado

como comandante militar das Forças Soviéticas Orientais.

Como alternativa para um ataque nuclear os russos pareciam estar se preparando para realizar um ataque convencional contra a longínqua e subpovoada província chinesa de Sinkiang. Sinkiang é importante para os chineses por causa de seus ricos depósitos de urânio e petróleo, e pelo fato de que seu principal centro de testes nucleares está situado em Lop Nor, nesta província. Um ataque russo contra estas instalações-chaves poderia retardar de vários anos os projetos nucleares chineses.

Em setembro de 1969 os chineses concordaram em entrar em conversações com a Rússia sobre a questão das fronteiras. Sem essa concessão é provável que a guerra não pudesse ter sido evitada. No entanto, há outras razões que explicam por que a Rússia hesitou em realizar um ataque naquela ocasião. Os americanos deixaram bem claro que não estavam em condições de ignorar semelhante acontecimento. A incerteza sobre a reação dos americanos a um ataque de surpresa contra a China, num período em que os russos estavam progredindo a caminho de distensão, deve ter

fortalecido o poder dos moderados do Kremlin.

O chefe do Estado-Maior soviético, general Zakharov, também contribuiu para conter os russos. Sua precaução resultava de uma avaliação das deficiências militares da Rússia. Se era verdade que os russos poderiam destruir o minúsculo potencial nuclear dos chineses e provavelmente invadir Sinkiang com sucesso, eles estavam perigosamente vulneráveis na região a leste do lago Baykal. Nessa região, a geografia desfavorece os russos. As cidades e forças militares da região dependem da Estrada de Ferro Transiberiana, seu principal meio de ligação com o resto da Rússia para entrega de alimentos e reforços militares.

Durante 1.500 milhas a estrada de ferro corre a uma distância entre 15 a 20 quilômetros da fronteira chinesa. Em caso de guerra, a circulação de tropas militares pela estrada de ferro poderia ser seriamente dificultada pelo fogo de artilharia. O que é pior, a ligação poderia ser cortada, isolando o leste soviético e colocando-o à mercê de uma invasão chinesa.

Agora as posições militares soviéticas na região sofreram uma melhoria drástica. Desde 1969 eles têm

trabalhado firme para desenvolver sua infra-estrutura militar. No ano passado eles terminaram de construir uma rede de casamatas para estocagem, campos de pouso, estradas e ramais de estrada de ferro. Houve um grande aumento do contingente militar na região que agora conta com 45 divisões. O número exato de tropas é incerto, devido aos diferentes níveis de prontidão em que os russos mantêm suas divisões. Os chineses falam em “um milhão de soldados soviéticos”.

Outras estimativas sugerem a metade deste número. As tropas contam com o apoio de até 10 mil tanques, 1.200 aviões de combate e muitas armas táticas nucleares. As forças chinesas continuam numericamente superiores, mas ficam muito atrás em sofisticação de equipamento.

Os “radicais” soviéticos

Existem provas de outros preparativos russos para a guerra, além daqueles que podem ser descobertos com ajuda de satélites de espionagem. Em agosto passado entrou clandestinamente no Ocidente um documento redigido por um dissidente soviético, que ocupava um cargo suficientemente alto para estar a par das atividades militares e do Partido Comunista. O autor, conhecido pelo pseudônimo de *Andrei Samokhin*, advertia que a guerra com a China “era o objetivo principal e o mais presente na política, externa do

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

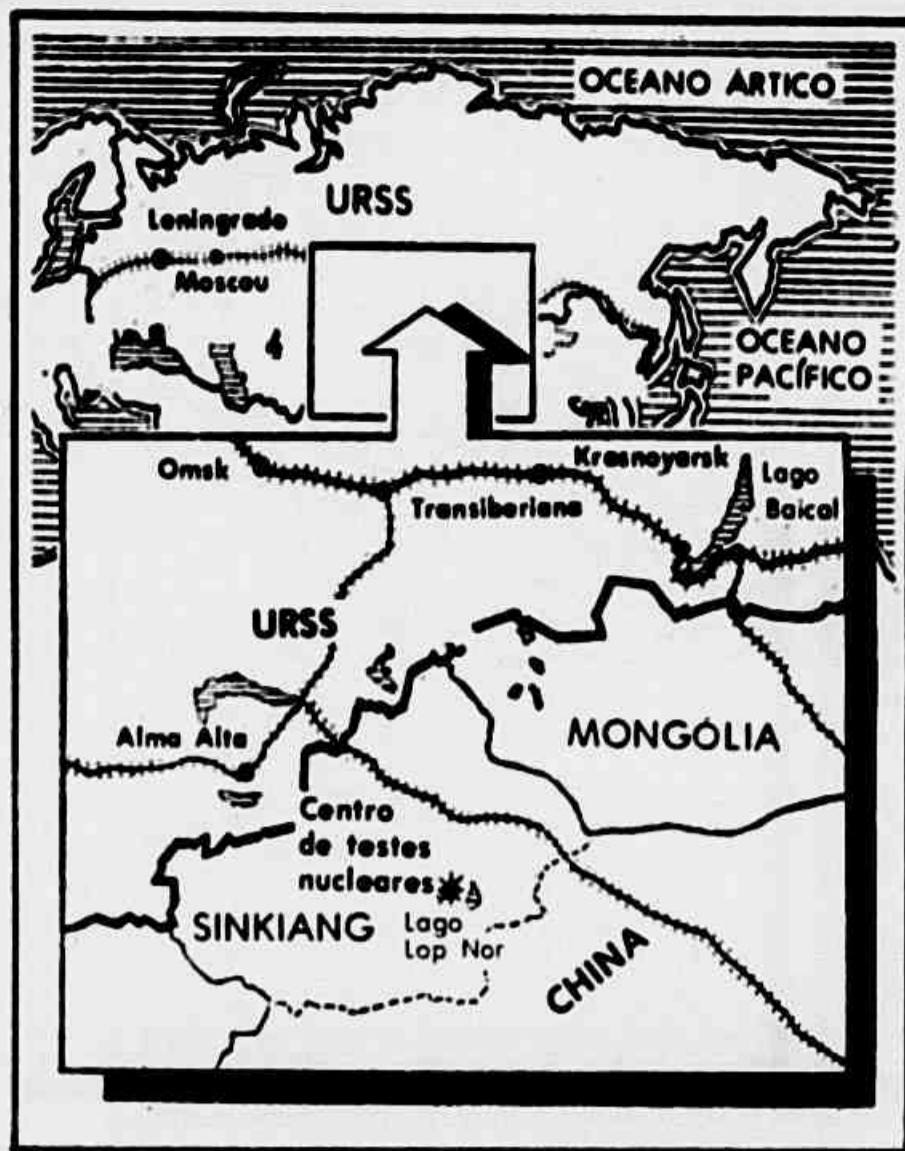
governo soviético".

Pode-se encontrar mais justificativas para apreensão nas mudanças que têm ocorrido na alta hierarquia do comando militar soviético. Nos últimos dois anos muitos generais foram substituídos por outros mais jovens. Um indicador importante é o general Kulikov, que assumiu o cargo de chefe do Estado-Maior quando o cauteloso marechal Zakharov morreu. O fato é que esses novos comandantes são mais agressivos e mais radicais. Outras pessoas argumentam que não se pode atribuir nenhuma importância especial a estas mudanças. Todavia, o medo de que os partidários da linha dura estejam no controle foi reforçado pela nomeação do marechal Grechko, ministro da Defesa, para o Politburo. A presença de Grechko já se fez sentir na posição rígida assumida pelos russos nas negociações com os americanos nas SALT (Conversações para Limitação de Armas Estratégicas).

E certo que os chineses estão apreensivos com as implicações de todos esses acontecimentos para o seu futuro. Eles imaginam uma formidável máquina militar prestes a atacá-los. Eles têm reestruturado suas forças para enfrentar essa ameaça. A medida de até que ponto eles temem um ataque nuclear é dada pela vasta rede de abrigos antiaéreos e túneis que está sendo construída em suas grandes e pequenas cidades. O perigo representado pela Rússia foi um dos principais fatores que os levou a sair do isolamento internacional em que se encontravam.

Embora não tenham deixado de expressar seus pontos de vista, os chineses foram obrigados a reconhecer que não estão em condições de desafiar os russos. Isto os colocou num dilema curioso. Para aumentar sua segurança eles precisam ter uma capacidade de intimidação nuclear completa. O problema é que qualquer atitude que vise restabelecer o equilíbrio estratégico — que é gritantemente desigual — a seu favor significa desafiar os russos. Atualmente eles estão vulneráveis a um ataque. Qualquer tentativa de sair desta zona de perigo nuclear pode perfeitamente precipitar este ataque.

A dificuldade desta situação foi revelada por uma recente descoberta feita pelo almirante Moorer, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Ao



contrário do que foi muito noticiado durante o ano passado, parece que os chineses ainda não desenvolveram nenhum de seus mísseis balísticos intercontinentais de alcance limitado. Estimativas atuais calculam que estes mísseis poderiam ser operados em outubro, o que representaria um significativo progresso na capacidade nuclear da China.

As vantagens que esses novos mísseis representam para a capacidade de intimidação nuclear da China são três. Atualmente os foguetes chineses que transportam cargas nucleares são vulneráveis a um ataque soviético e limitados em seu alcance. O potencial consiste principalmente de foguetes soviéticos produzidos na década de 50 nos quais se fizeram algumas modificações. Possuem entre 100 e 140 bombardeios de médio alcance, cerca de 50 mísseis de médio alcance

(mil/1600 quilômetros), e talvez 20 mísseis de alcance intermediário que poderiam atingir alvos situados até a distância de 3.600 quilômetros. Eles ameaçam as cidades de Irkutsk, Vladivostok e Khabarovsk situadas a leste — mas não muito mais do que isso. Os novos mísseis balísticos intercontinentais (MBIs), com alcance de 5.600 quilômetros, poderiam atingir todos os alvos soviéticos, inclusive Moscou.

Em segundo lugar, espera-se que os MBIs fiquem localizados em silos subterrâneos ou em esconderijos construídos com rochas. Só para comparar os atuais sistemas estão situados acima da terra e são muito vulneráveis a um ataque soviético. Os novos mísseis serão muito mais difíceis de serem destruídos.

Em terceiro lugar, esses mísseis podem ser ligados a um sistema de

alarme prévio, que está sendo construído pelos chineses na China Ocidental. Com isto os chineses possivelmente terão um potencial de "alarme-detonador". Embora esse potencial envolva óbvios perigos de alarmes falsos e de reações precipitadas, a incerteza que ele criaria serviria para complicar qualquer plano russo de realizar um ataque. Os planejadores teriam que contar com a possibilidade de estarem destruindo locais já evacuados por mísseis que teriam partido em represália em direção ao território russo.

Porém mesmo depois de desenvolver um número significativo desses mísseis os chineses ainda não teriam, em termos estritos, uma capacidade de intimidação garantida. Os novos MBIs ainda seriam vulneráveis a um ataque russo, mesmo que significasse uma aventura muito mais arriscada para Moscou. Os chineses ainda não têm o que hoje se considera uma condição *sine qua non* para a capacidade de intimidação de uma superpotência: um potencial em submarinos que possam lançar mísseis quando submersos. Eles possuem um submarino capaz de lançar mísseis quando está na superfície, mas por enquanto ainda não há mísseis para seus três tubos de lançamento.

No entanto, parece haver o perigo de que os russos considerem qualquer indício de que os chineses estão prestes a desenvolver seus MBIs como suficiente para desencadear um ataque nuclear. Apesar desse panorama sinistro, pode-se considerar que ele seja inapropriadamente pessimista. É bem possível que existam no Kremlin poderosos defensores de um ataque de prevenção. Existe a nítida tentação de agir agora para impedir que um incômodo problema de segurança piore ainda mais. Todavia, os mais cautelosos poderiam se utilizar de alguns argumentos poderosos em nome de uma restrição.

A argumentação mais poderosa é o próprio nível de risco envolvido num ataque nuclear. Para que um ataque soviético destrua completamente a capacidade nuclear da China, eles precisariam atacar não apenas os principais centros chineses de produção nuclear e os esconderijos militares existentes, mas também a maioria, senão todos os 200 campos militares de pouso da China.

Descrever um ataque preventivo como sendo simplesmente destinado a "desarmar" é ignorar a destruição que ele causaria. As explosões nucleares e a radioatividade causariam a morte de milhares de chineses. Perante o mundo os russos seriam culpados de um crime de proporções gigantescas. Um ataque desencadearia uma série de acontecimentos a nível internacional que Moscou não poderia controlar.

Por mais incômodo que os líderes russos possam achar seu "problema chinês" e por maior que seja o seu temor de que a potência nuclear da China esteja alcançando níveis que eles dificilmente controlariam, não é provável que decidam que um ataque nuclear preventivo valha a pena, considerando os riscos envolvidos. É mais provável que, se forem suficientemente provocados, eles realizem uma invasão convencional da província de Sinkiang. Isto não deixaria os chineses sem armas nucleares, mas a destruição do centro de testes em Lop Nor e das minas de urânio próximas à fronteira obstruiriam seriamente o futuro desenvolvimento do potencial nuclear chinês. Há indícios de que esta seja a opção militar preferível para Moscou.

Além do mais sempre há a possibilidade de algum tipo de aproximação entre os dois países. Embora no momento uma reconciliação total esteja fora de cogitação, no futuro as relações podem melhorar. A morte do presidente Mao, que já tem 80 anos de idade, pode abrir caminho para o estabelecimento na China de uma liderança mais pró-soviética. Até que ocorra uma melhoria nas relações, os russos podem se utilizar de uma série de medidas para diplomaticamente conter os chineses sem precisar recorrer a métodos drásticos.

Enquanto isso eles certamente manterão toda uma gama de opções militares. Isto tem a vantagem de momentaneamente intimidar e constrianger os chineses, ao mesmo tempo que deixa o caminho aberto para toda espécie de contingências futuras. Considerando-se todas as possibilidades, é pouco provável que este poderio militar seja utilizado no futuro próximo. Por outro lado, é inconcebível que esta situação tensa se prolongue indefinidamente sem que resulte, por erros de cálculo ou por alguma decisão, num perigoso conflito. (Lawrence Freedman, The Guardian)

O golpe de abril em Portugal pode ter ocasionado enormes transformações políticas naquele país, e mobilizado novas esperanças de independência nos territórios portugueses na África, mas nada disso foi sequer cogitado em Macau — o pequeno e ligeiramente decadente resíduo colonial da costa sul da China. Quando o golpe foi anunciado não houve manifestações festivas de multidões pelas ruas tranquilas desta cidade. Não se viram tanques nas alamedas arborizadas; ninguém interditou o aeroporto porque não há um aeroporto e as barcaças que trazem diariamente milhares de turistas e viajantes de Hong-Kong, atravessando os 65 quilômetros do estuário do rio Pearl, continuaram a fazer seu percurso sem interrupção.

As roletas não deixaram de funcionar, e os cassinos não baixaram suas portas. Talvez a única mudança notada foi o fato de que a guarnição do Exército colonial (600 homens) perdeu uma partida de futebol no dia em que o golpe foi anunciado.

Mesmo se quisesse, Portugal não poderia libertar Macau. Há 400 anos os portugueses controlam esse território de 15,6 quilômetros quadrados. Pequim considera tanto Macau quanto a Hong-Kong britânica territórios temporariamente ocupados por potências estrangeiras.

Não houve nenhuma reação por parte da população chinesa, que representa cerca de 98 por cento da população de Macau, que chega a mais de 300 mil pessoas. Para eles um golpe realizado em Lisboa não significa nada. Os únicos a se mobilizar foram os portugueses.

Provavelmente em toda Macau não

há mais do que 12 mil pessoas com passaporte português e desses menos de mil nasceram realmente em Portugal. Mesmo assim, o principal jornal em língua portuguesa, *Gazeta Macaense*, aumentou sua circulação de 500 para 1.600 em poucos dias, e no Café Salmar, onde os portugueses gostam de se encontrar para falar da vida alheia, diz-se que as notícias sobre o golpe substituíram o assunto adultério como tema de conversa pelo menos durante alguns dias.

O diretor da estação de rádio de Macau, Luis Gonzaga Gomes, ouviu falar no golpe pela primeira vez quando recebeu um telefonema no dia 25 de abril por volta das 4 horas da tarde. A comunicação foi feita por um cantor popular português, Rui de Mascarenhas. Ele estava de passagem por Macau, hospedado no Lisboa Hotel, e descansava enquanto ouvia música pela Rádio Hong-Kong quando escutou algo sobre um golpe. Telefonou para a estação de rádio tentando descobrir o que havia acontecido em sua pátria.

Nem Gomes nem ninguém sabia dar uma resposta, mas como já havia passado a hora da sesta, alguém sintonizou na faixa de ondas curtas para ouvir a rádio das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Certamente tinha havido um golpe, portanto Gomes mandou informar o

general Nobre de Carvalho, governador de Macau, que se encontrava no Palácio Rosa.

Mesmo assim, Gomes disse que a Rádio Macau precisou esperar pela chegada da nota oficial divulgada em código morse pela agência noticiosa oficial portuguesa em sua transmissão para o Extremo Oriente.

Todos os oficiais portugueses anunciaram rapidamente seu apoio à junta — independentemente do fato de terem recentemente jurado apoio eterno à ditadura. Lisboa mandou dizer que Nobre de Carvalho permaneceria em seu cargo e que tudo continuaria como antes em Macau.

Mas não foi bem isso o que aconteceu. A censura à imprensa foi eliminada e um grupo de 38 cidadãos portugueses de mentalidade liberal, entre os quais negociantes, advogados e policiais, bem como outras pessoas, formaram um Centro Democrático de Macau. "Ainda não é um partido político", explicou um de seus fundadores, José Maneiras. "É mais um grupo de ação política. A primeira tarefa deve ser elevar o nível de consciência política das pessoas — torná-las conscientes de seus direitos e deveres numa sociedade democrática".

Todavia, muitos deles acham que o governador e seus auxiliares deveriam ser substituídos, e estão proclamando isto abertamente. Outro fundador, Francisco Dias Brito —

superintendente de polícia — disse: "Minha boca esteve fechada durante 48 anos, agora vou abri-la".

Aqui os portugueses não têm poder político. Diferentemente do que fizeram os britânicos em Hong-Kong, os portugueses abriram mão de grande parte de sua soberania em 1967, depois dos conflitos da Revolução Cultural. Os chineses de Hong-Kong detêm o poder econômico. Macau é frequentemente descrita como a colônia de uma colônia.

A China autorizou pela primeira vez os portugueses a se estabelecerem na pequena península e nas ilhas à margem do rio Pearl em 1557. Os chineses acreditavam que, se era preciso lidar com estrangeiros, o melhor a fazer era mantê-los isolados num local, o mais distante possível. Os chineses ainda se orientam em grande medida por este princípio.

No princípio os portugueses detinham o monopólio do comércio da China com Cantão, depois os ingleses se apoderaram de grande parte do negócio, mas Macau permaneceu um importante gueto para todas as nacionalidades até que os britânicos tomaram Hong-Kong, do outro lado do estuário, em 1842.

Macau sempre foi meio indefinida. Na primeira metade do século XIX, servia como centro para o comércio de ópio com a China. Dentro da própria

colônia, um monopólio governamental do ópio continuou, até os anos 30, responsável por uma boa percentagem das rendas do governo.

Até 1873, Macau era um lucrativo centro comercial de exportação de trabalhadores chineses para a América em condições um pouco piores do que as da escravidão.

Depois da Segunda Guerra Mundial, Macau foi um centro de contrabando de ouro. Este entrava legalmente (porque Portugal nunca assinou o acordo de Breton Woods proibindo a importação de ouro para uso particular), e então contrabandeado para toda a Ásia.

O comércio do ouro em Macau faliu, agora que este pode ser enviado para Hong-Kong. As únicas coisas que existem em Macau e não podem ser encontradas em Hong-Kong são o jogo legal e a corrida de cães.

Os habitantes do lugar acreditam que a China ainda precisa de Hong-Kong para ganhar algum dinheiro e para ter uma via de contatos com o Ocidente, e não se apoderará de Macau até que esteja em condições de novamente se apoderar também de Hong-Kong.

Mas um dia a China exigirá Macau. "Isto pode acontecer tanto no ano que vem como daqui a 10 ou 20 anos", frase atribuída ao representante extra-oficial de Pequim, Ho Yin. Até então, Macau provavelmente permanecerá indulgente politicamente. Ela nunca foi atingida pela Inquisição no século XVI, nem recentemente pela PIDE — a famigerada polícia secreta do governo de Lisboa. (H.U.S. Greenway, The Washington Post)

Macau GOLPE? QUE GOLPE?

LIVROS

Análise desnorteada

AS IDÉIAS DE LUKÁCS, George Lichtheim (Cultrix, 132 págs., Cr\$ 12,00)

Alguém já disse que a grandeza de um homem pode ser medida pela quantidade de tolices que são ditas a seu respeito. Se ainda houvesse necessidade de uma prova suplementar, essa *hontade* viria confirmar a importância de Georg Lukács no quadro do pensamento contemporâneo. Com efeito, a obra do pensador húngaro — graças à riqueza e originalidade de suas colocações — tem desnorteado a maioria dos analistas. Na exata medida em que se multiplicam os estudos a seu respeito, cresce igualmente o número de equívocos e deformações (nem sempre involuntárias) acerca do significado real das idéias de Lukács. Uma espessa rede de falsas classificações — "contendista", "historicista abstrato", "stalinista", etc. — oculta a verdadeira natureza dessas idéias.

Essa deformação, infelizmente, não tem lugar apenas entre os analistas superficiais e os comentaristas mal-intencionados.

Até mesmo um crítico sério e inteligente, como o alemão Hans Magnus Enzensberger, permite-se — num interessante ensaio sobre *Poesia e Política* — a seguinte contrafação: "Georg Lukács põe intrepidamente no tabuleiro do seu realismo Romain Rolland e Theodore Dreiser contra Proust, Joyce, Kafka e Faulkner, sem suspeitar nem de leve que uma tal partida de peões contra reis e rainhas pode levar o desafiante ao ridículo". O problema é que Lukács jamais se referiu, em qualquer de suas obras, a Theodore Dreiser enquanto romancista, nem tampouco propôs a alternativa *Romain Rolland ou Kafka*, mas sim — coisa que Enzensberger prudentemente esqueceu — *Thomas Mann ou Kafka*. O fato de que mesmo essa segunda alternativa seja sujeita a críticas não autoriza sua substituição por uma caricatura alheia ao espírito e à letra da obra de Lukács.

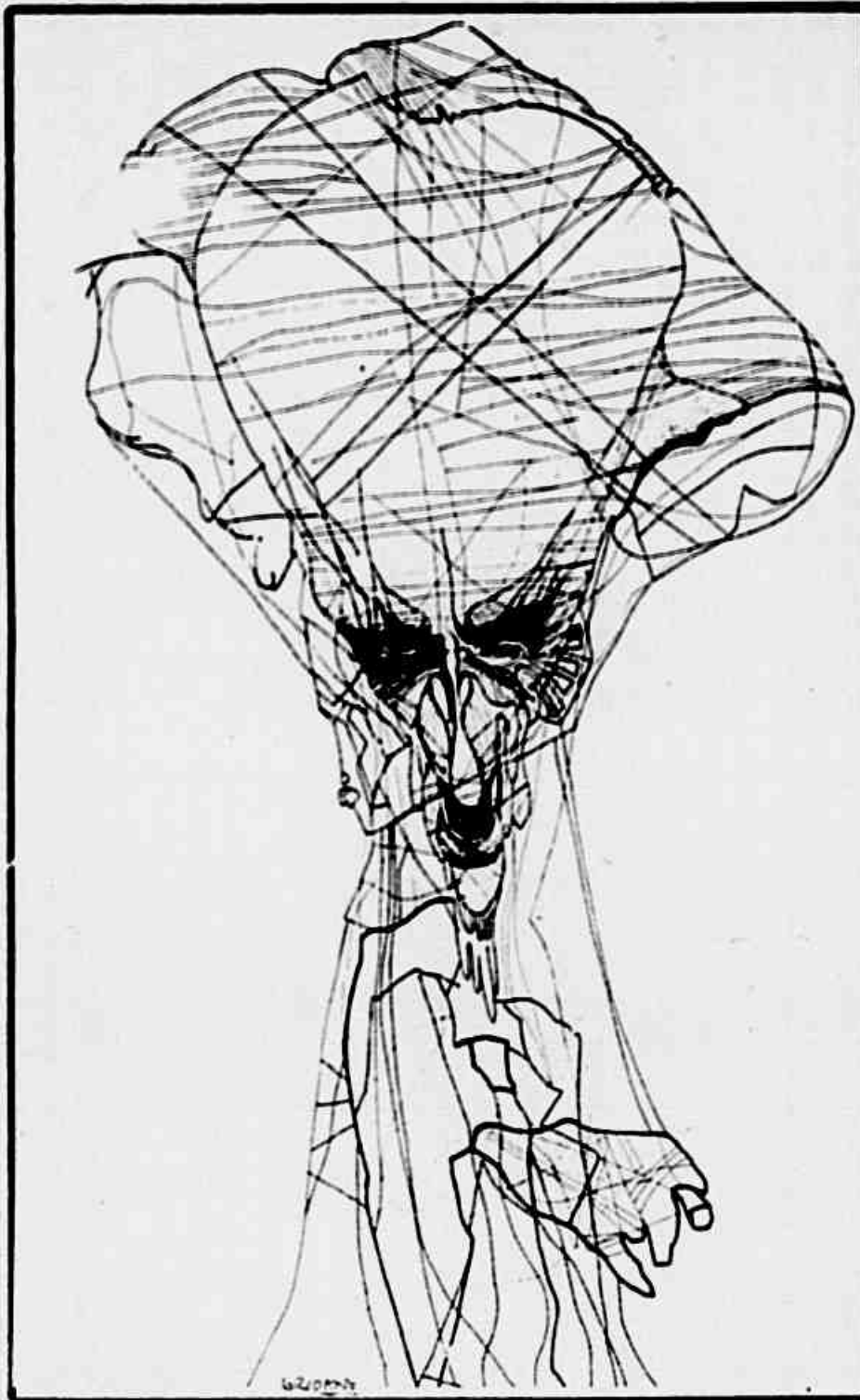
Talvez ainda mais grosseiro, tendo em vista a extraordinária estatura intelectual do seu autor, seja o ensaio que Theodor W. Adorno escreveu sobre a edição alemã de um livro de Lukács, publicado em português com o título *Realismo Crítico Hoje*. Nesse ensaio, incluído em *Notas de Literatura II*, Adorno não se limita a deformar as posições estéticas de Lukács, confundindo sistematicamente sua complexa teoria do realismo com a defesa de um naturalismo-chão. Chega mesmo a acusar Lukács por ter, em *A Destruição da Razão*, rotulado Freud de "nazista", sem levar em conta que, nesse livro, Lukács jamais se refere diretamente ao criador da psicanálise. E mais: afirma que Lukács, ao analisar Thomas Mann, "não se preocupa com os meios estilísticos, nem sequer com a ironia evidente..."; acontece que em 1935, isto é, três anos antes de Adorno escrever sua resenha, Lukács escrevera um longo ensaio (*IO Jocosos e Seus Substratos*) dedicado precisamente à

análise da ironia como elemento fundamental do estilo de Thomas Mann.

Se críticos do valor de Enzensberger e Adorno chegam a excessos desse tipo, podem-se facilmente imaginar as deformações a que Lukács é submetido em mãos de analistas menos bem dotados e não tão preocupados com a honestidade intelectual. O professor inglês George Lichtheim situa-se claramente nesse segundo caso: se suas qualificações teóricas são exíguas, sua honestidade intelectual não peca por excesso. O pequeno livro que dedicou às "idéias" de Lukács revela, em primeiro lugar, uma completa carência de idéias por parte do seu autor. Mas revela, sobretudo, um furor polêmico que não hesita em converter-se, com frequência, na pura e simples calúnia.

Como ocorre em boa parte da bibliografia sobre Lukács, também o livro de Lichtheim centra sua análise numa tese tão simplista quanto equivocada: a de que Lukács, incapaz de resistir às "pressões", teria abandonado suas "ousadas" posições juvenis para se converter num ortodoxo stalinista. O complexo movimento teórico que levou Lukács a superar essas posições juvenis (abandonando o esquematismo idealista que ainda as marcava em troca de uma concepção mais rica e flexível da dialética) é reduzido a simples manifestação de oportunismo tático ou de involução psicológica. Lukács teria alterado suas primeiras concepções motivado não por uma funda convicção teórica, mas sim "por não ter a força de caráter necessária para mantê-las" (pág. 63). Seus escritos da maturidade, na opinião do professor inglês, assemelham-se à "obra de alguém que tivesse efetuado em si uma espécie de lobotomia indolor, removendo parte do próprio cérebro e substituindo-a pelos chavões da propaganda de Moscou" (pág. 78). E com "explicações" desse tipo — recorrentes ao longo de todo o livro — que Lichtheim pretende dar conta da obra da maturidade de Lukács, uma das mais importantes produções teóricas do nosso século.

Mas as coisas não ficam nisso. Para "explicar", por sua vez, essa lavagem cerebral que teria levado Lukács à completa perdição, o professor não hesita em falar da "franca admiração que Lukács tinha por Stálin" (pág. 69). Infelizmente para Lukács, Stálin não sabia disso; em 1941, o pensador húngaro — então exilado na URSS — passou alguns meses na cadeia. Os interrogadores da GPU exigiam dele uma "confissão": a de que teria sido, desde os anos 20, um "agente trotskista". Como Lukács, nesse período, estava inteiramente desligado de atividades políticas, parece evidente que essa prisão se deveu às suas posições teóricas, as quais — ao contrário do que Lichtheim e muitos outros afirmam sem provar — eram objetivamente (e muitas vezes literalmente) anti-stalinistas. Tanto é assim que, em 1939, a revista soviética *Literaturni Kritik* — sobre a qual Lukács e seu grupo exerciam grande influência — foi proibida de circular, sob a alegação de "desvios ideológicos". É curioso, mas nada



Lukács

casual, que esses dois "pequenos" detalhes biográficos não apareçam no livro de Lichtheim.

A má vontade do professor contra Lukács não se limita à obra da maturidade, que ele considera não apenas stalinista, mas simplesmente trivial (pág. 82), "insignificante e banal" (pág. 89), construída num "espantoso jargão" (pág. 91). Também as obras juvenis, embora mais "interessantes", teriam sido baseadas em "noções de segunda mão" (págs. 19-20). Esse seria o caso, por exemplo, da *Teoria do Romance* e de *História e Consciência de Classe*. Lichtheim resume assim sua "avaliação" global do período juvenil de Lukács: "Registramos o fato de que Lukács se distinguiu em idade precoce como autor de considerável brilho; mas não se pode dizer que manifestasse aquele tipo de originalidade que normalmente caracteriza até as mais imaturas produções de um gênio". Isso é dito na página 20. Na página 24, contudo, o professor muda de opinião: a fim de melhor acentuar a mediocridade que julga descobrir no suposto período "stalinista" de Lukács, ele lamenta o fato de ter o pensador húngaro renunciado "à originalíssima doutrina que antes apregoara em *História e Consciência de Classe*". Quando se trata de atacar Lukács, Lichtheim não atenta sequer para a coerência formal.

Tampouco hesita em chamar de

"stalinista" (pág. 94) o importante livro *Realismo Crítico Hoje*, escrito por Lukács em 1956, esquecendo o fato de que boa parte do mesmo é dedicada à crítica do "romancismo revolucionário", isto é, do conceito-chave da "estética" zdanovista-stalinista. Também não lhe parece imprudente classificar como "trivial" (pág. 82) o juízo de Lukács sobre Thomas Mann, expresso num ensaio que o próprio Mann — no *Diário do Doutor Faustus* — considera "impressionante", "uma exposição sociológica e psicológica da minha vida e da minha obra como jamais fora objeto até aqui numa escala tão ampla" e pelo qual afirma "sentir uma real gratidão".

Em 1938, quando estava na URSS, Lukács concluiu o *Jovem Hegel*; o livro, contudo, não pôde ser publicado na URSS porque contrariava frontalmente as teses de Stálin a respeito de Hegel, que faziam desse um pensador reacionário, inimigo da Revolução Francesa. Lichtheim também "desconhece" esse fato; a obra, a seu ver, pode ser estudada apenas como um notável exercício de arte de degradar-se... Sua tese básica — a de que o jovem Hegel jamais atravessou uma fase religiosa — tem sido polidamente ignorada até mesmo por críticos que no geral lhe são favoráveis (pág. 99). Infelizmente, para Lichtheim, não é essa a opinião dos

críticos; o francês Jean Hyppolite, por exemplo, que é um dos maiores especialistas em Hegel, ressaltou numa longa resenha escrita em 1951 a extraordinária importância desse livro de Lukács, embora tivesse uma posição filosófica fundamentalmente diversa daquela do pensador húngaro.

Pode-se perceber hoje, nos meios intelectuais de nosso país, uma retomada do interesse pela obra de Lukács. É de se esperar que essa retomada leve a um conhecimento mais adequado do que Lukács realmente disse, do verdadeiro significado teórico e ideológico das posições que defendeu. Apenas sobre essa base será possível encaminhar uma polêmica construtiva e fecunda, com a qual lukacsianos e não lukacsianos só têm a lucrar. Diante dos exemplos acima apontados, parece não ser mais necessário advertir o leitor para o fato de que o livro de Lichtheim em nada contribuirá para uma polêmica desse tipo. (Carlos Nelson Coutinho)

Portugal segundo Mário Soares

CAMINHO DIFÍCIL, Mário Soares (Ed. Lidador, 247 págs., Cr\$ 25,00)

Os rumos do Portugal do futuro e do presente português estão à disposição do público brasileiro desde outubro do ano passado, quando Mário Soares, no Brasil, editou esse segundo volume dos seus "escritos políticos". O primeiro, saído em Lisboa, foi apreendido pela DGS-PIDE.

Metade da edição foi enviada a Paris, onde se esgotou rapidamente. A outra metade, mal distribuída, sem publicidade ou sequer notas de *press release*, ainda está perdida por livrarias do Rio e São Paulo.

No entanto, o livro tem tudo para ser um *best seller*. Tem inclusive, sobre o livro do general Spínola, duas vantagens: 1) é mais fácil de ser lido; 2) contém, com mais clareza, a tese central adotada pelo general, de que as guerras coloniais na África portuguesa não podem ser vencidas militarmente e só podem terminar com soluções políticas.

Caminho Difícil é mais fácil de ser lido porque é uma reunião das intervenções políticas do atual chanceler, feitas nos últimos cinco anos. São manifestos eleitorais, entrevistas publicadas e inéditas e cartas, todos elaborados no calor da luta ou na reflexão do exílio.

Mas elaborado sob duras condições de experiência pessoal, o trabalho serve também como uma espécie de mosaico da ascensão e decadência do fascismo português, entremeados com fatias da incansável resistência que, desde 1926, lhe opôs o movimento obreiro, as forças estudantis e a consciência liberal do país.

continua na página ao lado

TEATRO LAGOA

Grande de Coca-Cola

Uma gargalhada tamanho família

3.ªs, 4.ªs e 5.ªs às 21h30m; 6.ªs feiras às 21h30m e 24 horas. Sábados às 20h30m e 22h30m. Domingos às 18 e 21 horas. Censura: 18 anos.

Tels: 227-2080 227-3589 227-6686

Depois do extraordinário sucesso de crítica e público em São Paulo, o TEATRO VIVO apresenta

O que mantém um homem vivo?

de Bertolt Brecht

com **RENATO BORGHI**

(Melhor ator Malibran 66 67 e APCA 67)

e **ESTER GÓES**

(Melhor atriz de 1973 em São Paulo)

Músicas de Kurt Weill e Jards Macalé

diariamente às 21h Sáb. 19h30m e 22h30m Domingos 18h e 21h TEATRO IPANEMA R. Prudente de Moraes, 824. Reservas e inf. 247 9794

A peça mais controversa dos últimos anos

"ANTI-NELSON RODRIGUES"

de Nelson Rodrigues

Com **JOSE WILKER** — **NEILA TAVARES**
Nelson Dantas, Sônia Otílica, Lara Jati
Carlos Gregório e PAULO CESAR PEREIRO

Direção: **PAULO CESAR PEREIRO**

Teatro Nacional de Comédia — tel. 222-0367

Librada a p. de 18 anos — De quarta a domingo: 21 horas
Sábado: 20 horas e 22h30m — Vespertina — quinta: 17 horas e domingo: 18 horas

continuação da página ao lado

E dessa resistência, onde se engajou desde universitário, na clandestinidade, o autor extrai a lição, que repete em várias fases desses últimos cinco anos: a de que, sob a mais feroz repressão, como a que vigorava sob o salazarismo e o caetanismo, faces da mesma moeda, é sempre possível e necessário participar politicamente, é indispensável lutar. Porque a "abstenção política é a morte" e porque "só é vencido quem desiste de lutar" — este o grito de guerra da oposição democrática nas "eleições à portuguesa" que enfrentou, nos últimos 20 anos.

Dal se verifica que o salazarismo não caiu porque "estava podre", como apregoaram apressados intérpretes da revolução democrática portuguesa. Estava podre, de fato, mas só caiu porque a oposição democrática, como mostra Mário Soares, nunca cessou de lutar a diáspora, de tentar "contactar com o povo", de mostrar que a longa guerra colonial completaria a obra de estagnação econômica, política e social de Portugal, ao consumir 52% do orçamento nacional, os 18 milhões de contos anuais em divisas mandados do estrangeiro pelo milhão e meio de emigrantes, sem falar na conscrição da juventude lusa por quatro anos e meio.

Nessas lugares "cenas da vida portuguesa", que Eça de Queiroz não imaginou e que o atual chanceler acabou compondo, é pungente a sua denúncia da emigração portuguesa, 160 a 180 mil pessoas por ano, 1 milhão e meio nos últimos 10 anos, para uma população de 9 milhões de habitantes. "Basta saber", diz ele, "em que condições de incrível pobreza e de despreparo cultural são lançados os portugueses no mercado de trabalho europeu para, só por isso, se ter de condenar, sem mais recurso, o regime que há 50 anos usurpou o poder político em Portugal".

Sempre destacando que o problema-chave de sua pátria é o da guerra colonial, que as metas são *liberdade e paz*, ele afirma que só a reconquista da democracia pode abrir o caminho para o fim dos conflitos na África e a emancipação das colônias. Aliás, em trabalho feito no ano passado, MS também mostra "que há uma *solidariedade objetiva* entre a luta pela emancipação colonial, prosseguida pelos movimentos nacionalistas africanos, e a luta pela conquista de instituições democráticas em que se empenham, na metrópole, os partidos e movimentos oposicionistas". Os fatos de abril e maio de 1974 estão provando que, com o revirinho, que ajudaram a criar, as frentes de libertação nacional de Angola, Moçambique e Guiné estão mais perto da vitória do que nunca.

Essa situação objetiva, de crise total, política, econômica e militar, vivida por Portugal, e o papel subjetivo exercido pela oposição, sobretudo pela sua unidade de ação, ambas bem demonstradas por Mário Soares, nesse livro, é que lhe permitiram anunciar, há um ano, a "hora da verdade, que todos sabem que inexoravelmente se aproxima".

Sintomaticamente, o último escrito é

a carta que escreveu ao Congresso da Oposição, realizado em Aveiro, onde salienta que "o país está a ser empurrado para um ciclo de tensões e de choques crescentes, que preludivam um afrontamento generalizado com o poder, de consequências imprevisíveis... é inegável que a responsabilidade de uma tal situação incumbe ao governo — o qual, recusando o diálogo e a abertura, tanto em Portugal como nas colônias, impõe implicitamente às oposições, que não queiram abdicar da sua condição, a violência como único caminho eficaz".

Agora, Mário Soares e os líderes da antiga oposição estão tratando de cumprir o ponto primeiro da sua plataforma política: o fim da guerra colonial e a independência das nações há cinco séculos escravizadas pelas classes dirigentes lusas. (Raul Azedo Netto)

TEATRO A vitalidade do "Cordão Encarnado"

O significado e a viabilidade de um teatro nacional e popular é um tema que está voltando a ser discutido. Inúmeras tentativas estão sendo realizadas mesmo em centros dominados pela produção do teatro comercial, como São Paulo e Rio. A expressão "teatro popular" implica uma série de problemas bastante complexos. Numa análise rigorosa seria necessário começar pela definição do conceito de povo.

Entre os que fazem teatro, as posições diante do teatro popular são várias: muitos confundem teatro popular até mesmo com as habituais temporadas populares, realizadas no fim da carreira de praticamente todos os espetáculos produzidos em S. Paulo e Rio. Não passam, entretanto, de *liquidação* da mercadoria: é o público habitual de teatro que estaciona seus carros diante dos teatros e assiste a espetáculos a 5 ou 10 cruzeiros. Para muitos a comédia é em si uma espécie de teatro popular, assim como para outros o simples fato de mostrar o povo em cena implica em definir o espetáculo como popular. Por mais absurdo que pareça, estas posições existem.

Para outros, o teatro popular é uma tarefa impossível, uma aspiração fora dos alcances do realizável. Alguns alegam certos motivos de ordem técnica para a realização de um teatro para o povo, outros alegam razões históricas: o teatro popular só pode ser feito pelo povo e só existirá na medida em que o povo tenha em suas mãos os meios de produção de espetáculos.

As contradições são muitas: alguns continuam a experimentar a pesquisa do teatro popular no coração de centros urbanos, mostrando a um

público burguês um tipo de espetáculo que só poderia travar diálogo efetivo com uma platéia efetivamente popular. Em tudo isso, uma coisa é certa: para muitos o teatro popular é o próprio significado do teatro. Ou seja, sem buscá-lo não existe sentido em pesquisar uma cultura nacional. Um espetáculo como *Viva o Cordão Encarnado*, texto de Luiz Marinho encenado por Luiz Mendonça, atualmente em cartaz no Rio, parece efetivamente demonstrar que somente a partir de uma visão popular da realidade nasce no palco a alegria e a vitalidade teatral.

Fascinante e difícil

Marinho é um dos autores nordestinos mais representados no Rio, graças a Mendonça. No ano passado, *A Lucelena* foi um espetáculo de extrema importância pela procura de uma linguagem. O *Cordão Encarnado* é um texto mais fascinante e mais difícil: o primeiro ato expõe uma intriga fácil, tipo o marido-a-mulher-e-o-outro, valorizada pela linguagem e pela caracterização dos personagens (e no espetáculo, valorizada pelo dinamismo da encenação, pelas canções e pela maquiagem viva e colorida, que mantém a representação num clima circense permanente), mas sem maior atrativo; o segundo ato traz para a cena, com vigor e poesia, um dos folguedos, mais típicos do povo nordestino, o *pastoril*, forma de espetáculo popular que se manifesta desde o século XVI.

Segundo Luiz Mendonça, os *pastoris* eram feitos geralmente na época de Natal, dentro das igrejas, com o nome de *lupinha* ou *presépio*. Eram espetáculos com duas carreiras de pastoras e mais dois ou três pastores, também representados por mulheres. O espetáculo, mostrando o nascimento de Cristo, acontecia na frente de um altar. Pouco a pouco, o espetáculo foi saindo de dentro das igrejas, passando a ser representado nos pátios e mais tarde nas ruas. Ainda hoje, em Pernambuco, os irmãos Valença, compositores de música popular, realizam um *presépio* cuja origem remonta a 1846. Mendonça informa que o *presépio*, propriamente dito, ainda existe em casas de famílias e às vezes em teatrinhos de igreja.

O *pastoril*, com a ascensão do rádio, sobretudo com a Revolução de 30, definiu-se de forma mais concreta: as pastoras, por exemplo, passaram a ter duas cores — o azul e o encarnado (os perrepipistas defendiam o azul e os liberais o encarnado; a disputa entre as duas carreiras de pastoras estava assim vinculada à disputa política e os espetáculos transformaram-se numa batalha entre as duas cores, semelhante à dos times de futebol). Nesta época, esclarece Mendonça, o *pastoril* já tinha um ator, um bufão, um palhaço que apresentava o espetáculo, ensaiava as pastoras, fazia as piadas e as críticas políticas alusivas a acontecimentos da época. Trata-se de um personagem de extrema riqueza teatral, o Velho Pastoril, que Rubem Rocha Filho define como um "palhaço

triste e prostituído, cuja função é entretear piadas, canções e lances de dinheiro, misto de cômico e rufião, resume a vitalidade e a criatividade de um Calvero num mundo de fantasia e miséria de Fellini". O Velho não toma partido; apresenta o espetáculo e preocupa-se fundamentalmente em ganhar dinheiro, assim como em pagar as pastoras contratadas.

Mendonça refere-se a um dos mais velhos organizadores de *pastoril* de Recife, o Velho Barroso, que começou em 1922 e é profissional até hoje: faz espetáculos em bairros. O tipo de espetáculos de Barroso é mais ligado ao tipo de *pastoril* utilizado por Luiz Marinho em *Viva o Cordão Encarnado*. Afirma Mendonça: "É o chamado *pastoril escabroso*: o Velho é profissional, vive disso, naturalmente tem dificuldades em contratar as moças dos bairros e então contrata prostitutas para fazer o espetáculo. É um espetáculo circunstancial, brinca com os personagens populares do bairro, critica problemas locais. É um espetáculo sem limites morais, bastante erótico. Dura às vezes uma noite inteira e, se o pessoal está disposto, às vezes vira a noite. Geralmente é feito em frente de um bar. O dono do bar também dá um dinheiro ao Velho. As últimas vezes que eu vi, o espetáculo acontecia perto da minha casa, em Recife, na Estrada dos Remédios. Depois de três ou quatro anos neste bairro, passaram para perto do aeroporto". Sobre outros espetáculos semelhantes, afirma Mendonça: "Existem outros tradicionais, ainda no Recife. E também no interior de Pernambuco. Em Goiânia, por exemplo, existe um bastante tradicional, que também data da década de 20. Outro importante no Recife é o *Pastoril de Rosa Branca*. Tenho uma música deste *pastoril* neste espetáculo. Aqui não é o Velho. É uma pastora que contrata as demais. O *Bloco de Rosa Branca*, por exemplo, é uma música tradicional dos *pastoris* de lá. Onde se conserva ainda esta forma de espetáculo popular, com seus elementos mais primitivos, é em Alagoas. "Lá a fonte é ainda mais pura. O espetáculo é mais rico".

A família de Mendonça sempre esteve ligada ao teatro. São parentes seus que organizam anualmente o espetáculo da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém. Sua mãe chegou a dirigir diversos espetáculos de *pastoril* e o próprio Mendonça dirigiu alguns: "Minha mãe dirigiu de 1930 a 1963. Lá as pastoras eram as moças dos bairros, minhas irmãs, sobrinhas, as moças da vila. Não eram prostitutas. Mas o *pastoril* era do tipo escabroso. Eu cheguei a fazer o Velho em 1939, eu era menino, tinha oito ou nove anos, substituí um que ficou doente. A vila toda brigava pelos dois cordões. Mesmo dentro de casa havia azuis e encarnados. É curioso que com a chegada do rádio, o espetáculo passou a ter dois locutores, um torcendo por cada partido: em Recife, por exemplo, no apogeu do rádio, os locutores eram dois caras que hoje trabalham aqui no Rio: Zé Santa Cruz e Chico Anísio". Sobre as músicas, Mendonça afirma que algumas canções se repetem pela tradição, mas de modo geral cada *pastoril* traz novos temas e novas

canções, dentro de uma estrutura melódica que permanece quase a mesma. Mas ele cita um fato inesperado: "Estávamos cantando uma música de *pastoril* e estava conosco a francesa Doul Bourdonnais, que de repente disse que aquela música era da terra dela: era uma canção medieval francesa". Compositores como Fernando Lobo, por exemplo, fizeram músicas para os *pastoris* de lá e escreveram também adaptações para os *pastoris* do Rio.

Sabor medieval

Mendonça informa ainda que, segundo Tinhorão, o último *pastoril* realizado no Rio foi em 1900, no Largo da Lapa: "Era todo cercado de arame farpado, mas mesmo assim houve briga, problemas. Era mais ou menos equivalente ao *pastoril escabroso* do Recife. A polícia acabou. Pela informação que tenho, foi o último aqui. Ainda existem algumas manifestações aí pelos bairros, mas são coisas de nordestinos radicados aqui, são raras".

Viva o Cordão Encarnado reproduz um *pastoril* com sua vitalidade, humor. Elementos que nos lembram o circo e a revista se sucedem e se alternam com uma estrutura autêntica, popular e marcada por um curioso sabor medieval. Para Luiz Mendonça, a estrutura do *pastoril* pode ser utilizada para outros espetáculos teatrais: é preciso apenas encontrar uma forma, pesquisar neste campo. Tudo que foi realizado até o momento ainda deixa a desejar.

Luiz Mendonça é um dos poucos encenadores brasileiros que permanece fiel à procura de uma linguagem teatral popular, que possa comunicar-se com as platéias mais variadas. *Viva o Cordão Encarnado*, neste sentido, é um espetáculo de extrema importância: não só para tomar contacto com uma das fontes mais autênticas de um possível caminho para a existência de um teatro popular verdadeiro, descondicionado de outras influências culturais, como pelo que representa em si — um momento de vitalidade, alegria, humor, realizado com senso de teatralidade. (André Sardi)

ITAIPU

PRÓS E CONTRAS
Osny Duarte Pereira

Em todos as livrarias

✪ EDITORA PAZ E TERRA
Av. Rio Branco, 156/1222/GR

opinião

(no exterior)

Em Paris, a venda avulsa de Opinião é feita na livraria Joie de Lire e, também, na Librairie Portugaise 33, Rue Gay-Lussac 75005

GUILHERME ARAUJO APRESENTA

CAETANO VELOSO



Este concerto só foi apresentado na Bahia durante a temporada de verão
Artista exclusivo da Philips

Perinho Albuquerque — guitarra
Mozart Terra — piano
Tuzé de Abreu — flauta
Eneas Costa — bateria
Ubirajara — percussão
Direção Musical:
Perinho Albuquerque

TEATRO TEREZA RAQUEL

Rua Siqueira Campos, 143 (tel.: 235-1113)
Estudante Cr\$ 20,00 — Inteira Cr\$ 30,00

GUILHERME ARAUJO APRESENTA,

GILBERTO GIL

Participação de:

Aloisio Milanez — piano
Frederico Oliveira — guitarra
Francisco Azevedo — percussão
Tuti Moreno — bateria
Rubens Sabino — baixo
Direção Musical — Gilberto Gil

TEATRO TEREZA RAQUEL

Tel.: 235-1113 (curta temporada)
estréia dia 11 de junho

estudante Cr\$ 20,00 inteira Cr\$ 30,00

Artista exclusivo da Philips

MÚSICA

Ouvidos tampados e dentes cerrados

Um elegante casal, acomodado num dos balcões nobres do Teatro Municipal, solucionou seus aflictivos problemas: entupiu os ouvidos de algodão para a segunda parte do espetáculo. Também é fato que algumas fileiras ficavam vazias muito antes do encerramento da apresentação e os repetidos "gostava mais do outro", ouvidos à saída, não significavam exatamente aplausos (por sinal raríssimos e amedrontados). As três exibições de Miles Davis no Rio (e outras três em São Paulo), no entanto, deixaram marcas muito mais fundas que o simples mal-estar de uma platéia na maioria desinformada, à espera das atrações internacionais comuns, das que vêm dilatar sua popularidade (leia-se venda de discos) e espalhar a boa vizinhança sonora por outros continentes.

Distante, navegando em brumas próprias, Miles queria apenas um resultado extremamente objetivo e raro — em termos de meio musical brasileiro: tocar música, fosse qual fosse sua espécie, rótulo ou entonação. O clima era de assistir Miles tocando sem, por exemplo, o roteiro anunciado pelo caro programa do teatro, um *pot-pourri* de seus últimos LPs. Em três exibições, Miles tocou nas primeiras e segundas partes do espetáculo, sem a habitual concessão da música conhecida. Não houve o *mucho obregados*, de simpatia duvidosa, sempre emitidos pelas atrações internacionais. Seu único relacionamento com a platéia foi um diálogo ríspido e rápido de gestos que trocou com uma espectadora que resolveu bailar ao som de sua música. Sarcástico: ele ofereceu-lhe a boca do trompete.

De costas, com socos no ar, comandava sua gigantesca engrenagem sonora, com rolamentos, contínuos estabelecidos pelo baterista e solos extenuantes de cada um dos instrumentos. Miles experimentava seu trompete, punha um bocal, retirava o bocal, pressionava os pedais uá-uá (que dão distorção de som semelhante a seu nome onomatopaico) dirigia-se ao órgão Yamaha e enchia de acordes as atuações dos companheiros.

Como se comandasse uma usina, ele ia ajustando uma a uma as engrenagens, azeitando cada uma, um maestro construindo a música no ato. Que música era? Jazz? Rock? Afro? Sons orientais? Havia de tudo um pouco, como se pela misturadeira de seu conjunto passassem os momentos alucinantes de um apocalipse. Ou uma revisão veloz da soma de correntes que hoje integram a música internacional — se ela pudesse ser captada numa fração de tempo tão curta quanto um concerto. Não havia linhas melódicas, a

harmonização era ocasional, apenas o ritmo básico da bateria (que não pode ser definido exatamente por rock) mantinha-se imutável e a pleno vapor.

Nenhum vestígio de comercialização (seu jazz, do tempo de *My Funny Valentine*, *Sketches of Spain*, *Round about Midnight*, seria muito mais aplaudível). Miles ficou como a lição do músico que não estacionou na fama, apesar dela — nos últimos 20 anos — lhe sorrir de unânime aplauso. Em luta contínua contra a acomodação de fórmulas, sejam quais forem. Miles não se iludiu com o brilho branco do riso de seus espectadores. Ele sempre soube que eles poderiam não estar sorrindo de alegria. (Tárik de Souza)

Silêncio e antiguidades

Ha pequenos sinais em toda parte, e muito poucas pessoas dispostas a definir o que realmente estaria acontecendo: uma retração da indústria fonográfica (e do mercado de aparelhagem de som). Dois indícios, pelo menos, são sintomáticos: o desânimo dos donos e vendedores, nas lojas de aparelhos sonoros, diante das vendas cada vez mais reduzidas e do problema que representa o recém-lançado sistema quadrafônico — um *elefante branco* de custo elevado e quase sem saída nas casas especializadas; e a contraditória prosperidade do comércio de discos importados — também caros, afinal — em plena expansão.

Na indústria fonográfica propriamente dita, aparentemente reina a calma. Mas Adail Lessa, chefe do setor de divulgação da Odeon, arrisca um desalentado comentário: "A verdade é que, desde o *estouro* dos Secos e Molhados, no fim do ano passado, a indústria de discos, no Brasil, não conhece mais o que seja um *piquet de vendas*, um sucesso nacional, definitivo. Há discos que vendem razoavelmente, discos que vendem pouco e discos que não vendem. E é só isso. Nem as trilhas de novelas, apoiadas como são por todo o esquema publicitário da Rede Globo, há muito não conseguem um *estouro de vendas*". (Na verdade, segundo boletim informativo da própria Sigla, o recorde de vendas de trilhas sonoras de novelas ainda está com *Selva de Pedra Internacional*, um disco de 72.)

Haveria então, atrás dos sorrisos amarelos dos gerentes de lojas (de discos e aparelhagem) e do silêncio das salas de divulgação, uma crise de razoáveis proporções — também responsável pelas largas vitrinas das novas e luxuosas casas de importados. Lessa faz um levantamento sumário das causas dessa progressiva retração do mercado fonográfico nacional:

"O problema básico é o custo de vida, que tem subido demais nos últimos meses. E ainda mais a crise de petróleo, que encareceu o disco e piorou sensivelmente a qualidade do material de prensagem. Ora, o maior consumidor de disco, no Brasil, é o cidadão de ganhos médios, que pode gastar parte de sua poupança com um luxo, uma diversão móvel como o disco. Hoje, com a inflação, essa poupança está sendo desviada de novo para os gêneros de primeira necessidade, não sobra nada para comprar discos, que ainda por cima estão muito mais caros e piores. O pobre nunca se importou com isso, e quem é rico sempre comprou basicamente importados, em especial os ouvintes de jazz e clássicos. Hoje, quem tem algum dinheiro sobrando prefere o importado mesmo, que tem mais variedade e qualidade superior de reprodução. E o mercado nacional fica num impasse, numa situação estagnada".

Mesmo para a Odeon, uma empresa mais do que estabelecida, as coisas não estariam muito fáceis:

"O que está vendendo

razoavelmente bem, aqui, são os Beatles — aqueles álbuns de coquetaria — e o Zé Roberto. E só".

Portanto, a presença, no magro pacote internacional que as gravadoras destinaram ao consumidor brasileiro, de três discos com material antigo de astros renomados (*Led Zeppelin I*, *Led Zeppelin*, 1968, e *Love it to Death*, Alice Cooper, 1970, da Continental, e *Loose Ends*, Jimi Hendrix, 1969-1970, da Polydor) não chega a ser mera coincidência. Hendrix, Alice e o Zeppelin são astros de rock com especial apelo junto ao público adolescente — um público ávido sempre com dinheiro fácil — e editar seus antigos trabalhos, já conhecidos e comentados, e atrair sem risco de erro.

Do ponto de vista apenas musical, os três álbuns são curiosidades esclarecedoras com níveis bastante desiguais de qualidade — funcionando, na maior parte, como informação.

Love it to Death revela um Alice Cooper no momento anterior a seu pulo de cabeça na máquina de sucessos do *big business rock n roll*. Terceiro disco do grupo (inédito no Brasil), seria o primeiro produzido pelo esperto e profissional Bob Ezrin, e o primeiro coordenado pela ainda mais eficiente Alive Enterprises — que cuida até hoje de sua carreira: nada demais, portanto, que se constituisse em seu primeiro sucesso nacional (nos Estados Unidos). Alice está cantando como seria de se esperar de um *lead singer* de uma banda de feroz *rock-de-Detroit*: e apenas esporadicamente modula a (pouca) voz para servir a papéis e climas específicos: como em *Ballad of Dwight Fry* (onde o grupo alega ter encontrado inspiração para todo o *grand-guignol* posterior) a história de um louco homicida fugido do hospício (pretensamente um protesto contra os sistemas de aprisionamento, inclusive a psiquiatria oficial).

Jimi Hendrix — certamente o maior instrumentista do rock contemporâneo, tido e havido como redescobridor da guitarra elétrica — não está em melhor forma nessa coletânea de sobras de estúdio que a Polydor lançou internacionalmente em fevereiro e que agora chega ao Brasil. Como o próprio nome indica (*Loose Ends*, expressão carregada de sutileza, pode significar igualmente descontração, calma, confusão e relaxamento) e a capa corrobora, mostrando um Hendrix acabado, grisalho, o rosto abatido e inchado, o ambiente da maioria dessas faixas está longe da energia e do fulgor que o guitarrista demonstrou no ápice de sua breve carreira de três anos (que a morte por drogas encerrou em 1970).

Só o Led Zeppelin aparece em plena força pela reedição de seu álbum de estréia (disco de ouro na época), *Led Zeppelin I*, de 1968. Formado em Londres por iniciativa do guitarrista Jimmy Page (ex-membro do importante grupo Yardbirds), e incluindo o baixista John Paul Jones, o baterista John Bonham e o cantor Robert Plant, o Led Zeppelin se tornaria, desde o início, o líder incontestado de certa corrente do rock denominada *heavy metal* — o rock pesado, com grande influência dos blues, ritmo bem marcado, grande amplificação, solos ásperos da guitarra e da voz. A reedição do *Led Zeppelin I* (agora em estereo) é esclarecedora de quanto o estilo mudou pouquíssimo nos últimos seis anos — e de quanto o Zeppelin é superior a todos os seus seguidores. Integrado por três músicos de superior qualidade e um vocalista excepcional, em parte antecessor dos cantores-de-voz-fina que infestariam o rock nos anos 70, o Led Zeppelin fez, em 68, um álbum que nenhum outro grupo *heavy* (Black Sabbath, Uriah Heep, Grand Funk, Humble Pie, Deep Purple) conseguiria fazer agora: lá estão os velocíssimos e intrincados solos da guitarra de Page, as desdobradas infernais de Bonham, o baixo seguro de Jones e a excelente voz de Plant antecipando todos os truques que os pseudobluesmen brancos fariam depois (em especial em *You Shook Me*, de Willie Dixon). (Ana Maria Bahiana)

XADREZ

Golpe frustrado

Leonard Barden

Durante uma das rodadas do torneio de Hastings de 1972-3, o autor viu o ex-campeão mundial Vassily Smyslov encolhido numa cadeira, olhando desconsoladamente para o tabuleiro mural. Este mostrava a posição final da partida em que Wolfgang Uhlmann tinha derrotado Smyslov com um sacrifício de dama. A derrota foi uma das piores surras da carreira de Smyslov, e parcialmente responsável por seu mau desempenho em Hastings, que levou alguns críticos a perguntar se ele não teria chegado ao fim da linha. Vassily respondeu-lhes prontamente ao conquistar o primeiro prêmio no Memorial de Capablanca em Cuba, no mês seguinte, mas a partida de Uhlmann continuou a circular pelas revistas de xadrez como exemplo de como ganhar um prêmio de beleza jogando contra um campeão mundial.

Raramente é boa política, numa partida posterior, repetir uma abertura na qual um grande mestre tenha feito papel de bobo. Se ele tiver um mínimo de instinto profissional, estará muito bem preparado para enfrentar a variante de novo. No torneio de Reykjavik desta primavera, quando o jovem mestre islandês Gudmundur Sigurjonsson cometeu o erro de tentar repetir Uhlmann-Smyslov, Vassily tinha um grande aperfeiçoamento à sua espera. Como toque de ironia foi sua dama, expectadora passiva do ataque de Uhlmann, que devastou a retarguarda de Sigurjonsson devorando peças islandesas.

Gudmundur Sigurjonsson
(Islândia) —
Vassily Smyslov
(URSS)

Abertura Inglesa
Reykjavik 1974

1 P4BD C3BR 2 C3BD P4R 3 C3B C3B 4 P3CR B5C Esta é atualmente uma defesa sólida e popular contra a Abertura Inglesa, embora as negras devam evitar a armadilha 5 C5D CxC? (melhor P5R) 6 PxC P5R? 7 PxC PxC 8 D3C Abandonam, pois as negras perdem uma peça (Petrosian-Ree, Wijk aan Zee 1971).
5 B2C 0—0 6 0—0 P5R 7 C5CR BxC 8 PxCB T1R 9 P3B O lance de Uhlmann — mas, jogando com as brancas no interzonal de Petrópolis, ele preferiu 9 P3D.
9...PxC 10 CxC (3B) P4D 11 PxC DxC! Contra Uhlmann em Hastings, ele jogou 11...CXP? e perdeu do

seguinte modo: 12 P4R! C3C (se TxC 13 C5C com forte ataque) 13 P4D B5C 14 P3TR B4T 15 P5R C4D 16 B2D D2D 17 P4C B3C 18 C5C C4T 19 P4TR P3TR 20 P5T PxC 21 PxB PxC 22 D3B P3B 23 BxP C5BD 24 D3T D3R 25 T2B T1BR 26 B3B CxPB 27 TD1BR TxB 28 DxC C4C 29 R2C CxPD 30 D8B+! Abandonam.

12 C4D D4TR 13 CxC PxC 14 P3R B5C 15 D4T T3R 16 TIC? Sem reparar em que as negras podem explorar taticamente a posição da torre nesta casa. As brancas deveriam tentar 16 BxP T1D embora as peças ativas das negras valham mais que o peão sacrificado.

16..B7R 17 T1R Se 17 T4B P4C 18 T4B4C B6B e o ataque negro deve ganhar.

17...C5C 18 P3TR D4BR! O lance ganhador: se 19 PxC DxC, O que as brancas jogam é pior ainda.

19 TxB DxC 20 DxC DxB+ 21 R2T T1D 22 D4C P3TR 23 P4B D8D 24 T2B D8R 25 Abandonam Se 25 T4B TxPR.

Problema N.º 75



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por K. Larsen).

Posição das peças: T1b2b2 — 1CrppT1 — 6P1 — 1BPDR3 — C7 — 8 — 8 — 8.

Solução do N.º 74:

1 D7C R7R 2 D4D, e se 2...R6B 3 D4R mate, ou se R8B 3 D2B mate. Este problema quebrou a cabeça de muita gente. Um telefonou perguntando se o diagrama estava correto; outros pediram a solução "porque não estamos conseguindo dormir de noite". A dificuldade é visualizar o jogo de avanços e recuos da dama branca.

ASSINE OPINIÃO

CINEMA:
A VIAGEM PROFÉTICA DE UIRA, O ÍNDIO
(VISTA PELAS DIRETORES GUSTAVO DARE E GLAUBER ROCHA)

opinião
de João



COMUNICAÇÕES:
A PORTARIA DA LINGUAGEM ESCORREITA
OS ACORDOS DO BRASIL COM A BOLÍVIA
CONTROLE DA NATALIDADE:
A POSIÇÃO DA AMÉRICA LATINA
ENTREVISTA: JOHN KENNETH GALBRAITH

Envie junto com este cupom 160 cruzeiros no caso da assinatura anual e 80 cruzeiros no caso de ser semestral. Ou 40 dólares se a assinatura for anual para o exterior e 20 dólares se for semestral. O pagamento pode ser feito por cheque ou vale postal e deve ser enviado para Editora Inúbia Ltda. à Rua Abade Ramos, 78 Jardim Botânico — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil. Ou, no caso de assinaturas para a Europa, diretamente a Laymert Garcia dos Santos, BP. 05-07 — 75 327 Paris Cedex 07.

Nome _____
Rua _____ N.º _____
Cidade _____ Estado _____

O Artista Brasileiro e o Impasse de seu tempo.

ARTE BRASILEIRA, HOJE

Um livro escrito por FREDERICO SOUZA

